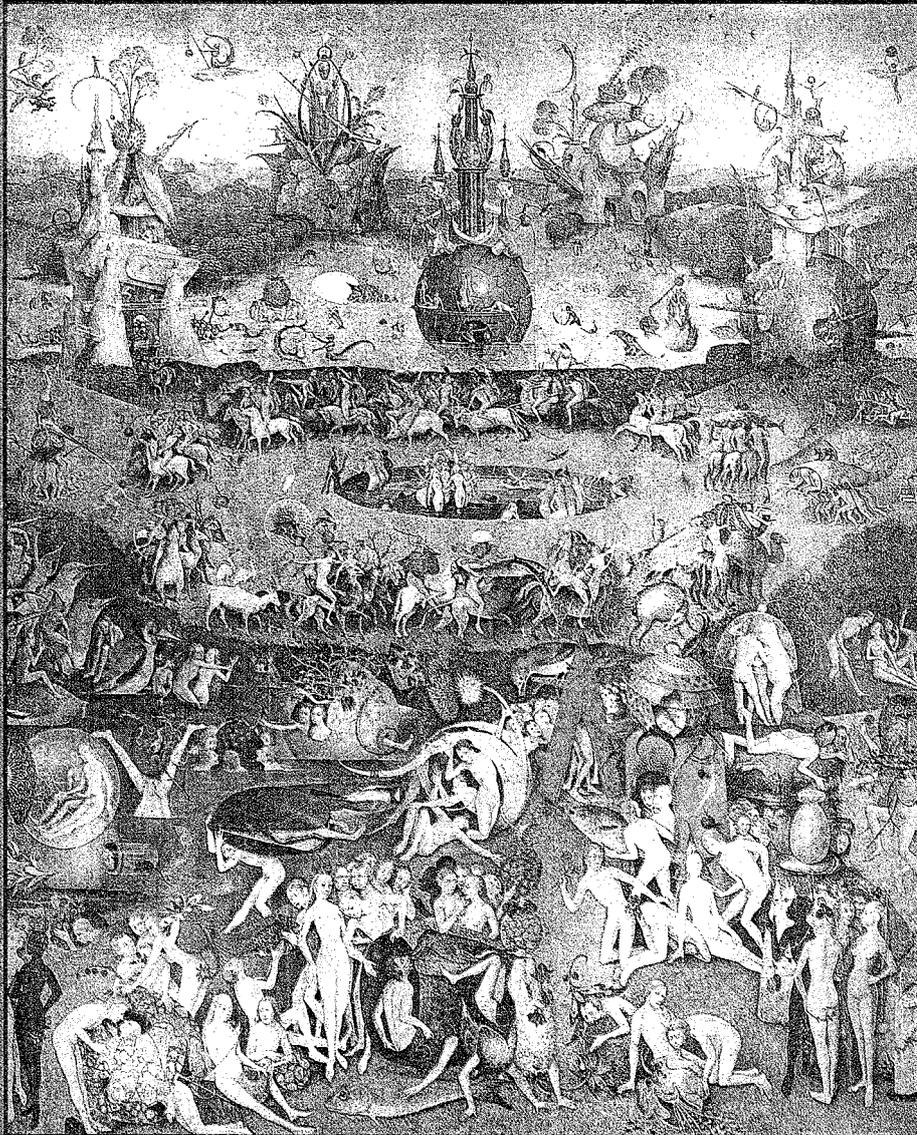




Vol. 10 n° 1
Jan/jun 1998

PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO



ISSN 0102-7182

Psicologia & Sociedade

volume 10 número 1 janeiro/junho 1998 ISSN 0102-7182

Índice

- 5 Entrevista com Maritza Montero
- 23 CODINA, N. "Autodescripción del self en el TST: posibilidades y límites"
- 39 GÓIS, C. W. L. e XIMENES, V. M. "Epistemologia, caos e psicologia"
- 54 JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais"
- 69 MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial"
- 86 MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
- 104 NUERNBERG, A. H. e ZANELLA, A. V. "Cidadania no contexto da escolarização formal: contribuições ao debate"
- 113 NUNES JR., A. B. "Encontro divino: estudo qualitativo sobre a experiência mística de monjas enclausuradas"
- 121 ROSA, M. D. "A psicanálise frente à questão da identidade"
- 129 SÁ, C. P., Bello, R. A. e Jodelet, D. "Condições de eficácia das práticas de cura da umbanda: a representação dos praticantes no Rio de Janeiro"

Capa: Arte de Roberto Temin a partir de quadro "O jardim dos prazeres terrenos",
de Hieronymus Bosch (1450-1516) –Museu do Prado (Madri)

Psicologia & Sociedade

Vol. 10 número 1 janeiro/junho de 1998

ABRAPSO

PRESIDENTE: Elizabeth M. Bonfim

VICE-PRESIDENTES: Omar Ardans, Vânia Franco, M. de Fátima Q. de Freitas, Neide P. Nóbrega, M. da Graça Jacques.

CONSELHO EDITORIAL

Celso P. de Sá, César W. de L. Góis, Clélia M. N. Schulze, Denise Jodelet, Elizabeth M. Bonfim, Fernando Rey, Frederic Munné, Karl E. Scheibe, Leôncio Camino, Luis F. R. Bonin, M. de Fátima Q. Freitas, M. do Carmo Guedes, Marília N. da M. Machado, Mario Golder, Maritza Monteiro, Mary J P. Spink, Pablo F. Christieb, Pedrinho Guareschi, Regina H. F. Campos, Robert Farr, Silvia T. M. Lane, Sylvia Leser de Mello.

EDITOR

Antonio da Costa Ciampa

EDITOR ASSISTENTE

Cecília P. Alves

COMISSÃO EDITORIAL

Antonio da Costa Ciampa, Cecília P. Alves, Helena M. R. Kolyniak, J. Leon Crochik, Marcos V. Silva, Marlito de S. Lima, Mônica L. B. Azevedo, Omar Ardans, Salvador A. M. Sandoval, Suely H. Satow.

ADMINISTRAÇÃO

Helena M. R. Kolyniak

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Hacker Editores/Fabiane Villela Marroni

ARTE DE CAPA

AREA

IMPRESSÃO

Artcolor

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Suely Harurni Satow (MTb 14.525)

Correspondência redação:

Rua Ministro Godói, 969 - 4^o andar - sala 4B-03 - CEP 05015-000
São Paulo SP fone/fax: (011) 263-0801- E-mail: pssocial@exatas.pucsp.br

E-mail do Editor: acciampa@exatas.pucsp.br

ASSINATURAS: VIDE PÁGINA 157

(c) dos Autores

Solicita-se permuta/exchange desired

A revista Psicologia & Sociedade é editada pela Associação
Brasileira de Psicologia Social- ABRAPSO.

Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião da revista.

Psicologia & Sociedade

volume 10 number 1

january/june 1998

ISSN 0102-7182

Summary

- 5 Interview with Maritza Montero
- 23 CODINA, N. "Selfdescription in TST: possibilities and limits"
- 39 GÓIS, C. W. L. e XIMENES, V. M. "Epistemology, caos and psychology"
- 54 JOVCHELOVITCH, S. "Social representations for a phenomenology of social knowledge"
- 69 MACÊDO, K. B. "Politics of power in organizations: a psychosocial view"
- 86 MEDRADO, B. "From representations to repertories: a construcionist perspective"
- 104 NUERNBERG, A. H. e ZANELLA, A. V. "Some contributions to the debate citizenship in formal education context"
- 113 NUNES JR., A. B. "Divine encounter: a qualitative study on the mystical experience of cloistered nuns"
- 121 ROSA, M. D. "psychoanalysis and the question of identity"
- 129 SÁ, C.P., Bello, R. A. e Jodelet, D. "Effectiveness of umbanda's healing practices: practitioners representations in Rio de Janeiro"

EXPERIENCIAS COMUNITARIAS EXITOSAS? ... AMÉRICA ESTÁ LLENA DE ELLAS"

Entrevista com Maritza Montero
(por Bader Burihan Sawaia e Marlito de Sousa Lima)

É com muita satisfação que apresentamos ao leitor uma entrevista sobre psicologia social comunitária realizada com Maritza Montero, psicóloga social da Universidade de Caracas.

No Vol. 8, nº1, desta revista, foi publicado artigo dela sobre "Paradigmas, comentos y tendencias de la psicología social finisecular". O motivo de sua presença constante na revista é o de ser, hoje, a principal articuladora e batalhadora da psicologia social, na atualidade. Seu trabalho em prol de nossa ciência é reconhecido mundialmente. Em 1996, recebeu o Prêmio Interamericano Científico - língua espanhola, atribuído pela SIP, dada a relevância de sua produção científica à psicologia, especialmente de língua portuguesa e espanhola, nas suas diferentes dimensões - teórica, prática e metodológica.

Maritza é estudiosa e pesquisadora incansável. Seus textos publicados regularmente, sempre respondem nossas angústias e dúvidas, pois conhece a fundo os problemas enfrentados em cada parte do mundo e, com sensibilidade, traz suas pesquisas e reflexões para orientar o debate dentro da psicologia social. Ela é uma psicóloga do mundo, crioula.

Percorre todas as Universidades que têm psicologia social comunitária Criou o grupo de trabalho nessa área, na SIP, em 1990, tendo sido sua presidente com competência e dedicação até 1997, período em que a psicologia social comunitária adquiriu um lugar sólido dentre as áreas de conhecimento da psicologia e aumentou sua publicação, ajudando a divulgar a práxis da psicologia engajada na luta contra todas as formas de exclusão.

Na Venezuela, coordena trabalhos de extensão comunitários, especialmente com crianças, faveladas, voltados à educação e conscientização.

Tem inúmeros textos produzidos e compilou outros tantos, para expor e divulgar pesquisa e idéias frutíferas em psicologia comunitária, de todas as partes do mundo.

Ela realiza na sua particularidade de pessoa a síntese que todos almejamos como ideal da práxis da psicologia social comunitária: a ética do compromisso, da solidariedade, a competência científica e a beleza da arte.

Entrevista com Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas' Psicologia & Sociedad; 10 (1): 5-22; jan./jun.1998

Com uma formação sólida em psicologia e história, aliada à uma vocação ético-político indestrutível e uma paixão pela psicologia comunitária e as conexões internacionais, trouxe para dentro da psicologia as teorias consideradas marginais, dialogando diretamente com a psicologia anglo saxônica, a psicologia francesa e a latinoamericana, o que permitiu liderar um movimento de revisão conceitual e prática da psicologia social a partir de pesquisas, propostas de ação, criação de espaços institucionais e debates internacionais, que redundou na criação de um corpo teórico-metodológico sólido, hoje adotado como leitura obrigatória em diferentes países.

Colaborou ativamente com a fundação e sedimentação da SIP e das associações nacionais de psicologia social.

PREGUNTA: ¿Psicología comunitaria o psicología social comunitaria?

RESPUESTA: Las dos denominaciones coexisten. Históricamente, el nombre "Psicología comunitaria" antecede al de Psicología Social Comunitaria, ya que en su versión anglosajona, creada a mediados de los años '60, se trata de un producto colectivo, resultado de las discusiones, reflexiones e intento de responder a la crisis de la psicología como disciplina no sólo ligada a lo psicobiológico, sino también a lo social. Y en tal sentido incluía los esfuerzos y propuestas de psicólogos clínicos, de la educación, de la salud y también sociales. Se planteaba entonces la necesidad de hacer una psicología que incorporase a la comunidad, que se dirigiese a la comunidad; que de alguna manera respondiese a las expectativas y problemas de las comunidades.

La denominación "Psicología Social Comunitaria" surge mas tarde y creo que los primeros en utilizarla con claridad conceptual son los puertorriqueños, quienes desde mediados de los años 70 habían desarrollado un campo de trabajo que tenía como raíz y como apoyo a la psicología social, a sus conceptos y a sus teorías, redefinidos, revisados, a la luz de la acción transformadora con comunidades. Quienes en otros países de América Latina iniciábamos para esa época una práctica semejante, no siempre lo hicimos bajo ese nombre. Durante dos o tres años oscilamos entre la psicología social, a secas, y denominaciones tales como "desarrollo comunal", "desarrollo comunitario", "organización popular", "psicología comunitaria". En esos primeros momentos no había una clara conciencia de estar generando una rama nueva de la psicología. Se trataba de crear otra forma de reaccionar ante la crisis de una psicología social que cada vez era mas socialmente insensible, que

Entrevista com Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas' Psicologia & Sociedade; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

dejaba los actores sociales fuera de los procesos de decisión y transformación, como si fuesen meros espectadores de los fenómenos sociales.

Pero ya para 1980 habíamos comprendido que era un nuevo desarrollo, no solamente práctico, sino también teórico - La práctica efectiva produce reflexión teórica; la teoría reflexiva produce nuevas prácticas. Como dijo Kurt Lewin, nada hay más práctico que una buena teoría, lo que podemos complementar diciendo que nada produce mejor teoría que una buena práctica.- Así, al igual que lo venían haciendo en Puerto Rico, este desarrollo tuvo sus bases en la psicología social. Una psicología social sometida a crítica, redimensionada, en la cual los aspectos ontológicos, epistemológicos y metodológicos sufrirían una profunda transformación, a fin de poder responder al reto inicial de su nacimiento: ser una psicología para la transformación social.

Creo que lo que hago es Psicología Social Comunitaria. También es lo que hacen muchos colegas en América Latina, en algunos lugares de EE.UU., Canadá y Australia. Pero al lado de esta tendencia desarrollada en nuestra parte del continente americano, existen otras, más o menos asistencialistas, complementarias de proyectos institucionales, con énfasis en lo que se ha llamado "Salud mental en la comunidad, y que ha generado, más recientemente, una línea de "Salud comunitaria"; o bien realizadas desde organizaciones, en organizaciones (en el sentido de instituciones).

Puede ser mi sesgo, pero creo que para cumplir con la necesidad de ser dialógica, transformadora, unir teoría y práctica, ser reflexiva y crítica, incorporar a los actores sociales y a sus formas específicas de conocimiento, debe ser Psicología Social Comunitaria. Con énfasis en ambos aspectos: social y comunitario.

PREGUNTA: Considerando que la Psicología Social Comunitaria surgió en el seno de la Psicología Social, ¿cómo analiza Ud. esa relación? ¿Cuál es la contribución de la psicología comunitaria a la Psicología social? ¿Es ella todavía necesaria?

RESPUESTA: Desde mediados de los años ' 80 hemos visto surgir desarrollos teóricos en el seno de la psicología social comunitaria. Estos desarrollos responden al conocimiento producido mediante la nueva práctica y al uso de otros enfoques metodológicos (específicamente la investigación-acción participativa). Durante la década del ' 70, se

produjeron revisiones críticas de teorías sociales y psicosociales, las cuales eran reformuladas a la luz de los procesos comunitarios. Ejemplo de esto son las reinterpretaciones que hacen de las teorías de la atribución, psicólogos como Julian Rappaport o Luis Escovar. Pero había también aspectos originales relativos a la definición del campo y del objeto de esta psicología. Entre ellos es necesario citar los aportes de IR. Newbrough, quien ya desde 1970 anunciaba el carácter holístico de la subdisciplina, y que para fines de los '70 había, junto con su equipo de investigación, construido un enfoque teórico que llamó ecológico-transaccional, en el cual si bien asumía desarrollos psicosociales previos o contemporáneos, ya estaba señalando una vía propia.

Irma Serrano-García y sus colaboradores hacían otro tanto en Puerto Rico, incorporando una lectura crítica, libre, de Lucien Goldmann, de la teología de liberación, del naciente construccionismo social (en aquella versión aun a mitad de camino, de P Berger y T. Luckman). Otros coincidimos en hacer otro tanto con los Manuscritos Económicos y Filosóficos de 1844, de K. Marx, con los trabajos de fines de los años '50 y de los años '60 y '70, de O. Fals Borda. Y por supuesto, todos incorporamos una lectura psicológica de la obra de Paulo Freire.

Usando los términos de F. Moghaddam, se puede decir que se comienza con un enfoque modulativo, pero que modula teorías sociales o psicológicas de carácter generativo, que pronto pasarán (años '80) a ser generativas ellas mismas. En efecto, la teoría de las necesidades, la teoría del poder, la noción de compromiso, la noción de fortalecimiento (empowerment), el concepto de comunitaridad, entre otros aspectos, van a ser redefinidos en los años '80 (cf.: Martí-Costa; Serrano-García y López; Rappaport; Lane y Sawaia; Sarason; Wandersman; entre otros). Una corriente que podemos calificar como "ecológico-cultural" y que reúne diversos aportes (Newbrough et al.; Kelley et al.; Rappaport), se perfila claramente en los EE.UU. Y una psicología social comunitaria, que para entonces denominaba como psicología de la acción y transformación social, introduce su sello en la América Latina.

Con los '90, los aportes teóricos de la Psicología Social Comunitaria se multiplican: una redefinición de la teoría de las minorías activas, vista desde una perspectiva holística y dialéctica (Montem); el concepto de entrega sistemática del conocimiento popular como correlato del de devolución sistemática del conocimiento científico producido en la aplicación práctica (Gonçalves de Freitas); el concepto de episteme popular (Moreno), la idea de la ontología de la relación (Moreno; Montero);

Entrevista con Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas" *Psicología & Sociedade*; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

una teoría del liderazgo comunitario (Hernández); del compromiso (Lane y Sawaia; Gonçalves de Freitas; Montero).

Sin embargo, esto no significa abandono de los nexos psicosociales. Las teorías provenientes de ese campo continúan haciendo aportes a la Psicología Social Comunitaria y continúan siendo revisadas críticamente, con lo cual la reflexión sobre ellas termina en algunos casos por convertirse en enfoque teórico. A su vez, en el campo metodológico, y a partir del concepto de investigación -acción participativa (IAP) proveniente de Fals Borda y de Freire y sus seguidores, la psicología social comunitaria desarrolla numerosas formas específicas de intervención que modulan sobre esa base y que llevan a revisar y reformular el concepto de participación (Hernández, Montero; Sánchez). Hago hincapié en el origen de esa base, pues a veces se ha acusado, injustamente según creo, a la psicología social comunitaria y a la psicología comunitaria en general, de ignorar los aportes de Kurt Lewin y su labor fundante en relación con la investigación-acción (I-A). Pero basta revisar los trabajos publicados en el campo, tanto en América Latina (donde se producen las primeras aplicaciones francamente sociales de ese método), cuanto en el campo anglosajón, para ver que la referencia al artículo de Lewin de 1946, en el cual habla de la I-A y la describe someramente, son referencia obligada. Pero es en la obra del sociólogo Fals Borda y del educador Paulo Freire donde encontramos incorporada la participación con carácter horizontal, dialógico y de donde la noción de agente o investigador externo (psicólogos, investigadores de fuera de la comunidad) y agente o investigador interno (miembro de la comunidad) como co-participes, va a desarrollarse.

Hay un cierto repetir las críticas que en los años '70 y a inicios de los '80 se hacían a la IAP, que revela poco conocimiento de lo que se hace desde hace casi 20 años. Parece ignorarse todo el desarrollo epistemológico de la psicología social comunitaria en la segunda mitad de los '80 y en lo que va de esta década, que es, a mi modo de ver, la principal contribución que está dando la PSC a la PS. Y los orígenes de estos aportes están en la constitución misma de la PSC, primero como modo de hacer psicología y luego como reflexión sobre el conocimiento producido, sobre el modo de producirlo y sobre la relación entre sujeto cognoscente y objeto cognoscible. Creo que la PSC introdujo, de hecho, un nuevo paradigma en la PS, pues redefinió al sujeto de la psicología, redefinió el rol de los psicólogos sociales en su trabajo con comunidades; introdujo la dimensión ética en su definición del otro y redefinió la dimensión política, tradicionalmente vista como una mezcla de activismo

Entrevista con Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas" *Psicología & Sociedade*; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

y partidismo, con mucho de romanticismo revolucionario, que aun cuando era inconsciente de ello, no dejaba de ser clasista. Algo evidente en los años '60 y '70, cuando se pensaba que los intelectuales "comprometidos" irían a iluminar a los oprimidos-alienados, de manera casi "misionera".

La PSC ha apartado además la práctica de la perspectiva crítica, si bien es cierto que ya en la PS, para fines de los '70 e inicios de los '80, esa perspectiva estaba instalada (recuérdese a Wexler, a Armstead, o el impacto causado por la obra coordinada por Henriques: *Changing the subject*, 1984). Actualmente la perspectiva crítica está muy en boga y han surgido inclusive cursos de postgrado en Psicología Crítica (Pe.: Bolton Institute, Inglaterra), pero contrario a lo que parece empezar a plantearse por ahí, no es la psicología crítica la que influye en la PSC, sino que me atrevería a decir que son desarrollos paralelos, en los cuales la PSC hace un aporte a la posición crítica. Y es la PSC la que primero se desarrollará como rama independiente del conocimiento psicológico.

A su vez, el procedimiento de la acción-reflexión-acción y la necesidad de construir un marco conceptual y teórico en el cual integrar las explicaciones e interpretaciones que la práctica exigía, ha señalado los excesos del realismo, del relativismo, del dualismo y de la propia PSC. Ha demostrado la transitoriedad de las teorías y, a la vez, su necesidad, a la vez que enseña la modestia y la precaución necesarias unidas a la asunción de riesgos.

PREGUNTA: ¿Cuáles son los autores y obras de referencia, hoy, en psicología comunitaria?

RESPUESTA: Si debo hacer una lista de autores y de obras de referencia, pienso que pecaré por omisión. Hay muchos aportes. Hay una creciente producción de artículos y de libros en el campo de la PSC y el de la PC (sobre todo en el ámbito anglosajón). No obstante, debo decir que faltan obras, particularmente en el ámbito latinoamericano. Me gustaría ver trabajos de síntesis, pues hay múltiples aportes analíticos, pero muy pocos estudios sobre esos análisis y descripciones. O varios buenos libros de texto, a pesar del temor que me inspira la tendencia codificadora que a veces reside en ellos. Por otra parte, algunas de las obras más inspiradoras no han sido escritas dentro del campo propio de la PSC.

De 10 hasta hoy publicado, creo que la obra coordinada por Irma Serrano-García y Wayne Rosario Collazo (1992), es una excelente

Entrevista con Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas" *Psicología & Sociedad*; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

colección en la cual se pueden encontrar acuciosos artículos tanto teóricos y metodológicos como descriptivos de acciones específicas. La obra de Wiesenfeld y Sánchez (1995) suministra buena información sobre las tendencias desarrolladas en la PSC Iatinoamericana. La compilación de ReginaHelena Freitas Campos (1996) discute igualmente, interesantes aspectos conceptuales, teóricos y prácticos. Mi propia recopilación (1994) incorpora trabajos de colegas latinoamericanos que constituyen importantes aportes teóricos y metodológicos. En los EE.UU., un medio mas rico en publicaciones sigue destacando la obra de Newbrough, de Rappaport (su Handbook of Empowerment Studies, es una obra de base para el estudio del fortalecimiento), la de Kelley (hay una traducción castellana en Argentina, de algunos artículos suyos y de personas que siguen su linea, acompañada de una acuciosa introducción histórica hecha por Emique Saforcada,). También una obra como la recopilación publicada por la A.P.A., a cargo de Tolan, Keys, Cherton y Jason (Searching Community Psychology. Issues of Theory and Methods. 1990), contiene artículos de interés. De los manuales sobre "Community Psychology" de los años '70, creo que el mejor fue el de Rappaport. En el no sólo se definía con claridad el campo, sino que se hacia ya un aporte teórico, se fijaba una linea y se establecía un estilo de acción.

En Espana se comienza a publicar sobre un campo afin a la psicología comunitaria, la intervención comunitaria y la intervención psicosocial, pero' se trata de una línea distinta a la desarrollada en América Latina, mas cercana a la psicología de orden institucional dirigida a prestar servicios a la comunidad, entendida ésta en sentido muy amplio, como grandes sectores de población. De lo publicado hasta ahora allí, me parece que la obra de Sánchez Vidal y Musitu (1996) es la mas completa.

PREGUNTA: ¿Cómo trazaría Ud. el mapa de las divergencias epistemológicas fundamentales existentes en este campo, en la actualidad?

RESPUESTA: Creo que la principal divergencia epistemológica existe entre la posición latinoamericana de acción y transformación social y la posición asistencialista muy expandida en la mayor parte de Estados Unidos y ahora en Europa. No se puede hacer psicología social comunitaria para el cambio social, excluyendo a los sujetos de ese cambio. El cambio se puede decretar, pero de allí a que ocurra concretamente, a que penetre y sea asumido por los sujetos a los que está destinado o que se supone que' deben ser sus beneficiarios, eso es otra cosa.

Entrevista com Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas' Psicologia & Sociedade; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

Moghaddam y Crystal (1997) en un interesante artículo publicado en el *Journal of Political Psychology*, señalan que el cambio social es mucho más rápido en el nivel institucional que en las personas, y que por lo tanto su ritmo tiene la velocidad de la aceptación de las modificaciones o transformaciones, por las personas. Igualmente, sabemos que si no hay participación comprometida de las personas que forman una comunidad, las acciones o proyectos se mantendrán sólo en la medida en que sean impulsadas y financiadas por los agentes externos, pero que al salir estos, caerán por falta de mantenimiento, apoyo y acción de las comunidades que no los hicieron suyos. También sabemos de la dificultad en extinguir ciertas conductas profundamente arraigadas en una población. Pueden ser prohibidas, castigadas, se puede borrar su mención, no hablar de ellas y aun así conservarse en la memoria colectiva, mantenerse ocultas pero vivas, esconderse en prácticas aceptadas.

Entonces, lo que pareciera sólo una diferencia práctica es en realidad un profundo sisma epistemológico, pues se refiere a una concepción del sujeto, a una concepción de la producción del conocimiento y a una concepción de la relación entre ambas y del paradigma mismo que sustenta a una y otra posición. Desde sus inicios, la PSC ha definido sus principios fundamentantes: Se parte de una concepción del sujeto como actor social, constructor de su realidad; de una relación entre dos sujetos igualmente activos: uno externo, el o la investigadora de fuera de la comunidad, y otro interno: las personas de la comunidad con sus diversas formas y niveles de participación. Y ambos poseen formas de conocimiento necesarias para producir la transformación: el conocimiento científico y el conocimiento popular. Y el error, como el acierto, pueden estar en ambos. Y las decisiones en cuanto a modos y rumbos que tome la investigación no son ya coto exclusivo de los agentes externos, sino que tienen como centro a la comunidad, si bien no excluyen a los/as psicólogos/as. Y el conocimiento que se produce en esa relación pertenece a ambos. Mas aun, la prueba última de la eficiencia del trabajo psicosocial estará dada por el hecho de que los agentes externos (psicólogos) sean innecesarios, ya que su función es catalizadora y facilitadora, no de experto director, ni tampoco de benefactor.

Esta diferencia se muestra de variadas maneras. Si analizamos la producción publicada hasta el momento en uno y otro campo, algo que resalta es que la reflexión epistemológica es evidente en la PSC de orientación transformadora y crítica, pero no en la de corte asistencialista. Sólo hay reflexión sobre el sujeto en el primero de esos campos. Sólo hay elaboración teórica y conceptual sobre la relación entre sujeto y

Entrevista con Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas" *Psicología & Sociedade*; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

objeto de conocimiento en ese campo. Yeso me parece natural, pues sólo cuando aceptamos que hay un Otro respondi ente, independiente, podemos pensar en ese otro, en nosotros, en yo, en mi y en lo que nos une, nos separa, nos incita a indagar y a relacionamos para lograr cosas en común. De otra forma solo hay nosotros y ellos: los otros que no son como nosotros, a quienes falta algo o sobra algo, y cuya diversidad debe ser corregida desde nuestro punto de vista. Aun con las mejores intenciones, siempre hay un algo (o un mucho) de exclusión, de separación. No puede haber diálogo, ni relación horizontal en la posición asistencialista, aun cuando haya compasión y buena voluntad. Esto también ocurría con las posiciones "iluministas" en las cuales se veía al agente externo como un iluminador de masas o de grupos ignorantes y carenciados, que llevaban muchas veces a que ese agente externo confundiera su rol con el de un activista, perdiendo definición profesional, o bien con el de un misionero llevando la buena nueva a los paganos. Y nuevamente, en la base lo que hay es una noción de desigualdad: el agente externo posee la verdad, el conocimiento. Los miembros de la comunidad no los tienen. Esta, como he dicho, es en el fondo una visión clasista. Y es también una visión separatista, que mantiene las diferencias, al sustentarse en ellas.

Es interesante ver que en este sentido no podemos aceptar en la PSC las concepciones paradigmáticas basadas sólo en las dimensiones ontológica, epistemológica y metodológica, a la manera de lo que plantearon Lincoln y Guba en 1985 (Naturalistic Inquiry). Para la PSC, un paradigma tiene dos dimensiones más: la ética, que está directamente ligada a la definición del otro y al respeto por el, que supone también el respeto por sí mismo, y la política, que introduce el carácter público de la finalidad de la acción. Y no menos interesante, apasionante diría, es la actual discusión y producción sobre lo que podría definirse como una ontología y quizás una epistemología de la relación, que a partir de algunos filósofos de la liberación (Dussel, Scannone) y otros filósofos a secas, tales como Levinas y Buber, se comienzan a plantear en América Latina (Moreno, 1993; Guareschi, 1996; Montero, en prensa).

Dicho esto, debo agregar que la preocupación epistemológica no es lo más frecuente. La mayoría de los autores suele preocuparse más de los aspectos metodológicos, procedimentales, o teóricos que de las relaciones de producción del conocimiento. Esto lleva a la adopción implícita de posiciones epistemológicas y ontológicas, sin ningún cuestionamiento o reflexión sobre ellas. Cuando la psicología comienza a indagar en esos campos, empieza a ser y a hacer un poco filosofía. Si

Entrevista con Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas" *Psicología & Sociedad*; 10 (1): 5-22; jan./jun.1998

bien la psicología suele detenerse en los procesos mediante los cuales la persona produce el conocimiento, se relaciona con el otro, se construye a sí misma y construye o destruye a ese otro.

PREGUNTA: ¿Cómo evalúa Ud. el proceso de institucionalización y legitimación, por el Estado, de la PSC?

RESPUESTA: Creo que ese proceso no es de ninguna manera homogéneo y que hay profundas variaciones entre regiones y entre países. Por ejemplo, en Venezuela, en los años 70, hubo un intenso movimiento dirigido a la comunidad desde el Estado. La política gubernamental tuvo una fuerte orientación hacia la incorporación de las comunidades. Fue una época de gran riqueza para Venezuela, que permitió la generación de muchísimos programas de corte "comunitario". Se crearon instituciones gubernamentales como Fundacomún (una organización de ayuda a la comunidad) y Fundasocial (institución para ayuda social), que disponían de abundantes fondos. Esto se tradujo en planes de "remodelación de barrios (marginales)", de "desarrollo comunal", de "organización comunitaria", de cooperativismo, que a la vez que creaban una cierta conciencia comunitaria, también generaban un creciente clientelismo político. Pero al mismo tiempo, comenzaron a surgir organizaciones no gubernamentales, que también recibían subsidios del Estado, así como de organismos internacionales, y que promovían igualmente el comunitarismo como movimiento social destinado a la transformación del propio ambiente y al mejoramiento de la calidad de vida. Algunas de esas organizaciones todavía existen y han cumplido una intensa y fructífera labor, a la vez que han crecido y se han diversificado. Otras desaparecieron. Del impulso comunitario estatal es muy poco lo que queda. La política neoliberal barrió con las políticas sociales que entonces sustentaban esas tendencias de desarrollo social, si bien una comunidad autogestora parecería algo que a primera vista encajaría muy bien dentro del nuevo modelo, al menos en su capacidad de gerenciar su propia transformación.

A partir de esta experiencia, la evaluación que puedo hacer es doble: Por una parte creo que hubo, con todos sus defectos y limitaciones, una educación comunitaria difusa, que aun pervive y facilita ciertas formas de acción comunitaria y ciertos movimientos de fortalecimiento y desarrollo de la sociedad civil. De hecho, esa política tuvo un efecto positivo sobre la emergente sociedad civil venezolana, al hacerla cons-

Entrevista con Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas" *Psicología & Sociedade*; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

ciente de si misma y de sus posibilidades. El Movimiento de Integración de la Comunidad (ahora desaparecido), la Escuela de Vecinos (aun existente), las Asociaciones de Vecinos, surgen en ese momento y con altos y bajos han cumplido una función de defensa de los intereses colectivos frente a un Estado muchas veces abusivo, a la vez que enseñaron que el espacio político era mas que un espacio partidista. Sus limitaciones residen en su propia vulnerabilidad a la penetración de los partidos políticos, con la consiguiente conversión en reproducciones a escala de lo que ocurre en otros ámbitos de lo público. Igualmente, un efecto perverso ha sido el surgimiento de asociaciones que se unen para la privatización del espacio público (cierre de calles, por ejemplo), ganando para si una cierta seguridad, pero reduciendo la libertad. La otra evaluación es negativa, en cuanto se aumentó el clientelismo político, pues la política de mejora de barrios pasó por la administración de ingentes recursos distribuidos en muchos casos como prebendas partidarias, del partido político en posición de poder.

En los casos en que se legitima a la PSC, institucionalizándola, si bien se fortalecen ciertas organizaciones, logrando en el mejor de los casos dar mejores servicios, al mismo tiempo, si no se adopta una perspectiva participativa, se incrementará la dependencia y pasividad de las personas, disminuyendo su capacidad de organización social y reforzando un tipo de relación en la cual el individuo se enfrenta sólo a la institución, sin organizaciones intermedias en que apoyarse que faciliten la tarea de la institución y den sostén a la persona. Se contribuye así a reforzar el individualismo aislante y se debilitan las redes sociales. Esas redes, por el contrario pueden ser de gran ayuda para las instituciones de servicio público (hospitales, escuelas, centros de recreación, bibliotecas, etc.), llegando a constituir extensiones de ellas en la comunidad, a la vez que introducen los puntos de vista y la acción de la comunidad en las instituciones.

Y como he dicho antes, la posición de la PSC tiene un carácter liberador, en el sentido de fortalecer a la persona dentro del escenario de los grupos organizados en una comunidad, y también en la periferia o área de influencia de esos grupos, y de colocar en la comunidad el centro del control de sus decisiones y actos, y del poder de llevarlos a cabo y de negociar para lograrlo. Un sujeto pasivo, que recibe beneficios decididos fuera de su control, que aun cuando sean un servicio público le son otorgados en función de una lógica, de unas normas y de unos rituales (burocráticos) cuyo sentido se le escapa y le supera, es exactamente lo contrario de lo que plantea esta rama de la psicología. Sería mas de lo

Entrevista con Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas" *Psicología & Sociedad*; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

que hasta ahora ha dominado no sólo el campo de la psicología, sino asimismo, la relación entre ciudadanía y Estado, en la mayor parte del mundo. Es también dialógica, lo cual supone interacción, intercambio, diálogo y no un monólogo directivo que va en una sola dirección. En este sentido decimos que la PSC es también una forma de psicología política pues supone un desarrollo de la ciudadanía, de la sociedad civil.

PREGUNTA: ¿Cuál es el futuro de la enseñanza de la PSC? ¿Cuáles son las cualidades necesarias implicadas en la formación de un psicólogo social comunitario?

RESPUESTA: El futuro parece presentarse promisorio y además ya está ocurriendo, ya está convirtiéndose en presente. Los cursos con esta orientación están aumentando. En Colombia, en México han sido creados o están en proceso de crearse cursos de maestría y de doctorado en psicología comunitaria. Y a su vez, cursos de postgrado en psicología social (maestrías, doctorados) han comenzado a abrir salidas en PSC, tal ha ocurrido con la Maestría en Psicología Social de la Universidad Central de Venezuela, y con la recientemente creada Maestría en PS de la Universidad Nacional de Mar del Plata. Otro tanto se está intentando hacer en la Universidad Nacional de Rosario, en Argentina. En Estados Unidos, donde ya existían tales cursos, en algunas Universidades de prestigio se ha introducido esta línea. Y por supuesto, continúan existiendo la maestría y el doctorado de la Universidad de Puerto Rico. En 1996 dicté un curso de PSC en el Doctorado en Psicología de la Universidad Autónoma de Barcelona, en España, y en el nivel de la licenciatura (pregrado), en esa misma Universidad, así igual que en la Autónoma de Madrid se ha incluido la asignatura, enseñando sus diversas variantes, como ocurre en numerosas Universidades de la América, no sólo Latina, sino también anglosajona.

Creo que es previsible ver un aumento de cursos de postgrado en PSC y también en PC en general, en los próximos años. Hay una demanda creciente por los servicios de psicólogos sociales comunitarios, para trabajar tanto en instituciones gubernamentales como no gubernamentales y en organizaciones privadas. La decisión política, religiosa o ética de muchos psicólogos y psicólogas comunitarias los ha llevado hasta ahora, a privilegiar el trabajo con comunidades de bajos recursos, pobres o carenciadas en algún sentido; sin embargo, no es ese el único ámbito de acción de la PSC, comunidades con otros niveles socioeconómicos,

Entrevista con Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas" *Psicología & Sociedade*; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

organizaciones empresariales, están demandando los servicios de este tipo de profesional.

En cuanto a las cualidades necesarias implicadas en la formación de un psicólogo social comunitario, creo que la pregunta puede responderse en dos sentidos: las que se necesita para llegar a serlo, las necesarias para enseñar a serlo. En el primer caso, aparte de aquellas que todo estudiante necesita, en mi experiencia docente he decidido privilegiar una en particular: el compromiso. Esto supone una formación ética (trabájese con quien se trabaje), que lleva a una concepción respetuosa del Otro y de si mismo. Es saber a quien deseamos prestar nuestros servicios, quien los necesita, con qué grupos y comunidades deseamos y debemos, como profesionales, trabajar. Para qué queremos hacerlo. Cuál es nuestro deber como profesionales, para con las personas que solicitan nuestros servicios y cuál es nuestro deber con nuestra propia comunidad científica. Creo que esto es fundamental y se también, que no es fácil desarrollarlo. Pero en mi práctica docente trato de poner ese aspecto en claro desde el inicio del curso, e incluso, dado que en la Escuela de Psicología de la Universidad Central de Venezuela, donde soy docente e investigadora, la PSC es una asignatura optativa dentro de la cátedra de Psicología Social Aplicada, si un estudiante no siente el compromiso necesario para trabajar con las comunidades con las cuales realizamos nuestras tareas, le doy la oportunidad de cambiarse a otra de las asignaturas que ofrece esa cátedra.

Para que esto sea posible, en el primer mes de clases trabajamos aspectos éticos y conceptuales de la PSC y sólo después comienza la familiarización mutua de estudiantes y comunidad, para la cual, si es posible, invitamos a personas de los grupos organizados de la comunidad a que vengan a nuestras aulas a hablar de sus problemas y de las soluciones que han implementado o desean llevar a cabo. Y luego comienzan las visitas y contactos con la comunidad.

Lógicamente, es necesario estudiar, leer, reflexionar sobre lo leído, vivido y hecho, pero lo fundamental es la concepción dialógica, horizontal, democrática, del otro. Y eso es algo que no se expresa en las respuestas a un examen o en el discurso intelectual del aula de clases, pero que se transparente y es evidente en como nos relacionamos con esos otros que integran una comunidad, en cómo trabajamos con ellos, planificamos con ellos, analizamos, discutimos y reflexionamos con ellos. El tono de la voz, la postura asumida, el interés manifestado, las preguntas que se hacen, dicen mas que cien elaborados discursos llenos de las palabras "correctas" y de las citas "adecuadas". Lo que mas detesto (y

Entrevista con Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas" *Psicología & Sociedad*; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

me excuso por personalizar el punto, pero así es), es el autoritarismo encubierto y la hipocresía. Las posiciones oportunistas de quienes se acercan a una comunidad para obtener un beneficio, congraciándose ahora para luego desaparecer con su botíll de datos o de conocimientos. A eso lo llamo "investigación extractiva".

¿Qué hay que tener entonces para enseñar PSC? Exactamente lo mismo que pedimos a nuestros estudiantes. Y además paciencia y experiencia, pues es necesario saber calmar la ansiedad de los estudiantes cuando las cosas que se esperan no suceden, como en la investigación tradicional, cuando se las "planifica", sino cuando las comunidad está lista para llevadas a cabo, pues las comunidades tienen su tiempo, que es diferente del tiempo de las investigaciones académicas. Por eso es necesario prever formas de "cierre", de evaluación, que permitan a los estudiantes, sujetos a los lapsos universitarios, poder poner un fin a su parte del trabajo, comprendiendo que la vida de la comunidad sigue en otro ritmo. Y es necesario también enseñarles que el/la psicóloga comunitaria debe prepararlo todo, pensar en todo, para poder improvisar de acuerdo con la comunidad. Que realmente se investiga en la acción, con la participación interventiva de personas de las comunidades. Es decir, entender que hay límites a su práctica y, como lo plantea Fals Borda en 1981, que se debe ser modesto, pues no se produce conocimiento sólo en el campo de la ciencia, ni hay conocimiento, por pequeño que sea, que no sea útil.

PREGUNTA: ¿Cuál es el futuro de la práctica de la PSC?

RESPUESTA: Me inclino a pensar que irá en aumento. Y esto lo fundamento en el hecho de que cada día veo más oportunidades de trabajo, al menos en mi país, para los psicólogos comunitarios. Ya aparecen anuncios en los diarios solicitando psicólogos especializados en el trabajo con comunidades, a los cuales se ofrecen sueldos competitivos. Y lo más interesante es que se exige la formación específica. No se trata como he visto muchas veces, de una etiqueta, en la cuallo comunitario puede ser cualquier cosa.

Si queremos hacer prospección sobre este campo, podríamos pensar en que la orientación de la psicología comunitaria, esa ética de la relación y del respeto del otro, el trabajo entendido como co-participación en situaciones de grupos comunitarios, pasará a ser visto no sólo como una posibilidad, sino como una necesidad para el desarrollo no sólo económico

Entrevista con Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas" *Psicología & Sociedade*; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

y social, sino también político de la ciudadanía. Y en tal sentido, nuevos espacios se abrirán a la práctica comunitaria. Actualmente podemos ver cuatro grandes espacios delimitados con cierta claridad: la organización y desarrollo de las comunidades; la salud comunitaria; la participación comunitaria en la educación; el enfoque comunitario en las organizaciones. Creo que proximately veremos el desarrollo de una política comunitaria. Y por otra parte, el enfoque asistencialista, igualmente, por reflejo de lo que ocurre en la PSC y por exigencia social, igualmente mantendrá su demanda de prácticas comunitarias (psicología en la comunidad, psicología para la comunidad, como dice Maria de Fátima Quintal de Freitas). Recientemente he leído un interesante artículo (en vías de publicación), de Mariane Krause, en Chile, donde señala como el movimiento comunitario en su país está derivando de una PSC orientada en sentido liberador, hacia una de carácter asistencialista. Por otra parte, en los EE.UU. hay una corriente cada vez más fuerte en pro de la PSC liberadora, a la manera que es hecha en América Latina.

PREGUNTA: En relación con la emergencia de los fundamentalismos y localismo, regionales y étnicos, los valores éticos que nortean la PSC, especialmente la solidaridad y el comunitarismo, no favorecerían las comunidades apartheid?

RESPUESTA: Ese peligro está presente independientemente de la presencia de la PSC. El apartheid no es un movimiento que surja dentro de las comunidades, sino una imposición hecha desde una mayoría dominante (grupo que ejerce el poder asimétricamente en función de su control de los recursos), sobre una minoría oprimida, a la cual se excluye, e incluso recluye en ámbitos específicos. La solidaridad y el comunitarismo se dirigen a lograr una participación equitativa en los bienes sociales. Las comunidades son parte de una sociedad mayor, algo que no se debe olvidar. Y sus necesidades e intereses se relacionan con los de esa sociedad. La conexión política de la psicología comunitaria destaca su carácter democratizador, fortalecedor de la sociedad civil, que desarrolla ciudadanía. No se trata de generar acciones aisladas que llevan a una autosuficiencia que corta nexos con la sociedad. Se trata de obtener el goce cabal de los derechos ciudadanos, sin olvidar el cumplimiento de los deberes correlativos.

Los fundamentalismos, los regionalismos separatistas, no necesaria-

Entrevista con Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas" *Psicología & Sociedade*; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

mente pasan por el comunitarismo y ciertamente no parecen orientarse por una concepción ética liberadora del otro y del si mismo. Dicho esto, podría pensarse que dentro de tales movimientos cabrian organizaciones comunitarias, ajustadas a los objetivos y credo de la sociedad mayor. Pero, ciertamente, no hay que pensar que los principios orientadores de la PSC estén siempre presentes en toda acción comunitaria. También pueden haber efectos perversos, como el que antes he descrito, en el cual buscando seguridad y tranquilidad, una comunidad impide el libre tránsito de los demás ciudadanos por calles que son espacios públicos. Allí podemos ver la aplicación de procedimientos cooperativos con una lógica individualista. Sin embargo, la presencia de tales efectos debe llevar a correcciones del modelo, no a la parálisis ni a desecharlo, pues allado de esos excesos, están los efectos positivos del fortalecimiento ciudadano

PREGUNTA: ¿En qué sentido se puede hablar de comunidad, teniendo en cuenta el individualismo dominante en las grandes metrópolis, incentivado por una tecnología que coloca la tela [ESTA EXPRESION NO LA ENTIENDO BIEN] como mediación de las relaciones de los individuos entre sí y con el mundo?

RESPUESTA: Aunque siempre afirmamos que la vida social es dinámica, pareciera que terminamos reduciéndola siempre a algunos de sus aspectos. Quizás esto se debe a nuestra necesidad de simplificación para facilitar la comprensión de algo tan complejo. Individualismo y colectivismo han convivido siempre. Según las circunstancias históricas y culturales puede predominar uno u otro, pero los dominios absolutos no existen en la vida social. Si así fuese seria estática, no habria cambios sociales. Y si de algo podemos estar seguros es de que los habrá. Todo se transforma. Nuestra utopía como agentes de cambio social es la de imprimir una dirección específica a esas transformaciones, en tal sentido que favorezcan a todos y logren la mayor igualdad posible en el goce de beneficios públicos y en la capacitación de todos para obtenerlos.

La orientación sociocultural e histórica hacia una u otra tendencia, puede facilitar u obstaculizar el trabajo comunitario. En las sociedades latino-americanas me parece que hay una orientación mas colectivista y por ello me parece que las personas comprenden con mayor rapidez los beneficios de unirse para lograr algo que beneficie a todos. En países europeos me parece que esto es mas difícil. Dictando un curso de PSC en el Doctorado en Psicología de la Universidad Autónoma de Barcelona, en 1996, me

Entrevista com Maritza Montero: "¿Experiencias comunitarias exitosas? ...América está llena de ellas' *Psicología & Sociedad*; 10 (1): 5-22; jan./ jun.1998

encontré con una expresión de esto: la dificultad para los estudiantes de comprender el concepto y el sentido de comunidad; su dificultad para identificar comunidades en su entorno y, el temor a la pérdida de la individualidad en la pertenencia y reconocimiento de una comunidad. Es decir, la comunidad vista como algo temible, invasor de la privacidad, uniformador, anulador de la persona. Creo que por esa razón lo que en Europa se llama comunidad responde a un criterio diferente de lo que en América denominamos así. Comunidad en muchos programas europeos es lo colectivo en general, o lo extraño: los gitanos pueden tener comunidades, pero no los buenos ciudadanos definidos de acuerdo a alguna norma, que creen comunicarse directamente con el Estado a través de sus instituciones. Quien apela al sentido de comunidad o es, o termina siendo un disidente, un contraventor.

PREGUNTA: La muerte del sujeto en las teorías modernas y la disolución sociológica de la clase trabajadora como sujeto de historia ¿afecta la idea de comunidad como espacio de transformación social y como utopía social?

RESPUESTA: De mis anteriores respuestas se puede desprender que no es así, puesto que la comunidad no es un fenómeno restringido a las clases trabajadoras. La Escuela de Vecinos, en mi país, es una creación de la clase media alta, que ha prestado sus servicios a todos los niveles socioeconómicos. El movimiento vecinal, tan activo y eficiente en muchos casos, se manifiesta en la clase media al igual que en sectores de muy altos ingresos y en barrios obreros y marginales, además de sectores campesinos. Creo que la elección ética que hemos hecho muchos psicólogos y psicólogas comunitarios de trabajar con personas de bajos recursos, ha generado la creencia de que esta es una psicología que sólo se aplica en ese ámbito. Pero no es así. El movimiento comunitario es más extenso. Por esa razón sus expresiones son muy variadas y puede generar incluso respuestas paradójicamente individualistas. de un individualismo comunitario, valga decir.

PREGUNTA: Una experiencia significativa en psicología comunitaria?

RESPUESTA: Hay tantas. En Rosario, Argentina, la labor desarrollada por el Centro de Asistencia a la Comunidad en la cual vecinos, estudiantes

y psicólogos trabajan en la solución de problemas comunitarios, es un buen ejemplo. La Escuela de Vecinos, en Venezuela, que antes he mencionado, provee adiestramiento en cuatro áreas: organización comunitaria, comunicación, conocimiento de leyes y rescate y fomento de la cultura popular. Ese es otro buen ejemplo. Su uso de los medios de comunicación ha sido óptimo. La experiencia de autoconstrucción comunitaria asistida por Euclides Sánchez y Esther Wiesenfeld y realizada por los vecinos de Casalta III en Caracas, es un relato de éxito: de ser marginales cuyas cabanas desaparecieron al haber un deslizamiento del cerro en que estaban construidas, los miembros de esa comunidad en el lapso de diez años pasaron a ser propietarios de apartamentos en edificios construidos y diseñados por ellos. Ellos negociaron a ayuda gubernamental, a supervisaron, defendieron sus derechos y hoy viven en el lugar que soñaron.

Este es un excelente ejemplo. El Grupo Social CESAP (Centro al Servicio de la Acción Popular), un conjunto de organizaciones no gubernamentales, también en Venezuela, trabaja con exitosas empresas comunitarias rurales y urbanas en diversas zonas del país. En Costa Rica, los campesinos de la Bahía de Pavones han logrado hasta ahora impedir el despojo de sus tierras, enfrentándose organizadamente a poderosos intereses económicos. En mi propio trabajo, como psicóloga comunitaria he tenido muchas satisfacciones provenientes del trabajo con comunidades que se han organizado para transformar su ambiente. Desde 1990 trabajo predominantemente en San José de La Urbina, un barrio de 25.000 personas, obreras, en el cual grupos comunitarios organizados vienen trabajando desde hace más de veinte años y han logrado crear una biblioteca-ludoteca, un dispensario de Salud, un Centro de salud y ahora construyen otro nuevo, además de las múltiples acciones llevadas a cabo para mejorar la educación y sanear el medio ambiente. Esta es una pregunta sin fin, con una respuesta sin fin. Hay muchas experiencias comunitarias exitosas. América está llena de ellas.

AUTODESCRIPCIÓN DEL SELF EN EL TST: POSSIBILIDADES Y LÍMITES

Núria Codina

RESUMO: Este trabalho esclarece como o TST (Twenty Statements Test) de Kulm foi concebido, quais são suas principais vantagens e inconvenientes, em que âmbitos sua aplicação é valorizada e quais as perspectivas que o instrumento possui. Destacam-se assim vários aspectos teóricos que incidem na elaboração do instrumento e nos sistemas de codificação das respostas. Aponta-se, entre os inconvenientes, que a análise das respostas, de Kulm e seus seguidores, geralmente simplificam e distorcem a realidade registrada; e entre as suas vantagens está a de que, ao ser minimamente estruturado e pedir como respostas auto descrições narrativas, o TST supera em certos aspectos os instrumentos estruturados e não estruturados. A respeito das aplicações, observa-se que as características estruturais do instrumento são valorizadas nos estudos comparativos do self, transculturais e longitudinais. Finalmente, considera-se que as possibilidades da prova dependem da coerência entre o registro, a análise das respostas e os objetivos do estudo. Em particular, e com vistas ao futuro, explica-se que o TST é um instrumento moldável que pode registrar características específicas do self sem renunciar a suas vantagens de teste minimamente estruturado e que as autodescrições refletem aspectos da complexidade do self ainda não investigados.

PALAVRAS-CHAVE: Self, TST (Twenty Statements Test), psicologia social, subjetividade, análise qualitativa.

INTRODUCCIÓN

En la investigación del self, una de las primeras aproximaciones que se propuso formalizar las relaciones entre la teoría y el análisis empírico es la elaborada por Manford Kuhn. La prueba que diseñó para estudiar el self, la conocida por las siglas TST (Twenty Statements Test), ha sido considerada la aportación más influyente en el estudio del fenómeno¹.

CODINA, N. "Autodescripción del self en el tst: posibilidades y límites"
Psicología & Sociedade; 10 (1): 23-38; jan./jun.1998

Una muestra de tal influencia lo constituye el hecho de que, ya en 1958, cuando sólo contaba con ocho años de existencia, la prueba nacida en la Universidad de Iowa captó la suficiente atención para que en el encuentro de la American Sociological Society se dedicara una sección al estudio del self bajo el título "Iowa studies of self attitudes"².

Sin embargo, el impacto de la aportación de Kuhn en el campo de la literatura psicológica es más bien modesto. Esto, además de poderse argumentar por el predominio de unas orientaciones teóricas no coincidentes con los planteamientos del autor, se explica fundamentalmente por otros dos motivos. Uno es que muchas investigaciones no han sido publicadas, como es el caso de las Tesis Doctorales defendidas en la Universidad de Iowa Y otro motivo es que la mayoría de los trabajos han aparecido publicados en una revista más consultada por cierto sector de sociólogos que por psicólogos, *The Sociological Quarterly*³.

Pero las deficiencias en la difusión y en el interés por consultar los trabajos desarrollados en torno a esta metodología no ha quedado en un simple desconocimiento de la técnica, de las bases teóricas que la sustentan o de las constataciones que se han derivado a partir de sus aplicaciones. Las consecuencias de esto son que existen interpretaciones poco fundamentadas sobre las cuestiones conceptuales (éstas las consideraremos en un próximo trabajo) y se tiene un conocimiento confuso sobre la técnica de Kuhn. Las inexactitudes más frecuentes son las relativas a: las instrucciones que encabezan la prueba; el tiempo fijado para responder al cuestionario; la categorización de las respuestas; las bases teóricas en las que se apaya el instrumento; o, las aplicaciones de la prueba.

Teniendo en cuenta el estado actual de conocimientos sobre el planteamiento de Kuhn, consideramos necesario aclarar sus orígenes, límites y posibilidades.

EL ENFOQUE DE M. KUHN

En los intereses y planteamientos científicos de Kuhn confluyen las influencias de distintos científicos sociales que conoció, a través de seminarios y grupos de discusión, mientras era estudiante de la Universidad de Wisconsin. Spitzer, Couch y Stratton⁴, autores de una monografía sobre la investigación del self en la tradición de Kuhn, consideran que Young, le alejó de los principios de conducta sostenidos por la psicología dominante en la época y le aproximó al interaccionismo

CODINA, N. "Autodescripción del self en el tst: posibilidades y límites"
Psicología & Sociedade; 10 (1): 23-38; jan./jun.1998

simbólico; Stouffer y Ross, respectivamente, le aportaron las nociones de indicador simbólico y estatus, que serán elementos destacados en su teoría del self, y, Linton, le llevó a apreciar la importancia de las relaciones entre cultura y personalidad, así como del proceso de socialización, las cuales también inciden en su concepto de self. Además de la influencia que ejercieron estos y otros autores, en los planteamientos de Kuhn también fueron relevantes sus experiencias prácticas en el ámbito del counseling en California e Iowa y sus estudios sobre la organización del grupo religioso "Old Order Amish" de Iowa.

Así, en uno de sus primeros trabajos científicos, su tesis doctoral (1941), Kuhn analizó ya desde el interaccionismo simbólico las aportaciones de George H. Mead, Cooley y Dewey. Pero su aportación más importante al respecto la desarrolla apartándose de algunos planteamientos básicos de esta corriente.

A este distanciamiento contribuye el hecho de que cuando Kuhn investiga la posibilidad de operacionalizar el self y crear un instrumento para medirlo empíricamente, esta posibilidad no se contempla en los análisis del self que se promueven desde el interaccionismo simbólico⁵. Pero las divergencias no se limitan a la forma de aprehender el fenómeno. De acuerdo con los objetivos de este trabajo observamos que las discrepancias afectan a cómo conciben la ciencia y el self. Kuhn defiende una ciencia que dé cabida a una investigación empírica que permita contrastar los desarrollos especulativos y deductivos, y, de esta forma, superar el problema del escaso consenso en la formalización que precede a los estudios empíricos del interaccionismo simbólico. Por lo que se refiere a la noción de self, mientras Kuhn sostiene que éste tiene una consistencia derivada y mantenida en las afiliaciones sociales, desde el interaccionismo simbólico se enfatiza el carácter procesual y fluido del fenómeno⁶.

Dado que Kuhn es partidario de un modo de entender e investigar el self que no es asimilable con los puntos de vista de sus antecesores, en su modelo explicativo utiliza las expresiones de "otros orientacionales" y "yo". El "otro" del interaccionismo simbólico, siguiendo a Mead, está ubicado en un rol y una situación específica. En cambio, los "otros orientacionales" (los contemporáneos, los presentes, los ausentes, los pasados, los próximos, etc.) tienen un carácter biográfico, establecen con el sujeto una relación emocional y psicológica básica; le proporcionan su vocabulario (conceptos, categorías y roles más generales) y le ayudan a mantener o a cambiar su "yo" a través de la relación comunicativa que mantienen con él⁷. De este modo, Kuhn ve el self como una estructura

CODINA, N. "Autodescripción del self en el tst: posibilidades y límites"
Psicología & Sociedade; 10 (1): 23-38; jan./jun.1998

integrada por identidades nacidas de los roles y los estatus, los intereses y las aversiones, las autoevaluaciones, etc.

De acuerdo con estas premisas teóricas, poco después de su llegada a la Universidad de Iowa (1946), Kuhn realizó repetidas observaciones sobre la organización de la personalidad y la internalización de roles y estatus de los miembros de la "Old Order Amish". Paralelamente, mediante el análisis de contenido estudió las narraciones autobiográficas y autodescriptivas de sus alumnos. A partir de estas exploraciones, en 1949, adoptó una postura intermedia entre la entrevista informal y las pruebas de personalidad de respuesta abierta y cerrada (por ejemplo: Rorschach, TAT, completamiento de frases, o, MMP1) y elaboró un cuestionario con 13 ítems que hacían referencia a los roles desempeñados y las orientaciones de valor.

A través de preguntas como "What Person Would You Most to Be Like?", el cuestionario imponía cierta estructura en los estímulos y minimizaba la restricción de respuestas posibles. Unos meses más tarde, en la primavera de 1950 solicita a sus alumnos que escriban narraciones como respuesta a la pregunta "Who Are You?". Con estas descripciones, entre las que se encontró con una que llevaba el título "Who Am I?", analizó las dimensiones o temas que contenían los escritos. Una dificultad que experimentó en este procedimiento era determinar las unidades de análisis a partir de las autodescripciones, pues dichas unidades podían ir desde simples palabras a párrafos. Para dar solución a este problema sin renunciar a la aproximación narrativa, consideró que el sujeto puede describirse a sí mismo a través de veinte respuestas separadas. Después de estas pruebas preliminares, finalmente en octubre de 1950 administró por primera vez la prueba denominada Twenty Statements Test, más conocida por las siglas TST, o, WAI, correspondiendo en este último caso a las siglas de la pregunta estímulo de la prueba: "What Am I?".

EL PROCEDIMIENTO EMPÍRICO DE KUHN

Aunque se considera que Kuhn es el artífice del TST y su estudio de 1950, un importante punto de partida en la historia del instrumento⁸, aquí veremos la prueba tal como la explican Kuhn y McPartland, pues el trabajo más citado en relación al TST es el publicado por ambos autores en 1954 en la *American Sociological Review*.

CODINA, N. "Autodescripción del self en el tst: posibilidades y límites"
Psicología & Sociedad; 10 (1): 23-38; jan./jun.1998

La prueba plantea tan solo una pregunta a la que los sujetos deben responder en un tiempo de doce minutos. El cuestionario se presenta en una sola hoja encabezada por la siguiente instrucción:

"Más abajo, en esta misma hoja, encontrará enumerados veinte espacios en blanco. Por favor, escriba en ellos veinte respuestas a la pregunta ¿quién soy yo? Se trata simplemente de escribir veinte respuestas diferentes a esta pregunta. Conteste como si las respuestas se las diera a Ud. mismo y no a otra persona. Escriba las respuestas en el orden que se le ocurran. No se preocupe de su lógica o importancia. Proceda lo más rápidamente posible, el tiempo es limitado"⁹

El análisis de las respuestas que siguen Kuhn y McPartland aparentemente es bastante simple. En coherencia con la teoría, el sistema de codificación se basa en la idea de que las personas se definen a sí mismas haciendo afirmaciones consensuales y no consensuales (denominadas también subconsensuales). Las primeras se refieren "a grupos y clases cuyos límites y condiciones de membresía son materia de conocimiento común" y que están socialmente definidos (por ejemplo: estudiante, chica, marido, de Barcelona, estudiante de...). Las respuestas no consensuales se refieren "a grupos, clases, atributos, rasgos u otras cuestiones que requieren de la interpretación por parte del emisor para precisar la relación que tienen con otras personas" (por ejemplo: feliz, aburrido, bastante buen estudiante, buen hijo, interesante, etc.)¹⁰.

Esta categorización, según sus artífices, permite conocer el grado de anclaje social de la persona. La teoría predice que las respuestas consensuales respecto a un objeto, coinciden con las que dan sobre el mismo objeto los otros que están en contacto. Son respuestas que se dirigen a una audiencia amplia, a un otro general o social. Por lo que se refiere a las no consensuales, éstas reducen la audiencia a un grupo o categoría especial de otros significativos. Se desprende de ello que una alta puntuación de locus (puntuación de lugar, muchas respuestas consensuales) indica que la persona está anclada en la pauta general de la vida social, mientras que una puntuación baja lleva a pensar que se comporta de manera menos estandarizada¹¹.

Otras dos cuestiones que el modelo teórico asume y la prueba pretende registrar es que las primeras respuestas del sujeto reflejan la importancia del grupo sobre la definición de sí mismo y las características más relevantes del self. De acuerdo con esto, las personas tienden a responder al cuestionario, primero con autodescripciones consensuales y cuando estas se agotan, con no consensuales.

CODINA, N. "Autodescripción del self en el tst: posibilidades y límites"
Psicología & Sociedade; 10 (1): 23-38; jan./jun.1998

El procedimiento de Kuhn y McPartland presenta otras muchas posibilidades. Los mismos autores terminan su artículo apuntando que el test podría aplicarse al estudio de la personalidad y la cultura, para lo cual debería completarse con el estudio de las identificaciones subjetivas de los sujetos en términos de estatus, roles, actitudes disociadas, etc., o con la formulación de preguntas como: qué hago yo, qué desearía hacer, como miembro de un grupo X cómo me siento yo, etc.

HETEROEVALUACIÓN DE LA CONSENSUALIDAD Y LAS AUTODESCRIPCIONES

El sistema de categorías utilizado por Kuhn y McPartland presenta algunos problemas técnicos y conceptuales¹². Los mayores inconvenientes se refieren a la distinción entre respuestas consensuales y no consensuales, y pueden resumirse en la pregunta: ¿consenso, para quién?

El origen de uno de estos problemas se encuentra en los conocimientos que posee y los criterios que utiliza el investigador para categorizar las respuestas de los sujetos. Por ejemplo, la descripción "soy dromedario", posiblemente, muchos analistas la interpretarían como respuesta no consensual. Sin embargo quien conozca que "dromedario" es el nombre de un supuesto grupo musical en torno al que se ha organizado un pequeño club de fans, podría calificarla como consensual. La atención que debe prestarse sobre esta posible fuente de error no es una cuestión baladí, ya que, como encontró Gordon¹³, las personas que pertenecen a una minoría o se encuentran en una posición dominada, esta circunstancia estimula la emisión de afirmaciones que la hacen explícita. Pero volviendo al ejemplo, la respuesta "dromedario", el investigador también podrá calificarla como no consensual si entiende que el club no constituye realmente un grupo, o, si elige una unidad de consenso superior al número de personas que integran el club. En consecuencia, la experiencia y un conocimiento amplio sobre la diversidad de posibles respuestas consensuales será fundamental, aunque no suficiente, para categorizar correctamente las respuestas.

Otro inconveniente es el relativo supuesto de que las descripciones consensuales son las que informan sobre los componentes más importantes del concepto de yo y estos vienen dados por las pertenencias grupales. Pero ¿Y las no consensuales?; ¿cómo deben interpretarse?; ¿son menos importantes que las consensuales? En el procedimiento establecido para analizar esta dimensión, parece claro que una respuesta

CODINA, N. "Autodescripción del self en el tst: posibilidades y límites"
Psicología & Sociedad; 10 (1): 23-38; jan./jun.1998

consensual, por ejemplo "soy médico", se dará cuando la persona se ve a sí misma respondiendo a las expectativas del rol de médico, una percepción que le vendrá dada por cómo la ven los otros. Sin embargo, se consideraría no consensual una descripción, como "soy ordenado", a pesar de que la persona la emitirá porque para ella es importante y/o porque se ve a sí misma, a través de los otros, cumpliendo con las expectativas de comportamiento que estos otros tienen sobre el rol de ordenado. Como puede advertirse con este ejemplo, en el análisis sugerido por los autores, el investigador decide sobre consensualidad y la importancia de las respuestas. Las consecuencias de ello es que, al margen de los errores antes comentados, se pueden catalogar como consensuales o como elementos importantes del self aspectos que son irrelevantes para la persona que las ha formulado; y, a la inversa, pueden calificarse como no consensuales y, por lo tanto, en teoría poco importantes en el concepto de sí mismo descripciones que para el emisor pueden ser relevantes.

Como se ha observado, los problemas de consensualidad se deben a la definición e interpretación imprecisa de esta dimensión¹⁴ y a la participación activa del investigador¹⁵. Ahora bien, en mi opinión el problema no sólo radica en los errores derivados de la ambigüedad y la subjetividad. El mayor impedimento está en el hecho de querer convertir una realidad compleja en otra dicotómica, de hacer encajar las respuestas de los sujetos dentro de una ordenación lógica para el investigador. Este problema se concreta en la pretensión de elevar a nivel de categoría conceptual una realidad que el cuestionario, con su estructura abierta, recoge con un mínimo de restricciones. En otras palabras, en el procedimiento de Kuhn tenemos lo siguiente: por una parte, el cuestionario con el que se aprehende la realidad tal cual es (compleja) hasta el límite y en los aspectos que el sujeto estima que responden a la pregunta quien soy yo; y, por otra parte, la imposición de unas categorías que se refieren a unas características abstractas. En consecuencia pues, el procedimiento de Kuhn y McPartland invita a practicar inferencias y abstracciones sobre la realidad registrada, de manera que la simplifica, altera e, incluso, sesga.

Los problemas relacionados con las pruebas del TST no se agotan con lo expuesto ni se limitan a la consensualidad o subjetividad del investigador. La participación activa del sujeto en el proceso de recogida de datos, por razones coyunturales a la pasación de la prueba, incide en los resultados que se obtienen. Concretamente, en nuestros estudios con el TST hemos comprobado, que las descripciones tienden a ser estereotipadas o redundantes cuando no se sabe muy bien qué responder; las

personas presentan diferentes actitudes ante la prueba; las interpretaciones que se hacen de la pregunta quien soy yo son muy diversas; el nivel cultural y la edad de los sujetos repercute en la capacidad de las personas para expresar en palabras la visión que tienen de sí mismas, etc. Otros problemas infravalorados, tanto en las críticas como en las aplicaciones de la prueba, son los consabidos efectos experimentales y el cansancio o aburrimiento que genera la actividad requerida en el TST.

ANÁLISIS DE LAS CONSENSUALIDADES Y LAS AUTOEVALUACIONES DE LAS RESPUESTAS

El procedimiento establecido por Kuhn y McPartland en 1954, según los registros de Spitzer, Couth y Stratton¹⁶, se aplica en la mayoría de las investigaciones que utilizan la versión original del instrumento. No obstante, siguiendo con el objetivo de analizar la consensualidad a través del TST, unos años más tarde, McPartland por una parte y Kuhn¹⁷ por otra, dieron a conocer unos sistemas de codificación más detallados. Dichos sistemas, aunque continúan presentando problemas de ambigüedad y subjetividad, en cierto modo superan el procedimiento inicial de análisis de la consensualidad, pues la no dicotomizan la realidad y las categorías que los integran hacen una menor abstracción de los datos registrados; reflejan más el contenido de lo expresado por los sujetos. En cuanto a los objetivos de estos sistemas de codificación, debe observarse que si bien ambos consideran la dimensión consensual, mientras el de McPartland se centra en dicha dimensión, el de Kuhn, la contempla junto a las orientaciones conductuales que presentan las autodescripciones. Estas últimas consideraciones analíticas son importantes, ya que parecen inspirar el desarrollo de nuevos planteamientos en el análisis de las respuestas del TST.

Sobre los datos registrados en el TST se pueden aplicar otros sistemas de análisis que enfatizan aspectos distintos a la consensualidad, pero en estos casos, el instrumento se utiliza apartándose, en mayor o menor medida, de algunos de los objetivos iniciales con los que se presentó la prueba. Es decir, si bien en el procedimiento de Kuhn y McPartland se pretendía mostrar la estructura social del self, los análisis alternativos se centran, por ejemplo, en aspectos internos del fenómeno como la autosatisfacción o la autoevaluación. Específicamente, para estudiar las autoevaluaciones de las personas a través del TST, el propio Kuhn¹⁸ trabajó en el desarrollo de un sistema para clasificar las

CODINA, N. "Autodescripción del self en el tst: posibilidades y límites"
Psicología & Sociedade; 10 (1): 23-38; jan./jun.1998

autodescripciones como autoderogación, derogación de otros objetos sociales y autoactitudes contradictorias, Aunque Kuhn nunca llegó a publicar este procedimiento de análisis, este sistema sirvió para inspirar los que más tarde desarrollaron Fitzgerald et al y Salisbury¹⁹.

Para mitigar otro de los problemas del TST, el de la subjetividad del investigador, se han planteado distintas estrategias. Por ejemplo, se ha sugerido que la codificación la realicen distintos investigadores o que se entreviste al sujeto para dilucidar el significado de las afirmaciones y ganar precisión en las inferencias²⁰. También se ha propuesto que la prueba del TST se complemente con la formulación de otras preguntas. Esto último, por un lado, implica que el sujeto investigado adopte un papel más activo en el proceso de investigación, y, por otro lado presenta la posibilidad de ampliar o cambiar los propósitos iniciales de la prueba. No obstante esta práctica es más bien poco extendida, de manera que predominantemente la prueba se aplica siguiendo procedimientos de análisis heteroestructurados.

ANÁLISIS COMPARATIVO INTER E INTRAPERSONAL DE LAS AUTODESCRIPCIONES

En relación con una de las cualidades más destacadas del TST, la ya comentada mínima directividad en las instrucciones y escasa restricción en las respuestas, se ha visto que esta prueba presenta unas posibilidades de investigación con las que aventaja a los instrumentos estructurados y no estructurados. Aquí, por una parte, nos referiremos a una línea de investigación del self en la que más se está aplicando el instrumento. Por otra parte, consideramos la consonancia entre ciertas características de la prueba y algunas posturas actuales sobre la discutida cuestión de la estabilidad o inestabilidad del self.

El ámbito de estudio donde la prueba parece estar adquiriendo cierto protagonismo es el que trata de descubrir en qué áreas y con qué intensidad la sociedad determina el self de sus miembros. El interés por esta temática desde un punto de vista psicológico se ha incrementado en los últimos años²¹ y lo ha hecho desde perspectivas que van desde el constructivismo colectivo recientemente presentado por Kitayama, Markus, Matsumoto y Norasakkunkit, al conocido construccionismo social de Gergen²². La pluralidad de puntos de vista en el análisis del impacto del contexto sociocultural sobre el sí mismo también aparece alrededor del TST, donde se han diferenciado varias dimensiones conceptuales para subrayar

CODINA, N. "Autodescripción del self en el tst: posibilidades y límites"
Psicología & Sociedade; 10 (1): 23-38; jan./jun.1998

distintos aspectos del fenómeno. Entre estas, las más utilizadas para analizar los datos registrados en el TST están las de: individual-colectivo; dependencia-independencia; interdependiente-independiente; abstractoconcreto; individual-sociocentrico; ideocentrico-alocentrico, etc.²³ Ya por el número de dimensiones diferenciadas se puede adivinar que los resultados y conclusiones de los estudios desarrollados en esta línea de investigación no son homogéneos. Sin embargo, mayoritariamente se está de acuerdo en que las culturas tienen distintas concepciones de persona y que éstas inciden en determinadas dimensiones de la autopercepción. De esta manera se observa que en las autodescripciones hay aspectos basados en la sociedad y aspectos basados en la individualidad.

El interés por estudiar la influencia del entorno sobre el self y a través del TST no es nuevo. Como se ha visto, la teoría en la que se basa el TST concibe el self como el resultado de la experiencia social. Y, en coherencia con este planteamiento, en el plano empírico se ha observado que la pertenencia a grupos religiosos comporta que los sujetos presenten varias definiciones refiriéndose a estos grupos²⁴, o que las diferencias en las percepciones del rol político en grupos de derechas e izquierdas se relacionan con el modo de identificarse respecto a las principales instituciones sociales²⁵.

En definitiva, en esta modalidad de estudio, unas investigaciones muestran que son las convicciones socioculturales y otras que son los grupos de referencia los que inciden sobre el self de los sujetos, lo que sugiere que posiblemente la influencia del entorno se da a distintos niveles²⁶. Pero, dado que en estos estudios, la influencia de los contextos sobre el self se considera en el "aquí y ahora", y en un momento determinado, surgen preguntas como: ¿es el self una colección de atributos que con el tiempo incrementan su estabilidad?; ¿afectan los cambios del entorno en el si mismo?; ¿los aspectos individuales del self, son estáticos?; ¿lo son los sociales?; o ¿son inestables tanto unos como otros?

Las cuestiones que acabamos de formular nos llevan a recordar la histórica discusión sobre la estabilidad o inestabilidad del self. En esta polémica, que también se desarrolla aplicando las expresiones proceso o estructura, fundamentalmente, plantea si el self experimenta o no cambios con el transcurso del tiempo²⁷. Lejos de estar resueltos los pormenores de este debate, desde distintas perspectivas parecen emerger posturas que apuestan por ambas características²⁸.

En la tradición de Kuhn, inicialmente este autor concibió el self como proceso y más tarde puso el énfasis en la estructura del fenómeno. Pero

CODINA, N. "Autodescripción del self en el tst: posibilidades y límites"
Psicología & Sociedade; 10 (1): 23-38; jan./jun.1998

como acertadamente precisan Spitzer, Couch y Stratton²⁹, por una parte, la visión del self como proceso, Kuhn ni la descartó totalmente ni la integró en sus consideraciones estructurales, y, por otra parte, el self como fenómeno estable es algo que, ni él ni sus seguidores llegaron a demostrar. De este modo, un buen número de ellos han utilizado el TST entendiendo que en el núcleo del self se encuentra una serie de actitudes relativamente estables pero la estabilidad y la fluidez no son totales. La postura adoptada por los estudiosos de la Escuela de Iowa no sólo coincide con las que actualmente, como hemos observado, se están manifestando desde distintas perspectivas, sino que se sirven de un instrumento que puede registrar el carácter estable-inestable del self con mucha más precisión que los instrumentos estructurados. De hecho, como observan McCrae y Costa³⁰ con estos últimos mayoritariamente se defiende estabilidad del self. A nuestro entender, con los instrumentos estructurados, se practica una arriesgada inferencia, pues la ausencia de variabilidad entre pasaciones no asegura que exista estabilidad en determinados aspectos del self (significativos o no para el sujeto) que el instrumento no contempla.

A través del TST, algunas investigaciones específicas sobre esta temática han llegado a concluir que las características más importantes o centrales del self son más estables, o que mientras determinados aspectos del self presentan una sustancial estabilidad, otros cambian. Pero ¿cómo se explica este proceso? Entre otras variables se ha considerado que sobre él inciden: la edad, los estereotipos asociados a determinadas etapas de la vida, el compromiso con determinados estatus y roles, las experiencias críticas, el desempeño de nuevos roles, etc.³¹

Como se habrá podido advertir, en las investigaciones donde se valora más positivamente el instrumento tienen por objetivo principal establecer comparaciones. Metodológicamente esto lo llevan a término comparando los resultados de la codificación de las respuestas, de manera que se trabaja sobre unos procedimientos de análisis que, en alguna medida, simplifican la realidad. Sin embargo, estos estudios generalmente elaboran unos sistemas de categorización bastante concretos y no se interesan tanto por tipificar el self, como de explicar argumentadamente los resultados obtenidos en la comparación de categorías, razón por la que las distorsiones que comporta la categorización parecen ser secundarias.

CODINA, N. "Autodescripción del self en el tst: posibilidades y límites"
Psicología & Sociedade; 10 (1): 23-38; jan./jun.1998

En las páginas anteriores se ha observado que el planteamiento de Kuhn tuvo un impacto considerable en el contexto científico de su época. Entre otras razones porque fue una de las primeras aproximaciones que intenta relacionar de forma sistemática el estudio teórico y empírico del self. No obstante, se ha mostrado que, extraído del contexto donde lo pone a prueba, el instrumento que elabora Kuhn tiene problemas para estimar la consensualidad del self, un aspecto central de su concepción teórica. En cambio, el instrumento parece responder bien al objetivo de observar las semejanzas y diferencias entre varios selves. A partir de estas aplicaciones del TST podrá advertirse que el instrumento no puede valorarse de forma independiente, aislado de otros elementos clave en el estudio. En efecto, las investigaciones que utilizan el TST parecen sugerir que las posibilidades del instrumento dependen fundamentalmente de la coherencia que se establece entre: las características de la tarea planteada, el análisis de las respuestas y el objetivo de la investigación.

Un aspecto a destacar en la mencionada coherencia es el relativo al nivel de formalización con el que el investigado responde y, el investigador analiza las respuestas. En la aplicación del procedimiento de Kuhn, con frecuencia, la diferencia de niveles es excesiva. Esto es, por una parte, el instrumento simplemente orienta a los sujetos para que informen acerca de cómo se ven a sí mismos, actividad que realizan mediante autodescripciones narrativas y concretas. Y, por otra parte, los investigadores analizan las respuestas mediante unos sistemas de categorización estructurados y abstractos, lo que comporta inferir sobre lo descrito e introducir imprecisiones. Este problema de coherencia entre lo explicitado por el sujeto en el TST y el análisis guiado por un sistema de codificación predeterminado, a nuestro entender, puede relacionarse con la dificultad de anexionar directamente un enfoque subjetivo con otro de objetivo.

Algunos de los problemas de coherencia, sin embargo, no son inamovibles. Aunque en pocas ocasiones se han intentado afrontar, el TST posee un cierto margen de flexibilidad para acercar las autodescripciones más o menos espontáneas de los sujetos a los niveles de formalización y objetivos con los que el investigador desea trabajar. Así, por ejemplo: incorporar la participación de los sujetos en el análisis de sus respuestas; complementar la actividad requerida al sujeto en pregunta principal con la de jerarquizar sus respuestas según la importancia de las mismas, o estimar el número de personas que cree que estarían de acuerdo con lo descrito, son alternativas que puntualmente se han utilizado sin

renunciar a las ventajas del TST como instrumento poco estructurado.

Asimismo, sobre la realidad que registra el TST y la mencionada coherencia hemos observado una cualidad del self que se refleja en las respuestas al instrumento, y que ha pasado inadvertida. En efecto, los resultados de los estudios comparativos muestran que el self de los sujetos de distintas sociedades o el de una misma persona en distintos momentos es similar pero distinto. En otras palabras, tales resultados parecen poner de manifiesto uno de los aspectos que Munné³² ha diferenciado en los fenómenos complejos; nos referimos al aspecto fractal. Limitándonos aquí a considerar las autodescripciones que puede registrar una misma persona en el TST en distintos momentos, una de las manifestaciones de la fractalidad puede apreciarse entre afirmaciones tales como "soy amigo" y "soy buen amigo". O sea, el self de una persona es autosemejante pero no idéntico, o como explica Bütz³³ en su análisis de la fractalidad del fenómeno: el self es parcialmente transitorio pues se transforma pero no se destruye.

Esta característica de self y a posibilidad de aprehenderlo empíricamente pensamos que tiene implicaciones y repercusiones importantes sobre los conocimientos del fenómeno y los instrumentos que reflejan esta propiedad. A título ilustrativo, una de las razones por las que el TST puede ser revalorizado es que a través del análisis comparativo de las autodescripciones, el instrumento puede poner de manifiesto la fractalidad y otros aspectos complejos en y entre las, denominadas por Munné³⁴, caras del self, a saber: autoconcepto, autoestima, autoimagen y autorealización. Para ser más concisos, mediante el análisis comparativo de las autodescripciones de una persona a lo largo del tiempo o en distintas situaciones se puede investigar las variaciones en el predominio de unas caras del self frente a otras.

El self como fractalidad y el TST como instrumento que, en alguna medida, es capaz de registrar también conlleva reconsiderar algunas cuestiones ampliamente consensuadas. Así, observamos que hoy, al contemplar el self como fenómeno fractal, parece que tiene poco sentido la larga polémica que se ha sostenido (y que algunos todavía mantienen) acerca de la estabilidad o inestabilidad del self o el carácter estructural o procesual del mismo, pues el self no es ni una, ni otra cosa, sino ambas a la vez. También, en esta línea de observaciones, cabe cuestionar la adecuación de las expresiones utilizadas en dicha polémica.

Finalmente queremos observar que en la explotación de las posibilidades del TST es decisivo el manejo que se haga de la posición intermedia que ocupa este instrumento en el continuum estructurado y

CODINA, N. "Autodescripción del self en el tst: posibilidades y límites"
Psicología & Sociedad; 10 (1): 23-38; jan./jun.1998

no estructurado. Kuhn intentó sistematizar la investigación del fenómeno y lo hizo con un instrumento minimamente estructurado, con pocas simplificaciones subjetivadas por parte del investigador, pero, en los análisis de las respuestas utiliza unos sistemas estructurados incorporan dichas simplificaciones. Ahora bien, el legado de Kuhn está ahí y su instrumento es suficientemente moldeable para elaborar y probar el alcance y límites de otras versiones del mismo; descubrir nuevas características del self, o investigar procesos psicosociales tales como la identidad, la exclusión social, el comportamiento en el tiempo libre, etc. Consideramos que estas exploraciones TST son interesantes tanto para extender las aplicaciones del instrumento como los conocimientos sobre el self. Y no descartamos que las competencias que muestre la prueba afecten al ámbito psicológico en general, ya que como instrumento al que se responde con breves relatos autodescriptivos, el TST es próximo a los métodos de estudio autobiográficos y autonarrativos que están siendo cada vez más aplicados en la psicología y la ciencia social contemporáneas.

Núria Codina es profesora del Dep. de Psicología Social de la Universidad de Barcelona. Profesora de las asignaturas de Psicología social; Psicosociología del Tiempo libre. Principales áreas de investigación: procesos y teorías psicosociales; el comportamiento en el tiempo libre; el selfy teorías de la complejidad.
Passeig de la Vau d'Hebrón, 171.
08035 Barcelona. España.
Tel. 402.11.00. ext. 3207. Fax: 402.13.66.
E-mail: NCODINA@PSI.UB.ES

ABSTRACT: This work clarifies how the Kuhn's TST (Twenty Statements Test) was conceived, its main advantages and disadvantages, in which contexts its application is useful, and what perspectives. Several theoretical aspects that influence the test's development and its answer codification system are pointed out. Among the test's disadvantages, it is shown that the TST answer analysis, done by Kuhn and his followers, sometimes simplifies and mixes up the reality that has been examined; one of the test's advantages is that, in several aspects, the TST is better than structured and non structured tests. Related to TST applications, it is observed that the test structure characteristics are useful in self comparative studies, either cross-cultural or longitudinal ones. Finally, it is considered that TST possibilities depend on the relationship among the coherence of the reality that has been registered, the test answer analysis

CODINA, N. "Autodescripción del self en el tst: posibilidades y límites"
Psicología & Sociedad; 10 (1): 23-38; jan./jun.1998

and the proper objectives of the study in which TST is used. As a future perspective, it is explained that TST is a flexible test that can describe specific self characteristics without giving up its advantages as a little structured test, and it is pointed out that self-descriptions are important because they reflect aspects of the self concept complexity that have not yet been investigated.

KEY WORDS: self, TST (Twenty Statements Test), social psychology, subjectivity, qualitative analysis

NOTAS

¹ Spitzer, S., Couch, C y Stratton, J. The assessment of the self. Iowa City, Escort-Semoll, 1971; Backman, C. W Book review of the assessment of the self. Contemporary Sociology, 2, 503-504, 1973; Doise, W, Deschamps, J.C. y Mugny, G. Psicología social experimental. Barcelona, Hispano Europea, 1980.

² Spitzer, Couch y Stratton, op. cit.

³ Backman, op. cit.

⁴ Spitzer, Couch y Stratton, op. cit.

⁵ Kuhn, M.H. y McPartland, T.S. An empirical investigation of self-attitudes. American The Sociological Review, 19,68-76, 1954; Kuhn, M.H., 1964. Major trends in symbolic interaction theory in the past twenty five years. Sociological Quarterly, 5, 61-84, 1964.

⁶ Ver estas diferencias en relación con los planteamientos de Mead en: Athens, L. The self as a soliloquy. The Sociological Quarterly, 35, 521-432, 1994.

⁷ Kuhn y McPartland, op. cit.; Kuhn, op. cit.

⁸ Spitzer, Couch, Stratton, op. cit.

⁹ Kuhn y McPartland, op. cit. pp. 69.

¹⁰ idem, ibídem.

¹¹ Kuhn y McPartland, op. cit.

¹² Ver: Dezin, N.K. Test of the perspective. En G. P. Stone y H.A. Farbermen (eds.), Social psychology through symbolic interaction. Waltham, Ginn-Blaisdell. pp. 415-418, 1970; McPhail, C y Tucker, C.W. The classification and ordering of responses to the question Who am I? The Sociological Quarterly, 13,329-347,1972; o, Turner, R. H. y Schutte, J. The true self method for studying self conception. Symbolic Interaction, 4, 1, 1-20, 1981.

¹³ Gordon, Ch. Self conceptions: Configurations of content. En Ch. Gordon y K.J. Gergen (eds.), The self in social interaction. Vol 1. Nueva York, Wiley, 1968.

¹⁴ McPhail, C. Respondents' judgments of self statements. The Sociological Quarterly, 9, 202-209, 1968; o, Escobar, M. La autoidentidad: problemas metodológicos del TST. Revista Española de Investigaciones Sociológicas, 23, 31-51, 1983.

¹⁵ Tucker, C. W Some methodological problems of Kuhn's self theory. The Sociological Quarterly, 7, 345-358,1966, o McPhail, op. cit.

¹⁶ Spitzer, Couch y Stratton, op. cit.

¹⁷ McPartland, T.S. Manual for the Twenty Statements problem (revised). Kansas City, Department of Research. The Greater Kansas City Mental Health Foundation, 1959; Kuhn, M.H. Self-Attitudes by sex and professional training. The Sociological Quarterly, 39-55, 1960.

¹⁸ Kuhn, M. Mutual derogation. Manuscrito no publicado, 1950.

¹⁹ Salisbury, W.W. The self and anxiety. Tesis Doctoral no publicada. University of Iowa,

1963; Y, Fitzgerald et al., cit. por Spitzer, Couch y Stratton, op. cit.

²⁰ Turner y Schutte, op. cit.

²¹ Reid, A. y Deaux, K. Relationships between social and personal identities. segregation or integration? *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 6, 1084-1091, 1996.

²² Kitayama, S., Markus, H.S., Matsumoto, H. y Norasakkunkit, V. Individual and Collective processes in the construction of the self: Self-enhancement in the United States and self-criticism in Japan. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 6, 1245-1267, 1997; Gergen, K. Social constructionist inquiry: context and implications. En Gergen, K. y Davis, K. (eds.) *The social construction of the person*. Nueva York, Springer, 1985.

²³ Rhee, E., Uleman, J.S., Lee, H.K. y Roman, R.J. A Spontaneous self-descriptions and ethnic identities in individualistic and collectivistic cultures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 142-152, 1995; Bochner, S. Cross-cultural differences in the self concept. A test of Hofstede's individualism/collectivism. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 25, 273-283, 1994; Trafimow, D., Triandis, H.C. y Goto, S.G. Some test of the distinction between the private self and the collective self. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60, 649-655, 1991; Cousins, S. D. Culture and self-perception in Japan and the united States. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 124-131. 1969.

²⁴ Kuhn y McPartland, op. cit.

²⁵ Brooks, R.S. The self and political roles: A symbolic Interactionist Approach to political ideology. *Sociological Quarterly*, 10, 22-31, 1969.

²⁶ Brewer, M.B. y Gardner, W. Who is this "we"? Levels of collective identity and self representations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 1, 83-93, 1996.

²⁷ Markus, H. y Wurf, E. The dynamic self concept. A social psychological perspective. *Annual Review Psychology*, 38, 299-337, 1987; Strauman, T.J. Stability within the self: A longitudinal Study of the structural implications of self-discrepance theory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 6, 1142-1153, 1996.

²⁸ Markova, I. Knowledge of the self through interaction. En K. Yardley y T. Honess, *Self and identity. Psychosocial perspectives*. Chichester, Wiley, 1987; Linville, P.V. y Carlston, D.E. Social cognition of the self. En P.G. Devine, D.L. Hamilton y T.M. Ostrom (eds.), *Social cognition: Its impact on social psychology*. Nueva York, Academic Press, 1994; Strauman, op. cit

²⁹ Spitzer, Couch y Stratton, op. cit.

³⁰ McCrae, R. R. y Costa, P. T. An age, personality and the spontaneous self-concept. *Journal of Gerontology. Social Sciences*, 43, 6, 177-185, 1988.

³¹ Kuhn, M. The relation of critical experiences and of certain characteristics of self-attitudes to subsequent changes in self attitudes. Trabajo presentado en Meetins de la American Sociological Society, Chicago, 1959; Spitzer, Couch y Stratton, op. cit.; McPhail y Tucker, op. cit.; McCrae y Costa, op. cit.; Mahoney, E. R. The processual characteristics of self-conception. *The Sociological Quarterly*, 14, 4, 517-533, 1973.

³² Munné, F. Las teorías de la complejidad y sus implicaciones en las ciencias del comportamiento. *Revista Interamericana de Psicología*, 29, 1, 1-12, 1995.

³³ Bütz, M.R. The fractal nature of the development of the self. *Psychological Reports*, 71, 1043-1063, 1992.

³⁴ Ver. Entrevista con Frederic Munné, *Psicología & Sociedade*, 1997, en prensa.

EPISTEMOLOGIA, CAOS E PSICOLOGIA

Cezar Wagner de Lima Góis
Verônica Morais Ximenes

RESUMO: Nesse trabalho apresentaremos algumas questões que estão sendo postas pelas teorias da complexidade e pelos sistemas dinâmicos complexos, além de problematizá-las no campo da psicologia. Inicialmente discutiremos a epistemologia a partir da teoria da complexidade. A segunda parte é dedicada a apresentar a teoria do caos e suas características, definidas a partir de experimentos realizados em diversas áreas do conhecimento. E na parte final relacionamos estes conceitos com a psicologia.

PALAVRAS-CHAVE: epistemologia, complexidade, caos, psicologia.

INTRODUÇÃO

Diante do quadro atual da Epistemologia, dentro do enfoque da complexidade, como ficamos nós, Psicólogos?

A tarefa em questionar certos paradigmas da Psicologia é ampla e difícil, pois são muitos os estereótipos e os preconceitos em relação a novos temas paradigmáticos, dificultando seu avanço por novos caminhos, como o de passar dos enfoques epistemológicos tradicionais para os enfoques da complexidade, aprofundar-se em direção ao complexo – processo, holismo e incerteza.

De acordo com Feigenbaum, citado por Gleick (1990), o óbvio é fácil, o que não é óbvio é para Prêmios Nobel e o profundo é muito complexo. Este se apresenta como uma ordem sutil e íntima, que requer uma nova razão científica e uma nova atitude para o conhecer.

A rota para o complexo passa por oscilações, duplicações, turbulências e desordem, porém termina na auto-organização e na auto-poyesis (Prigogine, 1988; Briggs e Peat, 1994).

Estamos diante de um novo modo de pensar e de uma ordem nova, de grande beleza, complicada, profunda e imprevisível em sua totalidade.

O cientista e a própria ciência estão permanentemente em crise, na incerteza do ato de conhecer e na dúvida metódica que, às vezes, transforma-se em angústia metódica. É clara a situação dos cientistas inseridos em seus estudos, possuídos de admiração pelo ato de conhecer um certo fenômeno e cheios de conflitos e dilemas para explicar com honestidade a realidade estudada e o temor de não serem compreendidos e aceitos por seus companheiros de ciência, como, por exemplo: Lovelock e Bohm, da Hipótese Gaya e da Ordem Implícada, respectivamente.

É evidente o panorama histórico e conceptual da Epistemologia da Ciência na forma de problemas, investigações e enfoques, situando o progresso-de-conhecimento mediante sucessivas superações epistemológicas.

Há uma rica caminhada através de problemas que impulsionam a ciência de um momento a outro do ato de conhecer, como do formalismo ao tipológico, do determinismo linear ao circular, ou mesmo provocando discussões entre funcionalismo e estruturalismo e, agora, entre o linear e o não-linear, entre o quantitativo e o qualitativo, entre ordem e caos.

Por essa caminhada chegamos à complexidade, que exige novas superações epistemológicas, uma nova postura e novos parâmetros de pensamento (Morín, 1990).

COMPLEXIDADE E EPISTEMOLOGIA

Todo conhecimento parte de uma pergunta, de uma determinada visão de realidade e de um método utilizado. Para isso exige da ciência um diálogo permanente com a realidade, baseado na dúvida metódica e no perguntar-se constantemente sobre a possibilidade de se conhecer algo, assim como de se o conhecido segue um caminho de simplificação ou de complexidade para a explicação da realidade (Morín, 1990).

Conhecer a realidade é um desafio e um desejo profundo do homem em toda a história da humanidade, desde os primeiros seres humanos quando miravam o sol, a lua e mesmo os outros animais, até ao momento atual de grande acúmulo de conhecimento. Entretanto, quanto mais se conhece, mais perguntas são feitas em diversos campos do conhecimento, novas incertezas e mais enfoques surgem a respeito.

Há uma admiração e uma paixão pela Deusa Episteme, um impulso primeiro para a verdade. Sabemos que não chegaremos a ela, todavia há que seguir adiante, mesmo sabendo que o conhecer é um processo, um devenir, onde a realidade está sempre um pouco mais além do que pensamos acerca dela, e que dentro das próprias teorias científicas há um enorme espaço que não o é científico, porém o é indispensável para o desenvolvimento da ciência (Popper, Kuhn, Lakatos, Feyerabend, Morín).

Estamos permanentemente diante de dois grandes problemas básicos: se a realidade que se conhece é a realidade ou algo ideal (Kant, Bergson, Hegel, Marx, etc.), e se é possível uma teoria unificada ou não a seu respeito (Einstein, Eisenberg, Bohr, Chew, Bhom, etc.). Esforços são realizados nessa direção e muito conhecimento tem sido construído, porém continuamos caminhando para o horizonte e não para um ponto final.

Uns dizem que a realidade é construída de partes fundamentais (átomo, molécula, célula, partículas fundamentais etc.) e outros dizem que não há nada fundamental (Teoria de Bootstrap, visão interacional em rede de Schew); que a vida vem da matéria (Miller, Fox, etc.) ou que a vida é uma estrutura transcendente e organizativa da matéria (auto-organização, auto-regulação, Prigogine, Lovelock, Margulins, Toro, Campbell, etc.); que a realidade é determinista (Causalismo) ou que a realidade é imprevisível (Dinâmica Caótica); que Deus joga os dados (Bohr) ou que não os joga (Einstein). E assim se dão as discussões.

Estamos diante de pontos de vista e de investigações que produzem controvérsias, crendo alguns, como o propõe Capra (1980), que todo esse conhecimento pode ser organizado como um quebra-cabeça, até surgir um quadro maior, pois tratam-se de aspectos da realidade, de partes ou de níveis.

Para nós, a ciência é cumulativa e inter-relacionada, integra teorias distintas e muito mais; interliga enfoques epistemológicos mais próximos ou mais distantes (Ex. causalismo - tipologismo - formalismo; formalismo - estruturalismo - funcionalismo; causalismo - complexidade), assim como partes de teorias existentes com novos conhecimentos.

Desse modo, ao se rearrumar estabelece uma nova visão da realidade (novo enfoque epistemológico), como foi o caso dos estudos de Poincaré acerca da introdução de uma terceira variável em um campo de duas variáveis e o que aconteceu com o sistema em estudo e com a mecânica de Newton.

As teorias antigas podem se tornar obsoletas ou partes delas, ou seguem válidas em determinados campos de aplicação, mas seus fenôme-

nos estudados continuam contendo interrogações insuspeitadas, até que alguém propõe um novo problema, como o apresentado por Poincaré em relação à teoria da gravitação de Newton, no caso do sistema de três variáveis: Terra-Lua-Sol. Com isso mudou o enfoque da realidade e delimitou o campo de aplicação das equações newtonianas.

A mecânica newtoniana segue obviamente válida, porém agora para um certo macrocosmo que se encontra contido em uma totalidade que se move por meio de uma complexidade linear e não-linear, e quem sabe mais além. Antes de Poincaré isso não havia sido pensado, o limite estava em Newton, em uma dinâmica estável e em uma matemática clássica.

Recentemente, Munné (1995) fez uma pergunta crucial frente a esses interrogantes : O que quer dizer causalidade em um sistema caótico?

O enfoque causalista sendo questionado pela não-linearidade, pelo imprevisível, não como algo obsoleto e sim porque há uma necessidade de compreendê-lo dentro de um novo conjunto de conhecimento que não está submetido às regras anteriores e nem a uma visão de realidade em equilíbrio, pois se encontra longe do equilíbrio e todavia não é de aleatoriedade.

Podemos, também, perguntar: O caos é determinista? E responder que sim (Haken, 1991; Ditto y Pecora, 1993).

Estamos inseridos em um momento novo da ciência, vivendo uma Revolução Científica, como a que ocorreu com o aparecimento da Relatividade e da Mecânica Quântica.

Estão ocorrendo mudanças paradigmáticas que nos levam a realidades mais complexas, que requerem novos conceitos, novos métodos e uma nova linguagem (Bohm, 1990). Novos interrogantes diante de fenômenos que agora não podem mais ser relegados.

Para onde vamos? Para mais além, construindo novos conhecimentos e visões de realidade, outras atitudes para conhecer e novos métodos para uma realidade que se apresenta muito mais complexa.

Estamos inseridos em um outro nível da realidade ou das realidades. Desde a Renascença, com Copérnico, Galileu e outros, a Epistemologia da Ciência e a Metodologia (Bruyne, 1987) vêm ocupando um lugar de relevância, e agora, mais do que nunca, quando enfatiza a complexidade, indo além do quantitativo, em direção a uma realidade, também, qualitativa e não-linear.

Epistemologia e Método se encontram enredados na Filosofia e na Ciência, apontando horizontes e caminhos para um diálogo (especulativo, observacional, experimental, intuitivo e participativo) cada vez mais íntimo com uma realidade complexa, natural e social.

Podemos dizer que o desenvolvimento científico é, de fato, um desenvolvimento epistemológico e metodológico, e que o sentido moral da ciência está na consciência. Esse terceiro elemento fundamenta e dá sentido ético a todo o conhecer e o conhecido.

Apoiados nessa triplicidade (Epistemologia, Metodologia e Moral) estaremos mais preparados para fazer uma "Ciência com Consciência" (Morín, 1990), e em condições de realizar uma profunda reforma do pensar, uma verdadeira revolução das estruturas do pensamento no sentido de um pensamento complexo, onde o observador está inserido na realidade estudada. Essa nova dinâmica envolve sujeito e objeto em um só processo, que é linear e não-linear, em equilíbrio, próximo ao equilíbrio e longe do equilíbrio, não aleatório, qualitativo e holístico, em permanente devenir e que, sobretudo, está em consonância com a beleza e com o mistério.

CAOS E PSICOLOGIA

As teorias da complexidade ocupam um lugar de importância, junto com a Mecânica Quântica (Planck, 1900) e a Teoria da Relatividade (Einstein, 1905). Hoje, as teorias do Caos (Lorenz, 1963), dos Fractais (Mandelbrot, 1975), das Catástrofes (Thom, 1972) e dos Conjuntos Borrosos (Zadeh, 1965), são discutidas em congressos científicos e apresentadas em diversos trabalhos publicados em revistas científicas renomadas.

"Existem quatro grupos de teorias que realizam contribuições fundamentais ao tema da complexidade. A mais surpreendente é a teoria dos fractais; a mais discutida, a das catástrofes; a mais frutífera, a teoria do caos; e a mais subversiva, a teoria dos conjuntos borrosos ou difusos." (Munné, Las Teorías de la Complejidad y sus implicaciones en las Ciencias de Comportamiento, pág. 2)

Suas investigações estão em vários campos da ciência, na Física (Smale, Kolmogorov, Ruelle), Biologia (Kauffman, McClintock), Fisiologia (Rapp, Ditto, Babloyantz), Matemática (Godel, Hilbert, Turing), Química (Prigogine, Stengers, Konopudi), Astronomia (Wisdom, Peale, Hénon), Ecologia (May, Oster, Yorke), e tanto mais.

Tratam de descrever as condutas não-lineares, desordenadas, seus processos e seus resultados, explicando assim fenômenos da natureza que não encontravam explicações na ciência linear, ou eram minimizados pelas epistemologias clássicas.

O terreno da investigação dos sistemas dinâmicos complexos é fértil, amplo e cheio de perspectivas. Vários trabalhos realizados estão edificando novos modelos de explicação da realidade, como os a seguir:

- Kadanoff, Libchaber, Moses y Zocchi (anos 80), estudaram as origens físicas da turbulência;
- Zuppirali, Anderson, Mott, Landauer y Thauless (anos 80), realizaram estudos acerca da eletrônica dos sólidos desordenados;
- Eckmann, Mashaal y Ruelle (anos 80), concluíram que sistemas deterministas, mesmo simples, podem ser caóticos e imprevisíveis;
- Casati, Chirikov, Izrailev, Ford y Shepelyansky (anos 80), descobriram que há uma relação entre sistema caótico e sistema quântico em um sistema clássico. "Aparentemente, se um sistema clássico é caótico, seu correspondente sistema quântico não o é. ";
- Grassberger, Ziff, Jensen y Dichmann (anos 90), estudaram a percolação, isto é, como ocorre o contágio, seja na invasão de um líquido ou gás em um meio poroso, como na propagação de um incêndio ou de uma enfermidade;
- Parisi, Sherrington y Kirkpatrick (1981), utilizaram a teoria de "campo médio" (para estudos de transições de fases), em pesquisas sobre os vidros de espín, materiais magnéticos desordenados;
- Mézard y Toulouse (anos 80) revelaram a analogia existente entre materiais magnéticos e redes neuronais;
- Chaitin (1990) definiu o azar a partir da teoria algorítmica da informação;
- Jones y Matijasevic (anos 80) estudaram as equações diofânticas, considerando as respostas como axiomas;
- Nicolis, Essex, Fraedrich y Keppen (anos 80), aumentaram a compreensão de como pode bascular-se o clima em uma duração de tempo muito curta;
- Marcus (1982) constatou que a Grande Mancha Vermelha de Júpiter é um sistema auto-regulado, criado e regulado pelas próprias mudanças não-lineares que criam a agitação imprevisível a sua volta. É o caos estável. Um sistema complexo dando origem à turbulência e à estabilidade, ao mesmo tempo;
- Wisdom, Peale, Mignard, Laskar y Fraeschle (1989), concluíram que a dinâmica caótica desempenha um papel importante na distribuição e evolução dos asteróides, dos cometas e dos meteoritos, a demais dos grandes corpos celestes;
- Yoshisuke Ueda, estudou os circuitos elétricos que imitavam o com-

portamento dos resortes mecânicos, mesmo com velocidade muito superior, descobrindo um conjunto belíssimo de estranhos atratores;

- Michel Hénon, realizou estudos sobre as órbitas ao redor de seu centro galáctico, que são difíceis de visualizar e de definir se são reais ou se são construções imaginárias no espaço de fases. Algumas órbitas se tornaram tão instáveis e revelaram uma desordem completa misturada com restos patentes de ordem;
- Kauffman (anos 70) realizou pesquisas sobre a auto-organização nos seres vivos e, para isso, utilizou as redes booleanas. Construiu uma equação matemática para descrever a diferenciação de um ovo fecundado em múltiplos tipos de células;
- May (anos 70) estudou a variação e a desordem em um modelo de população de insetos. Encontrou uma "estranha rota para o caos através da duplicação de períodos". A predição a longo prazo tornase impossível;
- Schaffer y Kot (anos 80) utilizaram os atratores estranhos para estudar os casos de sarampo registrados mês a mês em Nova York, no período de 1928 a 1963;
- Cohen (1990) relata que a duplicação de períodos é um sinal de que está próximo um ataque cardíaco;
- Glass y Mackey (anos 60) denominaram as quedas de ritmo cardíaco, crises epilépticas, oscilações neuronais, mal de Parkinson, como enfermidades dinâmicas;
- Rapp (1990) revelou que os valores de maior dimensão caótica no EGG correspondem a estados de maior vigília;
- Eiser (1994) considerou as atitudes como atratores estranhos;
- Zimmerman (1991) propôs um estudo de desenvolvimento de uma organização a partir da teoria do caos;

As conclusões vão em direção a uma nova visão de realidade, onde se evidencia um diálogo mais íntimo, qualitativo e global com a natureza, um diálogo de processo e não de estado. Surge uma nova linguagem para explicar os fenômenos que antes não eram considerados pela ciência clássica com a devida importância, ou eram desconhecidos, tais como desordem, entropia, neguentropia, turbulência, auto-organização, flecha do tempo, estrutura dissipativa, estrutura geométrica do caos, fractais, interação, bifurcação, redemoinhos, atratores caóticos, espaço de fases, efeito mariposa, não-linearidade, seção de Poincaré, multiplicador de Lyapunov, caos sincronizado, órbita periódica instável, auto-poyesis e muito mais.

As mesmas ciências tradicionais baseadas na especialização rígida, portanto fragmentadas, são investigadas e criticadas em suas concepções básicas, seja a Biologia, a Física e outras. Idéias arraigadas são refutadas a partir de conceitos complexos de interação, processo e totalidade.

Todavia, o problema que hoje se propõe é com respeito ao controle do complexo, de sua gestão, com finalidade de construção de novas tecnologias que possam manejar sistemas caóticos ou sistemas que entraram em desordem, como no caso do coração fibrilado (Ditto e Pecora, 1993), ou no caso de garantir o segredo das comunicações através da desordem (Carrol, 1989).

A grande questão é se podemos utilizar, por exemplo, no caos, suas próprias faculdades de auto-organização e ajustar alguns parâmetros de controle. Se é possível superar o imprevisível e gerenciar o caos.

Alguns estudos revelam alguns fatos que são úteis para o exame desse problema. Vejamos como se comportam os sistemas dinâmicos complexos:

- Apresentam uma grande sensibilidade às variações de suas condições iniciais;
- Têm uma flexibilidade pouco usual, mudam rapidamente de conduta em meio a uma grande multiplicidade de condutas diferentes, porém, têm, ainda que complicada, uma trajetória;
- No interior dos sistemas se encontram os atratores caóticos.

Sensibilidade às condições iniciais

O resultado final de um sistema caótico depende das mínimas variações que ocorrem em seu início;

Dois sistemas caóticos com diferenças mínimas evoluem rapidamente para estados muito diferentes.

Mudam rápido de conduta, porém tendo uma trajetória

Não apresenta uma conduta aleatória e sim modificações de ponto a ponto no espaço de fases (estado do sistema em um momento dado), que formam a complicada trajetória do sistema dinâmico, arrastada para um lugar incerto de uma região estável chamada de atrator caótico.

Atrator Caótico

Região do espaço de fases que evidencia parâmetros fixos e a ordem no caos, uma ordem implícita em uma região do sistema dinâmico complexo. O atrator caótico é uma estrutura fractal, se expressa como um conjunto de órbitas periódicas e instáveis (vários períodos).

Se conhecem os atratores caóticos, o caos pode ter muitas aplicações.

Hoje, os cientistas investigam a possibilidade de controlar o caos, partindo de idéias e de instrumentos desenvolvidos desde Poincaré, como a seção de Poincaré, o multiplicador de Lyapunov, o caos sincronizado e o método OGY

Seção de Poincaré

Corte das trajetórias em um plano perpendicular normal a uma trajetória periódica C , cortada em um ponto M_0 . A trajetória que passa por um ponto P_0 dá uma volta nas proximidades de C e volta a cortar o plano normal no ponto P_1 , e assim para P_2, P_3 , etc. O estudo desta série de pontos P permite prever o futuro da trajetória que parte de P_0 . "Esta seção da trajetória por um ponto normal se denomina atualmente seção de Poincaré e a aplicação do plano em si mesmo, que ao ponto P_0 lhe associa seu sucessor P_1 , aplicação de primeiro retorno ou aplicação de Poincaré." (Chabert e Dalmedico, 1993).

A determinação da seção de Poincaré é fundamental para o controle do caos.

Multiplicador de Lyapunov

Estabelece um só número para expressar uma perturbação em um instante dado. O tamanho de uma perturbação é dividido pelo tamanho da perturbação logo a seguir: Se calcula assim por muitos intervalos. O número final é o multiplicador de Lyapunov, que revela a quantidade de modificações resultantes de uma perturbação inicial. Se ML é menor que 1, as perturbações tendem à extinção; se ML é maior que 1, as perturbações aumentam e o sistema se torna instável.

Circuito de caos sincronizado

Baseado em que o sistema caótico é um conjunto de condutas ordenadas sem prevalecer nenhuma, Pecora y Carroll chegaram à conclusão de que é possível sincronizar dois sistemas caóticos. Perceberam que partes do sistema caótico podem ser estáveis, e se duas destas são estimuladas por um mesmo sinal caótico, ocorre a supressão de suas diferenças e se cria uma sincronização entre elas. "Até este descobrimento os cientistas não tinham razões para crer que a estabilidade de um subsistema pudesse ser independente da estabilidade do resto do sistema, tão pouco se lhe haviam ocorrido a que um sistema não-linear pudesse permanecer estável ao ser excitado por um sinal caótico(...). Se os multiplicadores de Lyapunov dos subsistemas sincronizadores são menores que a unidade, isto é, se são estáveis, se comportarão caoticamente, porém se encontrarão sincronizados." (Ditto e Pecora, 1993)

Método OGY

Idealizado por Edward Ott, Celso Grebogi y James A. Yorke. Consiste em levar um sistema caótico a seguir uma determinada órbita instável. Para tanto é necessário proceder assim, conforme os autores :

- Obter informações do sistema caótico na seção de Poincaré;
- Espera-se que o funcionamento do sistema esteja próximo a uma das órbitas periódicas desejadas da seção;
- Então, estimula-se o sistema a permanecer nesta órbita por meio da perturbação do parâmetro apropriado;
- Quando se modifica o parâmetro de controle, o atrator caótico fica desviado e distorcido. Se tudo vai bem, o novo atrator influi para que o sistema permaneça na trajetória desejada.

Segundo Ditto e Pecora (1993), "Podemos controlar certos sistemas de comportamento caótico. Em engenharia se começa a utilizar o caos para estabilizar lasers, circuitos eletrônicos e, inclusive, corações de animais".

A idéia básica para o controle do caos é estimular o sistema caótico com sinais caóticos, no sentido de induzi-lo a construir uma trajetória que chegue a um final esperado, mesmo sem se conhecer as condutas que vai escolher para isto. É um dos desafios de algumas das pesquisas atuais.

Pecora (1989) mostrou como se pode sincronizar o caos, utilizando para isso o modelo de clima de Lorenz. Em razão de que dois sistemas caóticos, por mais virtualmente idênticos que sejam, não podem sincronizar-se por estarem separados, isto é, evolucionariam para estados muito discrepantes, trabalhou com um subsistema (sincronizador) de um sistema caótico e o duplicou (subsistema sincronizado), os quais recebiam o mesmo sinal caótico. O que resultou foi a sincronia entre estas duas partes estáveis de um sistema caótico. Conforme o autor, ao serem excitadas "parecerão exibir um comportamento caótico, porém tenderão a suprimir e não a amplificar as possíveis diferenças que hajam entre elas..."

Carroll (1989) construiu um circuito de caos sincronizado por primeiro. Um subsistema duplicado entra em sincronia com o outro subsistema, sendo que um se encontra no transmissor e o outro no receptor. Idealizou um sistema de comunicação que garante o segredo da mensagem, mediante a combinação de um sinal caótico com a mensagem e, depois, sua recuperação através da introdução do sinal caótico sincronizado (existente no receptor) na transmissão codificada, separando o sinal caótico da mensagem.

Ditto, Spano, Garfinkel y Weiss (1990), demonstraram que enquanto os sinais aleatórios e os sinais periódicos não conseguiam regular a atividade cardíaca de um coelho com arritmia, os sinais elétricos caóticos obtidos a partir do método OGY restabeleciam a atividade normal do coração, detendo assim a arritmia.

Hunt (1991) mostrou que o caos pode ser controlado em um circuito eletrônico. Criou o controlador que leva seu nome, que é uma variação do OGY, o qual permite controlar a elevação de "órbitas até o período 23 e excitar O sistema com frequências até 50 000 cc." (Pecora)

Roy (1991), baseado no controlador de Hunt, construiu um controlador que permitiu controlar períodos de 23 e frequências de 150 000 cc em um sistema de laser. "Demonstrou que podia controlar as flutuações caóticas da intensidade do laser e estabilizar oscilações instáveis de período elevado" (Ditto e Pecora). Com isto aumentou a potência dos lasers.

Novos estudos estão sendo realizados ou propostos, como os de "vibração de motores, de carrocerias de automóveis ou asas de avião", os relacionados com "as ciências da terra e do espaço, a dinâmica dos oceanos, o clima, o estudo das manchas solares" (Haken e Wunderlin), assim como os do controle das oscilações de reações químicas.

De acordo com Munné (1995), muitas janelas de estudos em Psicologia Social podem ser abertas a partir das teorias da complexidade, como nos seguintes casos :

- Processo de diferenciação e integração do comportamento social;
- Processo de negociação;
- Dinâmica das turbas agressivas e a liderança de opinião;
- A emergência de um líder em um grupo informal;
- O processo de discussão grupal;
- Os processos de aprendizagem;
- Os ciclos da moda;
- As atitudes como atratores, etc.

Outros estudos, também, podem ser realizados, como no caso da loucura, dos sonhos, da estrutura arquetípica, do inconsciente, das relações interpessoais, da dinâmica familiar e dos casais, da criatividade, da expressão emocional, do labirinto da personalidade, do processo de liderança e, inclusive, da identidade.

Examinando atentamente alguns conceitos em Psicologia, como o de identidade, liderança, processo de grupo, interação social, emoção e sentimento, consciência, aprendizagem, crescimento pessoal e outros, constatamos que os fatos ultrapassam a eles em termos de compreensão e controle, como se movessem em um terreno da realidade não previsto ou desconhecido dos conceitos clássicos.

Acostumados que estamos, em geral, a pensar os fenômenos psicológicos em estruturas determinadas biográficas e linearmente, bem ordenadas e explicadas de acordo com os fundamentos do controle clássico, da previsibilidade linear, da mudança de estado, da estrutura e da ordem, não prestamos atenção a algo mais que hoje se impõe frente à ciência e que requer novas epistemologias para ser explicado e manejado, principalmente porque se apresenta muito mais como processo, instabilidade, incerteza e totalidade, em vez de se apresentar mais como estado, equilíbrio e parte.

Por exemplo, a identidade é discutida dentro de parâmetros biográficos, dialéticos e lineares, porém os fatos demonstram a incerteza de seus percursos e em que lugar chegará, por mais que as etapas do desenvolvimento da personalidade tenham sido estudadas de modo profundo. Buscamos apresentá-la como papéis, como um conjunto de identidades, como metamorfose, como o si-mesmo, porém sabemos que há algo mais, ainda não abarcado, situado em um campo afastado ou próximo ao equilíbrio, que se apresenta como incerteza, inesperado ou resistente ao conhecimento ou às metodologias usuais, no que tange à sua compreensão e manejo.

Há, de fato, no fenômeno da identidade, um causalismo que não é do tipo clássico, bastante evidente nos estudos dos sistemas dinâmicos complexos, principalmente nos conceitos de estrutura dissipativa (Prigogine, 1988) e de atrator estranho (Ruelle, 1994).

Diante disso, é possível pensar a identidade como uma estrutura dissipativa, um sistema próximo ou afastado do equilíbrio e que troca permanentemente energia com o meio-ambiente para garantir sua individualidade e permanência.

A identidade é um paradoxo apreensível, até agora, só em seus aspectos parciais e não em sua totalidade, um devenir incerto em uma trajetória periódica e instável, porém tendendo à complexidade e à evolução.

É possível, inclusive, que a identidade seja um atrator caótico do sistema social, assim como foram consideradas as atitudes por Eiser (1994).

O caos ou o equilíbrio de um sistema social transcende a vontade individual dos membros da coletividade, mas o processo interativo e instável do sistema gera a emergência de identidades (líderes) que funcionam como atratores caóticos desse mesmo sistema social.

CONCLUSÃO

Transpor esse novo modo de pensar e explicar a realidade dinâmica para o terreno da Psicologia é o grande desafio para a jovem ciência psicológica. Alguns cientistas já estão se voltando, ainda que de modo inicial e incipiente, como Bateson, Zimmerman; Sacks, Wieland-Burston, Rosch, Eiser, Munné e outros. Porém, este é o caminho, se desejamos aprofundar o conhecimento acerca do psiquismo humano, cujos modelos teóricos ainda são lineares, biográficos, fechados, auto-explicativos e bem pouco interativos, muito menos não-lineares.

Há uma imensa capacidade da mente humana de estudar a si mesma e o mundo objetivo, de se compreender como objeto de si mesma e sujeito do mundo estudado e vivido, de ser parte e de ser todo, de ser criatura e de ser criador, de mudar o instante e de ser mudada por ele, seja no cotidiano comum ou no ato de investigar a si e a tudo o mais.

Parece-nos que dançamos a dança cósmica da auto-poyésis universal (Góis, 1995), que é instável, incerta, irreversível, que aumenta de complexidade e tende à evolução (neguentropia).

Cezar Wagner de Lima Góis é Prof. de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, doutorando em Influência Social pelo Depto. de Psicologia Social da Universidade de Barcelona e bolsista da CAPES - Brasil.
Verônica Morais Ximenes é Psicóloga, doutoranda em Recursos Humanos pelo Depto. de Psicologia Social da Universidade de Barcelona e bolsista da CAPES - Brasil.

ABSTRACT: This paper focused some questions about the theories of complexity, the complex dynamic systems and its relations to psychology. First we discussed the epistemological view within the complexity theory, further the characteristics and some experiments of chaos. The last part, was dedicated to show some applications of these news concepts in psychology.

KEY WORDS: epistemology, complexity, chaos, psychology.

NOTAS

¹ BRIGGS, John, DAVID PEAT, F. Espejo y Reflejo : del caos al ordeno Barcelona: Gedisa,1993.

² BOHM, David A. Totalidade e a Ordem Implicada. São Paulo: Editora Cultrix.,1980.

³ BRUYNE, Paul de et al. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1987.

⁴ CAPRA, Fritjof. Sabedoria Incomum. São Paulo: Editora Cultrix, 1988.

⁵ CASATI, Giulio. De los billares al caos de los átomos. Mundo Científico, Madrid, v. 11, n. 115, p. 756-762, 1991.

⁶ CHABERT, Jean-Luc, DALMEDICO, AMY D. Hemi Poincaré : el Precursor. Mundo Científico, Madrid, v. 11, n. 115, p. 716-720, 1991.

⁷ CHAITIN, Gregory G. El azar de los números. Mundo Científico, Madrid, V. 11, n 115, p. 772-777, 1991.

⁸ DITTO, William, PECORA, Louis. Dominar el caos. Investigación y Ciencia, Madrid, n. de octubre, p. 48-55, 1993.

⁹ ECKMANN, Jean-Pierre, MASHAAL, Maurice. La Física del desorden. Mundo Científico, Madrid, v. 11, n. 115, p. 722-730, 1991.

¹⁰ GLEICK, James. Caos: a criação de uma nova ciência. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

¹¹ GÓIS, Cezar Wagner de L. Vivência, caminho à identidade. Fortaleza: Editora Viver, 1995.

¹² GRASSBERGER, Peler. La percolación o la geometria del contagio. Mundo Científico, Madrid, v.11, n.115, p.764-770, 1991.

GÓIS, C. W., XIMENES, V. M. "Epistemologia, caos e psicologia"

Psicologia & Sociedade; 10 (1): 39-53; jan./jun.1998

- ¹³ HAKEN, Hermann, WUNDERLIN, Arne. El caos determinista. Mundo científico, Madrid, v.10, n.108, p. 1210-1217, 1991.
- ¹⁴ KADANOF, L. P., LIBCHABER, A., MOSES, E., ZOCCHI, G. Turbulencia un una caja. Mundo científico, Madrid, v.11, n.115, p.786-794, 1991.
- ¹⁵ KAUFFMAN, Stuart A. Anticaos y adaptación. Investigación y Ciencia, Madrid, n. de enero, p.46-531, 1992.
- ¹⁶ LASKAR, Jacques, FROESCHLE, Claude. El caos en el sistema solar. Mundo Científico, Madrid, v. 11, n. 115, p. 732-740, 1991.
- ¹⁷ LEWIN, Roger. Complejidade : a vida no limite do caos. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.
- ¹⁸ MAY, Robert M. El caos en Biología. Mundo Científico, Madrid, v. 11, n. 115, p. 746-754, 1991.
- ¹⁹ MÉZARD, Marc, TOULOUSE, G. De los vidrios de espin a las redes de neuronas. Mundo Científico, Madrid, v. 11, n. 115, p. 778-785, 1991.
- ²⁰ MORÍN, Edgar. Ciência com Consciência. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.
- ²¹ MUNNÉ, Frederic. Las teorías de la complejidad y sus implicaciones en las ciencias del comportamiento. Revista Interamericana de Psicología, v. 29, n. 1, p. 1-12, 1995.
- ²² NICOLIS, Catherine. ¿Puede bascular el clima? Mundo Científico, Madrid, v. 11, n. 115, p. 742- 745, 1991.
- ²³ PRIGOGINE, Ilya. O Nascimento do Tempo. Rio de Janeiro: Edições 70, 1988.
- ²⁴ RUELLE, David. Azar y Caos. Madrid: Alianza Universidad, 1993.
- ²⁵ SIMÓ, Carles. Cómo entender el caos determinista. Mundo Científico, Madrid, v. 11, n. 115, p. 698-708, 1991.
- ²⁶ ZUPPIROLI, Libero. La electrónica de los sólidos desordenados. Mundo Científico, Madrid, v. 11, n. 115, p. 709:715, 1991.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: PARA UMA FENOMENOLOGIA DOS SABERES SOCIAIS

Sandra Jovchelovitch

RESUMO: Este trabalho discute a teoria das representações sociais através de uma avaliação das principais correntes de pensamento que caracterizam sua herança intelectual e da análise de três categorias consideradas centrais para o seu entendimento: as noções de representação, subjetividade e produção. A análise destes três elementos possibilita identificar não apenas a espinha dorsal da teoria, mas também o campo de críticas que se dirigem a ela. O argumento central aqui é o de que a representação, longe de ser um espelhamento do mundo, expressa através de seu processo de produção tanto a subjetividade dos atores sociais que a constituem como os códigos históricos e culturais dos contextos nos quais emerge. A partir daí, o trabalho apresenta o campo central de estudos da teoria e como ela pode guiar uma intervenção crítica no campo da psicologia social e nos debates mais amplos que marcam o período em que vivemos, tanto a nível local, como a nível global.

PALAVRAS-CHAVE: representações sociais, subjetividade, produção, discurso.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, minha intenção é discutir a teoria das representações sociais, recuperando alguns dos postulados centrais da teoria e suas aplicações, e colocando ênfase especial em alguns elementos que me parecem ser, não só os mais importantes, mas também os que podem guiar um debate posterior com outros enfoques. Vou iniciar com uma contextualização breve da teoria e suas fontes, e a partir daí apresentar os três elementos que escolhi para discutir, quais sejam, a representação, a subjetividade, a produção. O primeiro, a noção de representação, ela mesma tem sido objeto de amplas discussões e nos permitirá uma

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

discussão tanto em relação à psicanálise quanto à psicologia cognitiva. O segundo elemento, diretamente vinculado à noção de representação é o problema da subjetividade, ou melhor dizendo, o problema da subjetividade do social. Uma análise deste elemento permitirá dissipar algumas confusões clássicas, especialmente a da relação entre a objetividade e a subjetividade. O terceiro elemento que gostaria de discutir se relaciona com o problema da produção, aquilo que mais claramente pode ser designado como os processos de emergência do primeiro e do segundo elementos, ou como que a representação e a subjetividade se produzem. É aqui, na análise da produção que as relações entre representação, subjetividade, linguagem, cultura, identidade e atos comunicativos podem ser clarificadas.

A escolha destes três elementos não é acidental. Eles não só configuram, a espinha dorsal da teoria das representações sociais, mas também definem o campo de críticas que se erguem em tomo dela. Minha intenção é mostrar que uma consideração cuidadosa destes elementos serve de uma só vez para rebater as críticas, e para demonstrar o caráter renovador da teoria dentro da Psicologia Social. Para concluir, vou discutir algumas das tarefas que se colocam para a pesquisa contemporânea em representações sociais e as implicações que elas tem para o período em que vivemos, tanto no plano local como global.

A TEORIA E AS SUAS FONTES

A teoria das representações sociais é uma teoria sobre a produção dos saberes sociais. Ela se centra sobre a análise da construção e transformação do conhecimento social, e tenta elucidar como que o saber e o pensar se interligam na trama do tecido social. Saber, aqui se refere a qualquer saber, mas a teoria está especialmente dirigida aos saberes que se produzem no cotidiano, e que pertencem ao mundo vivido¹. Ela nasce, no final dos anos 50, em um estudo conduzido por Sergio Moscovici, sobre a psicanálise na França², ou mais precisamente sobre a forma como a psicanálise é apropriada e resignificada à medida que ela passa de um grupo social a outro, e vai penetrando mundos vividos, horizontes, projetos, identidades e significados diferentes. Ou seja, o que acontece com a psicanálise quando ela sai dos consultórios fechados, dos círculos estritos de formação, das sociedades especializadas, e cai, por assim dizer, na real? Que tipo de processo se opera quando um tipo dado de saber - aqui um saber científico - circula pelo tecido social

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

para muito além da sua fonte de origem? Ora, a resposta pareceu a Moscovici óbvia: esse saber se transforma. Ele muda, na mesma medida em que vai mudando os sujeitos que o apropriam.

Ora, foi observando a transformação da psicanálise à medida em que ela penetrava o universo dos profissionais liberais franceses, da Igreja e do Partido Comunista Francês, que Moscovici entendeu que muitos dos pressupostos que haviam guiado outros pensadores precisavam ser recuperados, ou transformados, para dar conta do que estava acontecendo ali.

Foi assim que Moscovici voltou-se para Durkheim³ na Sociologia e Lévy-Bhrul⁴ na Antropologia (Lévy-Bhrul era considerado também psicólogo na França), para Freud⁵ na Psicanálise e Piaget⁶ na Psicologia do Desenvolvimento das estruturas cognitivas⁷. De Durkheim emprestou o conceito de representações coletivas e entendeu que, em sociedades como as nossas, perdem o poder aglutinador que detinham quando Durkheim as identificou. As representações coletivas de Durkheim têm estatuto de "fato social" no sentido hard da palavra; ainda que produzidas por sujeitos sociais, adquirem um caráter exterior à ação humana e condicionam todos os indivíduos das sociedades em que estão presentes a pensar a partir de suas categorias. Ao contrário de sociedades tradicionais, que mantêm seus saberes firmemente enclausurados nas mãos de sujeitos, rituais e objetos sagrados, as sociedades modernas se caracterizam pela reflexividade dos saberes. Nada mais é "naturalmente" aceito, tudo está em questão, ou como Marx diria, tudo que é sólido se desmancha no ar. Assim, Moscovici põe o conceito em movimento e o muda para representações sociais, já que sua preocupação principal era justamente dar conta de como uma mentalidade coletiva se modifica na fluidez e maleabilidade das formas sociais contemporâneas⁸. Cabe notar aqui, que sua preocupação com a psicologia das minorias ativas já traía essa mudança, pois Moscovici queria entender menos como uma mentalidade se mantém e mais como ela se transforma.

Mas Moscovici não parou aí; de Freud buscou a chave para os processos inconscientes que determinam a produção dos saberes sociais. Um dos textos que se mostrou decisivo para a construção da teoria foi o "Teorias sexuais infantis"⁹, que mostra como a criança quer saber e como o desejo de saber se intercala com o jogo jogado entre os que querem saber e os que detêm o saber. Confrontados com dúvidas do tipo "de onde eu vim?" ou, com a chegada de irmãos, "de onde veio este intruso?", a criança é invadida pela curiosidade relacionada à vida sexual de seus pais e ao mistério do nascimento. Estes mistérios levam a criança a construir "teorias", que se erguem na base das relações entre o

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

universo infantil e o universo adulto. Essas teorias carregam o peso da transmissão cultural, com aquilo que ela prescreve, permite e interdita. Em um drama, feito tanto de amor como de hostilidade, monta-se o teatro da socialização e da internalização da cultura. A família, como instituição e lugar primeiro deste teatro que dá vida à transmissão cultural, monta o palco para um estranho diálogo entre as interrogações desejantes da audiência infantil e as armadilhas - alucinadas por vezes dos atores adultos, tentando de todo jeito esconder as regras do jogo. Daí o caráter eminentemente social, intenso e apaixonado das representações da primeira infância, a constatação de que o saber envolve de uma só vez desejo e luta, e daí principalmente a evidência de que estas primeiras batalhas constituem a forma radical com que a gramática de uma cultura penetra a ontologia dos saberes e em consequência do sujeito do saber.

Piaget¹⁰ e Vigotsky¹¹ corroboraram os insights freudianos em um novo patamar, demonstrando cuidadosamente que a construção do conhecimento na infância é na verdade o processo através do qual o sujeito propriamente humano emerge. Tanto um como o outro mostraram os laços indissociáveis entre atividade representacional e a atividade do Eu; é na relação concreta com o mundo, na ação do corpo infantil sobre o mundo de objetos que lhe resistem, que a criança desenvolve a capacidade emergente para representar tanto o mundo como a si própria. É aprendendo a colocar uma coisa no lugar da outra, a fazer um objeto representar o outro, que a criança aprende a representar a si mesma e a reconhecer, isto é, dar sentido, significar, simbolizar.

Se Piaget mostrou mais do que ninguém como estes processos são o resultado da relação infante-mundo, é a Vigotsky que devemos a qualificação deste mundo, pois foi ele quem chamou a atenção para o fato de que, a relação do corpo infantil com o mundo só adquire sentido através da presença do Outro. É a mediação de outro ser humano que organiza, inspira e autoriza a ação, e portanto a representação. Em Piaget e Vigotsky, Moscovici buscou a gênese profundamente social da construção do saber e, rompendo com as dicotomias que separam a ontogênese da sociogênese, resgatou o entendimento de que o saber social é simbólico e, enquanto tal é de uma só vez produto da ação, da comunicação e da construção do sujeito.

Nestes autores, portanto, encontramos as fontes que orientam a teoria das representações sociais e a forma como ela conceitua a produção dos saberes sociais. Se me detive mais detalhadamente nas fontes, é porque este método de identificação das gêneses, nos permite visualizar

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

mais claramente os elementos que identifiquei no início: a representação, a subjetividade e a produção. São estes os elementos que discutireis mais detalhadamente nas páginas a seguir.

REPRESENTAÇÃO, SUBJETIVIDADE, PRODUÇÃO

A noção de representação é obviamente central para a teoria e é precisamente o conceito que tem norteado as críticas a ela dirigidas, principalmente pelos ingleses da área de análise de discurso¹². A noção de representação tem uma longa história filosófica e não é minha intenção aqui traçar essa história, algo que está além do meu objetivo e, principalmente, além das minhas capacidades. Minha intenção é discutir a noção desde uma perspectiva psicológica, e tentar dissipar o que, a meu ver, são os equívocos das correntes que a rejeitam. Baseados em uma leitura de filósofos como Rorty, Foucault e Nietzsche, estas correntes argumentam que a vertente representacionista carrega uma ideologia de espelhamento do mundo, onde a representação se dedicaria a copiar um mundo de objetos "lá fora", de forma fiel e precisa¹³.

Concebida desta forma, a representação emerge como uma atividade de cópia, relegada a espelhar um mundo que lhe precede e ao mesmo tempo ignora. Aqui o existente pré-existe, é dado, e é indiferente aos processos que lhe produzem. Representar é copiar, reproduzir o existente. É bem verdade que esta concepção pode ser encontrada e de fato, foi extremamente influente por um longo tempo nas ciências sociais e na psicologia: na psicologia cognitiva e social de tradição positivista, a representação é de fato cópia e reprodução. Os exemplos abundam e não há espaço para dissecá-los, mas o que marca essa tradição é a ilusão de uma coincidência perfeita entre o psíquico e o mundo, com o psíquico relegado a tarefa de perceber, conhecer e lembrar o existente em sua dada objetividade. Ora, criticar essa tradição é fácil; muito mais difícil é se engajar com a complexidade das correntes que proporcionaram uma concepção radicalmente diferente do fenômeno. Pensar que a tradição empiricista não foi desafiada e incisivamente interrogada, é simplesmente negar a história das idéias e da própria evolução da psicologia. Como seria possível pensar a representação desta forma depois de Freud, depois de Piaget, depois de Vigotsky? Como pensar a representação dessa forma depois do trabalho de Castoriadis e Hall entre outros?¹⁴

A representação, como esses autores mostram, não é cópia, muito menos reprodução; pelo contrário, a representação é uma ponte, uma

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

ligação, um laço, uma mediação, que se constrói na relação do sujeito psíquico com o existente. A representação expressa a necessidade dessa relação, a necessidade de mediação; sem ela, o sujeito psíquico e o existente não podem se encontrar e nascer, um para o outro, para usar a bela expressão de Piera Aulagnier¹⁵. De certa forma, o existente sempre nos precede e isso tem a ver menos com um empiricismo estreito do que com o fato de que os humanos possuem uma substância histórica. Que eu não possa construir tudo enquanto sujeito psíquico é uma condição ligada ao fato de que o existente não iniciou no dia do meu nascimento e certamente não vai terminar no dia da minha morte. O mundo no qual eu vivo tem uma história para a qual eu contribuo, mas que sozinha eu não posso definir, é o entendimento da representação e o porque de sua construção é tão crucial. Entre o sujeito e o mundo há uma lacuna, um vazio, uma disjunção, que se deve ao fato de que, enquanto seres naturais nós somos desnaturados, não nos colamos perfeitamente ao mundo - em função de nossa prematuridade ao nascer - então nossa única possibilidade de acesso a este mundo é atividade, desejo, construção, cultura. Essa atividade, essa construção, esse desejo, representam o que somos, e portanto está intrinsecamente ligada a nossa subjetividade e subjetivação, representam nossa relação com o mundo, e portanto está intrinsecamente ligada aos contextos que historicamente dão forma ao nosso estar no mundo - nossa cultura e, finalmente, representam o mundo mesmo, estando portanto ligada aos sentidos que damos ao existente, sentidos sem os quais o existente simplesmente não existiria.

O que é importante ressaltar aqui? A representação é uma ação simbólica de um sujeito em relação com um mundo que nunca é completamente dado e nunca é completamente aberto, que ao mesmo tempo que lhe precede e o institui enquanto sujeito, vai se instituindo e se transformando enquanto um produto da ação humana. Isso era claro para Freud, que viu na representação a única possibilidade de obter aquilo que não podemos obter completamente: a obtenção do objeto-mundo é parcial, só pode se dar pela via secundária da representação. É por isso que toda representação esconde um desejo e a subjetividade do sujeito que deseja. É também por isso que a linguagem é fundamentalmente representação - o desejo da linguagem é representar, e na relação entre linguagem e fala nós encontraremos as categorias centrais de um sistema representacional. Quem privilegia a noção de discurso, em detrimento da noção de representação, esquece que o discurso é, ele mesmo, um sistema representacional. Isto me parece ser ainda mais sério, porque negar que o discurso é um sistema representacional, significa adotar

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

como pressuposto subjacente que o único compromisso da palavra é um compromisso com si mesma.

Ora, no momento em que a palavra perde seu caráter de referente, ela também perde sua ligação com o mundo, sua ligação com aquilo que não está lá, e que constitui de fato sua condição de possibilidade. O discurso sem seu objeto disse Bakhtin, é um cadáver sem vida; a palavra chama, deseja seu objeto, e aqui eu cito: "o discurso vive, por assim dizer, além de si mesmo, no impulso vivo que nutre pelo objeto; se nos desligarmos completamente deste impulso, tudo que teremos é o cadáver desnudo da palavra, do qual apreendemos nada sobre a situação social e o destino de cada palavra dada na vida"¹⁶ (Bakhtin, 1981 :292, minha tradução). A linguagem é também representação e, enquanto tal, uma relação com o ausente e uma evocação do possível.

Representação, subjetividade, produção: estes três elementos só podem ser entendidos na relação que mantém entre si, nenhum deles existe sem a presença dos outros e o que os três expressam é a relação fundamental do ser humano com o tecido de seu mundo social, relação essa que é precisamente o objeto de estudo da psicologia social. A representação é uma construção, e a lógica da sua produção é a mesma lógica da construção do sujeito. A subjetividade - ou a expressão do sujeito no mundo - passa pela produção da representação. A objetividade - ou a estabilidade histórica, e em certa medida, sempre precária do mundo oferece à representação a matéria sobre a qual ela trabalha. A objetividade do mundo é o limite necessário sem o qual a própria idéia de construção se torna redundante. Esta objetividade é o limite necessário à onipotência do sujeito que precisa aprender a diferenciar entre si e um mundo que lhe resiste. A subjetividade e a objetividade são dois polos de um mesmo processo guiado pelas práticas comunicativas de uma sociedade e sua cultura. Se nos debruçarmos cuidadosamente sobre a relação entre sujeito-objeto, eu-outro, individual-social, poderemos entender tanto os problemas centrais que acompanham nossos debates como as falácias de que, por vezes, eles se nutrem. A crítica ao chamado representacionalismo é na verdade mal dirigida: ela joga fora o essencial, atacando o superficial. O que estas críticas não percebem é que:

- 1) o fenômeno representacional não tem sua Única descrição e explicação em teorias empiricistas que concebem a representação como um espelho do mundo; mas descartar o fenômeno em função de uma concepção errônea é descartar o bebê com a água do balde. Ninguém, ou muito poucos, hoje em dia, deixariam enamorar-se por uma concepção empiricista e ingênua de representação; o fato é que

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

a representação é uma prática cultural bem mais complexa do que os empiricistas pensaram e do que neo-empiricistas do tipo pós-moderno pensam que ela é;

2) o tipo de crítica que certos autores dirigem à teoria das representações peca por desconhecer, ou melhor dizendo, por negar sua própria história. Autores como Ibáñez¹⁷, por exemplo, expressam um quase sublime esquecimento de tudo que já foi dito antes. Eles rejeitam o conceito de representação e adotam o de discurso, falando em runa "virada discursiva" (discursive turn) através de Gergen¹⁸ and Potter and Whetherell¹⁹. Porém, a preocupação com a fala, ou com discursos não se iniciou com estes autores; muito menos ainda, os ceticismos epistêmicos, o assalto a verdades e valores universais, ou as interrogações sobre a identidade do eu. Desde o século XVII nada é mais comum do que se interrogar sobre estas questões: a interrogação ela mesma é uma prática da modernidade, que se agudizou como a modernidade tardia, mas que certamente não começou com ela. Na verdade, como Umberto Eco²⁰ mostra, este tipo de tradição pode ser traçado já nos gregos antigos que, fascinados pela idéia de infinito, construíram uma civilização fundada tanto no princípio da identidade e da não-contradição, como na idéia da metamorfose contínua, da volatilidade e da ambigüidade, simbolizadas por Hermes. É preciso portanto, tratar mais seriamente nossa conexão com a história. Um exame mais cuidadoso revelará que boa parte dos vários modismos, que se produzem hoje como novidade radical, possuem uma história tão antiga quanto a própria filosofia.

ESTUDANDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A DIALÉTICA DO GLOBAL E DO LOCAL NA PRODUÇÃO DOS SABERES

Acima procurei discutir a teoria e alguns de seus elementos principais, relacionando-os com as fontes que alicerçam o quadro teórico das representações sociais. Neste segundo momento, minha intenção é explicitar o que entendo como o campo central de estudos da teoria, e a forma como ela pode guiar uma intervenção crítica e transformadora tanto na Psicologia Social, como em diálogo com outras áreas da Psicologia.

Enquanto teoria dos saberes sociais, enquanto um enfoque que nos permite visualizar aquilo que uma sociedade, uma comunidade, ou instituição sabe sobre si mesma e sobre o que lhe rodeia e constitui seu estar no mundo, as representações sociais se situam em uma tradição

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

que, a grosso modo, pode ser chamada de fenomenologia da vida cotidiana²¹. Essa tradição se centra na legitimidade dos saberes que se constroem no cotidiano, e na relação que eles estabelecem com a experiência vivida. Contra a idéia de que o saber cotidiano é "ideológico", no velho sentido de falsa consciência, distorção e erro²², a teoria procura recuperar a positividade do estatuto epistemológico dos saberes ligados ao senso comum e "entender os entendimentos" que eles expressam. Essa tarefa de "compreensão das compreensões" é o que chamamos hermenêutica e, nesse sentido, o programa da teoria acomoda-se perfeitamente dentro desse enquadre. Esta decodificação sistemática de universos conceituais e significativos, que tenta entender e analisar aquilo que imagens, enunciados, costumes, rituais, atos, instituições ou comunidades significam para os que os praticam, não é uma enorme novidade. Foi isso que Lévy-Strauss fez na Amazônia, que Piaget fez nas suas investigações sobre as concepções da criança sobre o mundo, que Weber fez no seu estudo sobre o espírito do capitalismo, que Goffman fez em relação ao manicômio, que Freud fez quando ele se dedicou a entender o universo habitado pelas histéricas vienenses do final do século passado³. Comum a todos estes autores foi uma tentativa de entender os universos significativos que dão forma ao material da experiência humana, desde o mais banal até o mais extraordinário. O que também foi comum a todos estes autores é que eles aproximaram seu objeto com a firme intenção de escutá-lo e com a melhor maneira da pesquisa comprometida, deixaram-se guiar pelo que escutaram.

Estudar representações sociais, portanto, significa estudar a forma como um grupo humano constrói um conjunto de saberes; esses saberes são capazes de expressar de uma só vez a identidade de um grupo social, as representações que ele detém sobre uma variedade imensa de objetos tanto próximos, como remotos e, principalmente, o conjunto dos códigos culturais que definem em cada momento histórico o modo de vida de uma comunidade. As perguntas centrais que guiam o esforço investigativo são, segundo Denise Jodelet: quem sabe, e de que lugar eles sabem? O que sabem e sobre quem eles sabem? Quais as consequências do que sabem?²⁴.

Assim, no estudo que conduziu sobre representações da loucura, demonstrou como os saberes da comunidade sobre o louco e a loucura passavam pelo contexto específico de uma comunidade que convivia com a loucura sem uma clara separação institucional, passavam pela necessidade da comunidade defender a sua identidade e de estabelecer claramente quem era e quem não era um louco. Junto a tudo isso, ela

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

ainda encontrou os símbolos ancestrais que na cultura ocidental ligam à loucura a condição estrangeira, errante e perigosa de quem vive à margem. Não foi à toa que ela identificou nestes saberes, rituais obsessivos de separação de corpos, de fluídos, e de águas. Mais importante ainda, o que o estudo sobre estas representações revelou foi a necessidade de levar em conta, na definição de políticas de atenção ao doente mental, a constatação de que os medos e representações que fundamentaram a construção física do manicômio não desapareceram com as paredes do asilo. A desinstitucionalização da loucura, que na Europa dos anos setenta abriu as portas do manicômio, permitiu ao sujeito da loucura, que por tanto tempo foi relegado a viver à margem, excluído e segregado, reaparecer, desta vez instalado no seio da comunidade. Mas o que se passou com as representações que fundamentavam seu confinamento? O estudo de Jodelet mostra que elas ainda estão entre nós, de outra forma, mas com uma substância que é fundamentalmente a mesma²⁵.

Exemplos como estes mostram que o estudo das representações sociais envolvem:

* o estudo da lógica de produção dos saberes: o que produz o saber são atos comunicativos, e isso é verdade tanto na ontogênese quanto na sociogênese. Atos comunicativos devem ser sempre contextualizados: quem comunica o que, para quem, de que forma, e valendo-se de que poderes? O contexto de produção se relaciona com a história de uma comunidade e com o estoque de códigos culturais que estão a sua disposição em cada momento de sua trajetória, com as narrativas e mitos que a instituem, e que ela usa tanto para reproduzir a si mesma quanto para relacionar-se com outras comunidades.

* o estudo dos conteúdos e daquilo que eles revelam: as dicotomias entre processo e conteúdo são falsas, e os conteúdos sempre revelam os processos que lhe subjazem; dessa maneira, o conteúdo do saber não é antinômico ao seu sentido, pois o que o conteúdo revela na superfície, esconde a produção latente que o faz significativo para sujeitos sociais. Da mesma forma, conteúdos compartilhados não significam conteúdos privados de contradições internas, pois o fundamento da divergência reside no reconhecimento dos avatares que são comuns a uma cultura e que fornecem as bases sobre as quais a comunicação dialógica pode estabelecer-se. Sem o reconhecimento de códigos comuns não há conversação; o diálogo só se estabelece sobre o reconhecimento mútuo dos interlocutores. É esse reconhecimento, essa partilha de conteúdos básicos que possibilita tanto o consenso como a produção do conflito. Ora, a idéia de códigos compar-

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

tilhados não pode ser equacionada à idéia de concordância generalizada entre atores sociais²⁶. Desde o insight fundamental de Freud²⁷ sobre a natureza primeira do laço social - ele é antes de tudo um laço amoroso, um laço identificatório - ou das distinções estabelecidas entre a linguagem e a fala²⁸, sabemos que a expressão da singularidade e da divergência repousam em códigos comuns. São eles que fazem do diálogo uma prática social significante.

•o estudo das práticas culturais que estão associadas às representações: a construção de identidades sociais, os rituais e os costumes, as lutas entre grupos sociais, as resistências e as capitulações ligadas aos saberes. Estas práticas culturais reúnem tanto o peso da história e da tradição como a mobilidade dos discursos cotidianos, onde tempos, espaços e lugares sociais se definem no jogo entre a lógica do instituído e as ações instituintes de sujeitos sociais. São estas práticas culturais que dão forma e vida às representações sociais, fazendo com que elas sejam estruturas simbólicas marcadas tanto pela permanência e pela reprodução, como pela novidade e transformação. * entender que a descoberta desses saberes significa (des)cobri-los para que possam se tornar objeto de reflexão, porque o saber do cotidiano não é imune às ilusões, aos descabros, à dominação. As representações sociais são ligadas à experiência vivida, e o compromisso que elas expressam é um compromisso com o vivido, com suas dores, suas distorções, suas possibilidades e impossibilidades. Isso significa reconhecer que a experiência vivida produz tanto conhecimento como desconhecimento. Saberes podem tanto emancipar quanto oprimir, e nossa tarefa, eu acredito, é participar ativamente das lutas políticas e culturais que se travam em torno de sua produção. Daí a necessidade de reconhecer que não é qualquer história que pode ser aceita como história, de que as concepções que defendem o "vale tudo" negam a luta árdua e dolorosa de tantos grupos humanos e sujeitos individuais para alcançar um saber preciso, e para superar os desconhecimentos vários que atravessam e enredam o conhecimento. Dizer que a verdade e a falsidade são socialmente construídas não quer dizer que possamos jogar fora a idéia de verdade, e muito menos a de falsidade. Por vezes, noções de verdade se confundem com noções do que é real, e precisamos explicitar essas questões quando lidamos com a construção social da realidade. Durante séculos, os humanos construíram representações sobre determinados grupos sociais que são expressão clara da necessidade da verdade. O sujeito negro foi historicamente representado como um

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

ser inferior, da mesma forma que a mulher ou o sujeito colonial. Estas representações são, sem dúvida alguma, reais, mas claramente falsas. Elas são reais para os que as sustentam, e profundamente reais para os que as experenciam enquanto mandato identificatório, mas somente a noção de verdade pode colocá-los no seu verdadeiro lugar, que é a falsidade.

As questões discutidas acima não são exaustivas e certamente há muito mais o que considerar no estudo das representações sociais. Elas são, contudo, extremamente importantes para guiar a prática dos que trabalham com o estudo das representações sociais. Creio que elas se tomam ainda mais importantes se levarmos em consideração a agudização das tendências globalizantes da modernidade, que assumem uma faceta radicalmente acentuada na modernidade tardia. Significados, saberes, modos de vida, viajam hoje de um local a outro libertos das restrições espaciais e temporais que sempre marcaram nossas relações com lugares e tempos. Se essa liberdade, que se deve, mais do que tudo, ao desenvolvimento fulminante dos meios de comunicação de massa, produz uma nova reflexividade que permite aos saberes a confrontação, a comparação e a apropriação de sentidos novos, ela também traz para o centro da discussão o que ocorre com aquelas comunidades que não possuem os recursos materiais, cognitivos e simbólicos para propor a sua versão, e especialmente para defendê-la. Muito se tem falado sobre a "macdonaldização" do mundo e a forma como culturas locais se vêem incapazes de defender suas tradições culturais e modo de vida. Não se trata de negar os processos galopantes de comunicação e transmissão de informação; sobre isso não há volta e o mundo, que o século XXI vai ver, terá paradoxalmente expandido e encolhido em uma dimensão sem precedentes. Mas esse processo faz reviver a necessidade de recolocar no centro de nossas interrogações a preocupação e a solidariedade com a diversidade dos povos do planeta, e a consciência dolorosa de que para o Ocidente, ainda hoje e talvez mais do que nunca, nós na América Latina somos uma periferia quase invisível. Também nos faz pensar sobre a autoridade de certos saberes comparados com outros e as dificuldades de reconhecer a riqueza dos saberes que não se expressam através de formas dominantes.

Sobre isso, eu gostaria de concluir com uma pequena história retirada dos escritos do Professor Clefford Geertz ²⁹. Ele conta de sua experiência em Java, onde nos anos 50 trabalhou em uma ilha pequena e miserável. A vida lá era dura, difícil: sem terra, com pouco trabalho, uma política instável, sem acesso a saúde, preços altos, uma vida no seu con-

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

junto longe de ser promissora. Mesmo assim, no meio deste cenário difícil ele encontrou uma vitalidade intelectual surpreendente. Ele conta de sua surpresa quando se deparou com camponeses que discutiam a liberdade da vontade, com comerciantes analfabetos que falavam sobre a natureza de Deus, com trabalhadores que elaboravam teorias sobre as relações entre razão e paixão, a natureza do tempo, a confiabilidade dos sentidos. E, talvez o mais importante, o problema do Eu - sua natureza, função, e modo de operação - que eles perseguiram com uma intensidade reflexiva capaz de surpreender o mais sofisticado dos pesquisadores. Eu gosto desta história porque ela mostra e dá valor àquilo que durante muito tempo nossa tradição não soube valorizar devidamente: a capacidade que sujeitos sociais têm de produzir saber, independente do que os cânones sagrados da razão científica definiram como saber. Essa história também mostra que mesmo em circunstâncias difíceis o pensamento luta para não ser banido, e tenta sobreviver nas praças, nos espaços públicos, em todos os tipos de encontros humanos. Mas o que ela nos mostra acima de tudo, é como uma realidade tão distante pode tornar-se uma realidade tão próxima, e como o sentido único que cada grupo humano dá para o seu modo de vida é tão completamente só seu, e tão profundamente parte de todos nós. A defesa desta diversidade deve ser hoje, como foi há mais de 200 anos atrás, um projeto central do universalismo iluminado.

A autora é grata ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-RS onde uma versão inicial deste trabalho foi apresentada e discutida por ocasião da comemoração dos 10 anos do programa. Agradecimentos especiais vão para Pedrinha A. Guareschi e Maria Lucia T. Nunes que além de serem referências intelectuais e afetivas na minha vida, me ajudam a manter os laços com a psicologia social do, e no, Brasil.

Sandra Jovchelovitch
London School of Economics and Political Science
Houghton Street
London WC2A 2AE
UK
Telephone: +44 171 955 6863
Fax: +44 171 955 7565
Email: sjovchelovitch@lse.ac.uk

JOVCHELOVITCH, S. "Representações sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 54-68; jan./jun.1998

ABSTRACT: In this paper I discuss the theory of social representations by assessing the main streams of thought that characterise its intellectual heritage and by analysing three categories I consider to be central to a proper understanding of the approach: the notions of representation, subjectivity and production. The analysis of these three elements allow us to identify not only the backbone of the theory, but also the criticisms that have been levelled at the approach. The central argument I advance here is that representation, far from being a mirror of the world, expresses through its process of production both the subjectivity of the social actors who constitute it and the historical and cultural codes of the contexts in which it emerges. I conclude by proposing what are the central issues around the field of studies of the theory and how it can guide a critical intervention both within social psychology and in the more general debates between the global and the local that characterise the period in which we live.

KEY WORDS: social representation, subjectivity production, discourse

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Habermas, J. *The Theory of Communicative Action: Lifeworld and system, a critique of functionalist reason*. Cambridge: Polity Press, 1992; Schutz, A. *The Phenomenology of the Social World*. London: Heinemann Educational Books, 1972.

² Moscovici, S. *La Psychanalyse: Son image et son public*. Paris: PUF, 1961.

³ Durkheim, E. *Représentations individuelles et représentations collectives*. In *Sociologie et Philosophie*, Paris, Quadrige/PUF, (1898)1996; Durkheim, E. *The Elementary Forms of the Religious Life*. London: Allen & Unwin, 1915.

⁴ Lévy-Bhrul, L. *How Natives Think*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

⁵ Freud, S. *On the Sexual Theories of Children*. *Collected Papers*, vol II. London: Hogarth Press and the Institute of Psychoanalysis, 1908.

⁶ Freud, S. *Case Stories*. *Collected Papers*, vol III. London: Hogarth Press and the Institute of Psychoanalysis, 1953.

⁷ Moscovici, S. *Des représentations collectives aux représentations sociales*. In D. Jodelet (org ..) *Les Représentations Sociales*. Paris: PUF, 1989.

⁸ Moscovici, S. *Notes towards a description of social representations*. *European Journal of Social Psychology*. 18, 211-250, 1988.

⁹ Veja acima a referência completa.

¹⁰ Veja especialmente Piaget, J. *The Construction of Reality in the Child*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1955.

¹¹ Vigotsky, L. *Mind in Society: The development of higher psychological processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

¹² Veja por exemplo Parker, I. "Social Representations": Social psychology's (mis)use of sociology. *Journal for the Theory of Social Behaviour*. 17, 447-469, 1992 e Potter, J. & Litton, L. Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology*, 24,81-90, 1985.

¹³ Veja Ibáñez, T. Social psychology and the theory of truth. *Theory and Psychology*, 1 (2), 187-201, 1991; Ibáñez, T. Constructing a representation or representing a construction? *Theory & Psychology*, 4 (3), 363-381, 1994; Shotter, J. Harré, Vigotsky, Bakhtin, Vico, Wittgenstein: Academic Discourses and Conversational Realities. *Journal for the Theory of*

Social Behaviour, 23, 460-482, 1993 e Spink, M.J. Representações sociais: Questionando o estado da arte. Educação e Sociedade, 8 (2), 166-186, 1996.

¹⁴ Veja Castoriadis, C. The Imaginary Institution of Society. Cambridge: Polity Press, 1987 e Hall, S. Representations: Cultural representations and signifying practices. London: Open Universidade-Sage, 1997.

¹⁵ Aulagnier, P. La Violence de l'Interpretation. Paris: PUF, 1975.

¹⁶ Bakhtin, M.M. Discourse in the novel. In M. Holquist (ed) (1981) The Dialogic Imagination; Four essays by M.M. Bakhtin. (pp. 259-422). Austin: University of Texas Press, 1981.

¹⁷ Os textos citados acima fornecem uma visão das posições recentes defendidas por Ibáñez.

¹⁸ Gergen, K. The social constructionist movement in social psychology. American Psychologist, 40,266-275, 1985.

¹⁹ Potter, J. & Wetherell, M. Discourse and Social Psychology: Beyond attitudes and behaviour. Beverly Hills, CA: Sage, 1987.

²⁰ Eco, U. The Limits of Interpretation. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1994.

²¹ Sobre a fenomenologia do cotidiano veja Geertz, C. Local Knowledge. London: Fontana Press, 1993; Halbwachs, M. On Collective Memory. Chicago; The University of Chicago Press, 1992 e Ricouer, P. Ideology and ideology critique. In B. Waldenfels, J. M. Broeckman & A. pazanin (Eds) Phenomenology and Marxism. (pp.134-164) London: Routledge & Keagan Paul, 1984, além dos trabalhos de Schutz e Habermas citados acima.

²² As discussões sobre o conceito de ideologia são tão acirradas hoje quanto foram ao longo de sua turbulenta história. Se é negável que uma certa tradição marxista relegou ao conceito de ideologia a descrição das ilusões e distorções produzidas pelas condições materiais de existência, também é verdade que hoje a produção teórica em torno do conceito se dá em um outro patamar. Para uma discussão e elaboração do problema veja Thompson, J. (1991) Ideology and Modern Culture. Cambridge: Polity Press. (tradução brasileira, Vozes, 1995).

²³ Veja nesse sentido, Freud, S. Case Stories. Collected Papers, vol III. London: Hogarth Press and the Institute of Psychoanalysis, 1953; Goffman, E. Asylums: Essays on the social situation of mental patients and other inmates. New York:Anchor Books, 1961; Lévy-Strauss. Tristes Tropiques. London: Penguin, 1955; Piaget, J. The Child's Conception of the World. London, Routledge & Kegan Paul Ltd, 1951; Weber, M. The Protestant Ethics and the Spirit of Capitalismo London: Allen & Unwin, 1976.

²⁴ Jodelet, D. Représentations Sociales: Une domain en expansion. In D. Jodelet (org) Les Représentations Sociales. Paris: PUF, 1989

²⁵ Para um exemplo de estudo empírico das representações sociais veja Jodelet, D. Madness and Social Representations. London: Harvester-Wheatsheaf, 1991.

²⁶ Veja Spink, MJ. Representações sociais: Questionando o estado da arte, Psicologia e Sociedade, 8 (2), 166-186, 1996.

²⁷ Freud, S. Group Psychology and the Analysis of the Ego. In S. Freud Civilization, Society and Religion. London: Penguin, 1921.

²⁸ Saussure, F. Course in General Linguistics. New York: McGraw-Hill, 1966.

²⁹ Geertz, C. The Interpretation of Cultures. London: Fontana Press, 1993.

SOBRE A POLITICIDADE E A DINÂMICA DO PODER NAS ORGANIZAÇÕES: UM RECORTE PSICOSSOCIAL

Kátia Barbosa Macêdo*

RESUMO: O objetivo do presente artigo é conceituar o poder, com especial enfoque nas suas relações dentro das organizações. Apresenta as abordagens de diversos autores e correntes que pesquisam o tema, bem como as características das relações de poder, as fontes de poder, a politicidade como traço característico inquestionável das relações organizacionais e a forma como ela atua nas pessoas, ou seja, o poder disciplinar e as regras. Ainda discorre sobre as reações ante ao poder.

PALAVRAS-CHAVE: poder, organizações, política.

"O que marca a condição humana é a politicidade. O homem é o único animal político. Das atividades humanas, apenas duas são consideradas políticas, a ação ou praxes e os discursos ou lexis, dos quais surge a esfera dos negócios humanos ... A política nasce de uma diversidade de interesses ... " (Aristóteles)

O CONCEITO DE PODER

Talvez a grande diversidade de abordagens do poder deve-se ao fato de que o mesmo está presente em todas as relações humanas, ou ainda como diz Crozier (1971, in Friedberg, 1993, p. 258) "o poder tem uma má imagem nas nossas sociedades. Envolve-o um tabu mais forte que o tabu sexual. Mas isso não significa que o poder não esteja presente nas relações de troca e de cooperação, nem que não seja passível de uma análise concreta:"

Apesar de inúmeras definições de poder, ainda não apareceu nenhuma clara e conclusiva. Alguns teóricos vêem o poder como um recurso,

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

outros como uma relação social caracterizada por algum tipo de dependência. A maior parte deles assume como ponto de partida a definição de Robert Dahl (1964, in Clegg, 1989), sugerindo que o poder envolve habilidade para conseguir que outra pessoa faça alguma coisa que, de outra forma, não seria feita.

Max Weber (1925, in Martin-Baró, 1989, pág. 92) definiu o poder como "a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda contra toda a resistência e qualquer que fosse o fundamento dessa probabilidade à luz das reflexões anteriores."

Partindo desse conceito, Martin-Baró (ibid, pág. 95) propõe uma definição desde a perspectiva psicossocial - o que constitui em uma pequena modificação em relação a de Weber: "o poder é aquele diferencial favorável de recursos que se produz nas relações humanas e que permite a alguém impor seus objetivos e interesses sociais sobre os interesses dos demais". Assim, ele concorda com Weber em que o poder é mais um potencial que um fato e que esse potencial se dá nas relações humanas. A diferença consiste em precisar que o poder serve aos objetivos e interesses canalizados pelo ator mais que a sua vontade.

Para Martin-Baró, a análise do poder requer o exame de quatro aspectos constitutivos do poder: a relação entre os atores, seus respectivos recursos, os objetivos e interesses que perseguem e o efeito histórico que produzem tanto nos atores como em sua relação.

O poder é o meio através do qual conflitos de interesses são resolvidos. O poder influencia quem consegue o quê, quando e como.

Para Foucault (Ibid, pág. 14), o interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos em que nada ou ninguém escapa, em que não existe exterior possível, limites, fronteiras. Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele separados. "Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relação de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é objeto, uma coisa, mas sim uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistên-

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

cia dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também distribuem por toda a estrutura social. O poder é luta, confronto, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa, e não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde."

Partindo do trabalho de Foucault, o conceito de Friedberg sobre poder possui muitos pontos em comum, e ainda permite uma aplicação prática na análise do poder das organizações.

Para Friedberg, "Em todo o campo de ação, o poder pode definir-se como a troca desequilibrada de possibilidades de ação, ou seja, de comportamentos entre um conjunto de atores individuais ou coletivos." (1997, pag.115).

1 - Essa definição acentua a natureza relacional e não transitiva do poder. O poder não é um atributo e não pode ser possuído. Não é um bem que se possa levar. Tal como o amor e a confiança, o poder é inseparável da relação através da qual ele se exerce, e que liga entre si pessoas concretas à volta de objetivos específicos.

2 - Essa definição sublinha o elo irredutível entre poder e interdependência. Quer dizer, entre poder e cooperação, entre poder e troca, mesmo essa troca sendo de algum modo desequilibrada; nada de poder sem relação, nada de relação sem troca. Está aí a dimensão instrumental do poder. Não se tecem relações de poder gratuitamente ou só pelo prazer de tê-lo. Entra-se numa relação de poder porque se deve obter a cooperação de outras pessoas para a realização de um projeto, seja ele qual for.

3 - A definição põe em evidência a natureza pelo menos bilateral e muitas vezes multilateral do poder. O poder é inseparável dos processos de troca negociada que se enxertam na relação e que fazem com que ele comporte sempre um elemento de reciprocidade. É sinônimo de troca e comporta sempre um embrião de negociação. Mesmo que não ocorra em nível consciente, está em qualquer relação de poder. Não há relação sem troca, nem troca sem negociação.

AS CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES DE PODER

Como pode ser verificado são inúmeros os conceitos sobre o poder. Talvez uma forma de facilitar a compreensão do fenômeno se dê no estudo de algumas de suas características:

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

1 - se dá nas relações sociais;

O poder se dá onde há relações sociais, seja entre pessoas ou entre grupos. O poder não é um objeto, mas sim a qualidade de alguém em relação a outras pessoas ou grupos. Assim, o poder constitui um fenômeno social, não meramente individual.

2 - se baseia na posse de recursos, muitas vezes assimétricos

O fenômeno do poder está ligado a padrões assimétricos de dependência através dos quais uma pessoa ou unidade se torna dependente de outra de maneira desbalanceada.

3 - produz um efeito na mesma relação social

O efeito que o poder produz nas relações sociais se dá tanto sobre o objeto da relação como sobre as pessoas ou grupos relacionados.

4 - possui tendência a se ocultar, é ambíguo

Um dos aspectos mais importantes do poder desde o ponto de vista da psicologia social é sua tendência a se ocultar, inclusive a se negar como tal (ou seja, como poder) e a se apresentar como exigência natural ou razão social.

Como disse Foucault "o poder transforma em valor que a sua vez justifica o poder, negando seu influxo ou sua existência mesma" (Ibid, p. 95.)

Uma relação de poder é uma relação ambígua, reversível, que luta belicosamente por controle, dominação e vitória.

5 - se relaciona com conflitos de interesses divergentes

A identificação de uma relação como de poder repousa num presumido conflito de interesses divergentes, que são os nódulos ou vértices da teia. Eles freqüentemente preexistem aos indivíduos que vêm a ocupar a relação. As relações que as pessoas criam e mantêm, tramadas ao longo dos nódulos nos quais elas mesmas se encontram, tornam-se a teia de trabalho do poder. O poder é uma relação de atividades e atitudes humanas que têm como pano de fundo interesses conflitantes.

Burbulles (1987) também diz que as relações de poder iniciam por um estado de interesses conflitantes. Contra esse pano de fundo de interesses conflitantes, todas as relações sociais assumem um significado de poder porque as relações de poder suprimem, encobrem, conservam ou negam conflitos de interesses.

O conceito de conflito aparece diretamente relacionado ao de interesse pois o conflito surge sempre que os interesses colidem e está sempre presente nas organizações, de forma implícita ou explícita.

Rondeau (1983, in Chanlat, vol.3, p. 206) diz que "o conflito será considerado sob sua forma diádica. Existe um conflito em uma organi-

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

zação quando uma parte perceber uma outra como um obstáculo à satisfação de suas preocupações, o que provocará nele um sentimento de frustração, que poderá levá-lo, posteriormente, a reagir em face da outra parte. Esta definição coloca em relevo as características geralmente associadas à existência do conflito: a interdependência das partes, a incompatibilidade e a interação que isto provoca entre elas."

Diante do fato consumado, a presença do conflito, os membros do grupo se vêem diante de uma situação que pede solução. Segundo McKenna (1996) existem cinco estratégias políticas para lidar com o conflito. São elas: a omissão, a conciliação, a competição, os acertos ou negociação e a cooperação. Moscovici (1985) comenta que a forma de resolução do conflito nos fornece dados para analisar o grau de maturidade deste grupo.

Freitas (1985) comenta que recentemente a teoria sociológica tem buscado superar a ilusória dicotomia que convencionalmente se estabelece entre indivíduo e sociedade, através de estudos sobre o papel de negociações na vida social. "Ocorre um processo ininterrupto de negociações que estabelece as identidades das pessoas que estão interagindo e a ordem social a que pertencem". (Ibid, pág 06).

Anselm Strauss (in Freitas, Ibid) parte do princípio de que uma ordem social, por mais repressiva que seja, seria inconcebível sem alguma forma de negociação. Esta é definida como um dos meios de se fazer com que um ator em interação com o outro consiga o que pretende (outros meios são a coação, a ameaça, etc.)

Friedberg (Ibid) lembra que as relações de poder entendidas como trocas negociadas de comportamento não são necessariamente conflituais. Também podem incluir desde a sua criação uma dimensão oclusiva, na própria medida em que cada jogador, para melhorar a sua própria posição na negociação, tentará reduzir as possibilidades de escolha dos seus parceiros, e contribuirá assim para a estabilidade da relação. Desse modo, ela garante pelo menos a manutenção dos benefícios que dela retirou. O jogo com suas regras garante essa estabilidade.

As FONTES DO PODER

O poder pode influir no comportamento das pessoas e grupos de duas maneiras; uma imediata, impondo uma direção concreta a ação, e outra mediata, configurando o mundo das pessoas e determinando os elementos constitutivos dessa mesma ação.

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

French e Raven (in Moscovici, 1985) definem o poder como a influência que um agente social pode exercer sobre a pessoa e entendem a influência como a produção de uma mudança psicológica. Existem cinco bases do poder ou cinco formas potenciais de influencia: o poder de recompensa, o poder coercitivo, o poder legítimo, o poder referente e o poder de especialista.

Galbraith (1986) diz que existem três fontes básicas de poder: a personalidade, a propriedade e a organização. Ele faz uma relação entre estas três fontes de poder e os três instrumentos para utilizá-lo, que são os poderes condigno, compensatório e condicionado.

Tofler (1990) nos apresenta em sua teoria três fontes de poder: a violência ou a força, o dinheiro ou a propriedade e a cultura ou o conhecimento. Acrescenta que estas três fontes são classificadas quanto à sua qualidade, sendo que a violência é considerada uma fonte de poder de baixa qualidade, a propriedade uma fonte de poder de qualidade média, e a cultura ou conhecimento uma fonte de alta qualidade. Isto decorre do fato de que o conhecimento não acaba, é infinitamente ampliável e a mais democrática fonte de poder. O poder do conhecimento é de alta qualidade porque significa e implica eficiência. Ainda pode ser usado para punir, premiar, persuadir e transformar.

Friedberg aponta as origens do poder: "a primeira origem seria a pertinência das possibilidades de ação de cada um dos participantes para a solução ou para o controle e gestão dos problemas nos quais tropeça a realização das empresas ou dos desejos dos outros; a outra fonte de poder seria a liberdade ou a zona de autonomia de que ele dispõe nas suas transações com os outros e que determina a previsibilidade do seu comportamento para os outros". (Ibid., pag. 70)

Para Morgan (1986, pago 164) as "fontes do poder dão aos membros da organização uma variedade de meios para ampliar os seus interesses, resolvendo ou perpetuando os conflitos organizacionais. São 14: 1) Autoridade Formal; 2) controle sobre recursos escassos; 3) uso da estrutura organizacional, regras e regulamentos; 4) controle do processo de tomada de decisão; 5) controle do conhecimento e da informação; 6) controle dos limites; 7) habilidade de lidar com incerteza; 8) controle da tecnologia; 9) alianças interpessoais, redes e controle da organização informal; 10) controle das contra-organizações; 11) simbolismo e administração do significado; 12) sexo e administração das relações entre os sexos; 13) fatores estruturais que definem o estágio da ação; 14) o poder que já se tem" (Ibid, pago 164).

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

Como podem existir tantas fontes de poder se existem tantos sentimentos de falta de poder? Uma resposta seria de que talvez o acesso ao poder é tão aberto, tão amplo e variado que, de certo modo, as relações de força acabam por se equilibrar. Outra explicação residiria na idéia de que é importante distinguir entre manifestações superficiais e a estrutura profunda do poder.

As ABORDAGENS SOBRE O ESTUDO DO PODER

Foucault (1979) apresentou dois paradigmas teóricos para o poder: o jurídico e o estratégico.

1 - O paradigma jurídico assume a perspectiva formal do sistema social. O poder gera obediência e a possibilidade da transgressão. Esse paradigma tem como base o trabalho de Hobbes.

2 - O paradigma estratégico assume a perspectiva dos atores envolvidos nas relações sociais. O poder é uma situação estratégica que surge com cada relação social, na medida em que essa relação apresente uma desigualdade de forças. Por isso, o poder é produzido a cada instante e em todos os pontos da trama social onde se estabelecem relações. Esse paradigma tem como base o trabalho de Maquiavel.

Segundo Clegg (1989) existem dois pressupostos básicos norteando os teóricos sobre o poder - de um lado Hobbes e de outro Maquiavel. O primeiro enfatizou a ordem, a importância da legislação e a necessidade de uma disciplina para manutenção dessa ordem. Já Maquiavel enfatizou a estratégia do poder. De um lado, o poder racional, legislador a serviço da manutenção da ordem e, de outro, a necessidade da estratégia para lidar com as nuances do poder, apresentando uma visão mais realista das relações de poder, suas alianças, coalizões e redes.

Clegg ainda apresenta quatro teorias que marcaram a visão do poder no séc. XX. A primeira é a posição de Dahl (1961), considerada behaviorista, que, de certa forma, desconsiderou a questão da intencionalidade apresentada por Weber, Russel e Wrong. A segunda teoria foi a apresentada por Bachrach e Baratz (1962) conhecida como as duas faces do poder, dizendo que o poder também poderia ser manifestado não apenas através de coisas realizadas, mas também pela não-realização de certos atos. A terceira teoria foi a apresentada por Lukes (1974) conhecida como o poder e as três dimensões, dizendo que o poder apresenta três dimensões que incluem o comportamento, a intenção e os interesses envolvidos na ação. A quarta foi a abordagem de Giddens (1979), Foucault

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

(1977) e Clegg (1977) conhecida como circuitos do poder, onde estes autores sustentam que o poder deveria ser visto como um processo no qual passaria através de circuitos de poder e resistência. Pode-se verificar que a abordagem de Dabl e Baratz e Bachrach estão mais relacionadas com as idéias de Hobbes, e as de Lukes e dos circuitos de poder têm suas raízes nas idéias de Maquiavel.

Segundo Leitão (1996), podemos identificar três níveis de análise no estudo do poder. O primeiro considera as relações entre as classes hegemônicas e as demais classes sociais, visualizando o poder como estrutura social de dominação. Michel Foucault, Marcuse, Poulantzas, Pierre Bordieu, Lucien Sfez e outros, além da Escola de Frankfurt são alguns dos que fundamentam esse nível de análise.

O segundo nível estuda as relações entre as organizações e os indivíduos que delas participam. Como representantes deste nível temos Pagés e outros.

O terceiro nível engloba as relações entre indivíduos no interior das organizações, destacando-se aí as contribuições de autores de orientação predominantemente funcionalista, que aborda as microtécnicas de poder, as quais envolvem não apenas a ação reguladora das organizações sobre os indivíduos, como no nível anterior, mas também as táticas políticas utilizadas nas relações entre indivíduos, como a cooptação, a formação de coalizões, etc. Nesse nível, há também contribuições de humanistas radicais que enfatizam o poder como uma característica inerente às relações interpessoais.

Bertero (1993) nos lembra que para analisarmos a dimensão do poder nas organizações, podemos partir de diversas posturas diferentes:

1 - Enfoque na empresa - nessa abordagem, é importante evitar na análise organizacional a visão tirada de outros campos das ciências sociais, segundo a qual o poder migra entre as classes. Tal conceito de migração do poder é inadequado para explicar o fenômeno dos itinerários do poder nas organizações. Para Bertero o poder seria disseminado a partir do proprietário da organização através de um grupo de influenciadores internos.

2 - Análise psicossociológica - desenvolvida a partir de Simon nega à organização qualquer objetivo e qualquer poder. Nessa análise os objetivos a serem considerados são os dos indivíduos que formam as coalizões. É considerado um modelo considerado reducionista.

3 - Análise organizacional - busca o aprofundamento, e considera o poder como uma variável importante para nosso entendimento da dinâmica da organização. Mintzberg e Galbraith são autores que trabalham dentro desta abordagem.

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

4 - Análise antropológica - a atribuição principal do poder é manter a harmonia e o equilíbrio no interior da organização. Há no poder um elemento estático ou preservador que também leva ao controle. O poder está inserido no conjunto das várias funções adaptativas internas, que incluem: linguagem e conceitos comuns, status, intimidade, amizade e amor, recompensas e punições. Schein e Pagés são autores que trabalham nesta abordagem.

Deve-se ainda lembrar que nenhuma pessoa utiliza apenas um tipo de poder. As diferentes formas através das quais o poder se manifesta e a maneira como são utilizadas não garantem, necessariamente, a sua aceitação por parte daqueles que são o seu alvo, uma vez que o exercício do poder é relacional e envolve as ações e reações dos influenciados.

A POLITICIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: PODER DISCIPLINAR, REGRAS E REAÇÕES

"Toda a organização coloca os seus membros em situação de interdependência desequilibrada e aberta, onde cada participante precisa da contribuição de outros participantes. Por outras palavras, se querem ter êxito nas suas tarefas, todos serão levados, quer queiram ou não, quer gostem ou o façam contra vontade a tentar influenciar mutuamente as suas condutas, isto é, a exercer poder uns sobre os outros. Quer eles queiram quer não, as suas relações de trabalho são também relações de poder através das quais procuram produzir o bom querer dos outros, necessário ao seu êxito." Crozier (Ibid, pag. 260)

Sabe-se que um dos traços que diferencia o homem dos outros animais é a politicidade. O homem é um ser social, que convive em vários grupos. Dentre eles, o grupo de trabalho, que opera dentro de uma organização. Como não poderia deixar de ser, as organizações também são políticas. Esta afirmação é sustentada por diversos autores.

Para Friedberg os processos de organização pelos quais as condutas dos atores são ordenadas localmente são processos políticos no pleno sentido do termo. "A ação humana é também e sempre política, é subentendida por interesses, intenções, estratégias que geram relações de força e que se ajustam através de negociações e de discussões, nas quais a questão da legitimidade tem um lugar central." (Ibid, pag. 17).

Quem fala de organização está falando de poder. É verdade que este poder nunca é total, mas o poder nunca está totalmente garantido e isto ocorre em grande parte por causa da ação, ou seja, ele está sujeito à

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

erosão e é minado pela ação das pessoas que são seus objetos, que são a força de trabalho da organização, onde a disciplina é a variável mais importante para qualificá-la.

O uso do poder não é baseado apenas nas condições objetivas da dependência e na sua instrumentalidade, mas também nos julgamentos subjetivos que os atores fazem dessas condições.

O PODER DISCIPLINAR

Nas malhas do poder, os indivíduos estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação. São sempre centros de transmissão. O poder passa por eles. Aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. A definição de política como jogo de forças encontra na estratégia disciplinar sua mais completa tradução. O sistema punitivo visa sempre a restauração da ordem. Assim, poder disciplinar é a estratégia predominante de poder na modernidade, e caracteriza-se pela vigilância, pela sanção normalizadora e pela combinação de ambas.

Foucault chama de práticas disciplinares "as microtécnicas de poder que estabelecem e regulamentam não apenas os indivíduos, mas também a coletividade. Essa práticas não se reduzem a punir e proibir, mas principalmente reforçam e tornam possível o desejo de obediência e constituem, no plano organizacional, formas reconhecidas de criatividade e de produtividade, graças a processos ao mesmo tempo explícitos e implícitos." (Ibid, pag. 65).

A grande importância estratégica que as relações de poder disciplinares vem justamente do fato delas não serem negativas, mas positivas.

Foucault completa dizendo que, na verdade, o poder produz; ele produz o real, produz domínios de objetos e rituais de verdade. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. O que interessa ao poder é gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento econômico e político. Tem um objetivo ao mesmo tempo econômico e político, tornar os homens dóceis politicamente e aumentar sua força de trabalho. Foucault chamou este tipo específico de poder de disciplinar... é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder, ou métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. (Ibid, pag 67).

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

A obediência, enquanto obtenção de consentimento passivo ou subordinação não é um elemento desejável, embora possível ou real. Mas a disciplina, sim. A disciplina, definida como a probabilidade de que, em virtude do hábito, um comando recebe obediência pronta e automática de forma estereotipada, da parte de um grupo dado de pessoas, é um ingrediente fundamental da política. Ela subsume e supera a obediência tradicional e a subordinação personalizada, preparando o terreno para a emergência de um sistema representativo e possibilitando a constituição de uma política impessoal. É constituinte necessário do consentimento ativo que um governo pretende obter, por medidas e meios legais e racionais. Mas o exercício legal-racional e a obtenção de disciplina não deixam de envolver certa dose do força, que pode ser ativa ou institucional e também estrutural.

A disciplina tem uma característica condicionadora e formadora do hábito de obediência. Tem também traços de ordenamento regrado, treinado e internalizado, tanto por meios e formas coercitivas quanto coativas. Ainda se manifesta como autocontrole socialmente desenvolvido. A obediência, subsumida na disciplina e assim racionalizada, pode se transformar em lei, seja através do pacto de força ou como instrumento legal.

Assim, quem efetivamente detém o poder é quem cria as regras do jogo. Em uma estrutura abstrata de regras de funcionamento, o poder se configura como uma rede de controle que atua em diferentes níveis, induz o auto controle e minimiza o poder da decisão pessoal de responsáveis hierárquicos. O poder não deve ser procurado nas relações hierárquicas, pelo menos nesse tipo de organização, mas no conjunto da organização, dilatando-se o foco do estudo. O seu nível de análise é a organização-indivíduo.

O poder é inerente à autoridade e é legitimado através de regras.

"E as funções positivas pelas quais se explica a emergência das convenções, das normas e das regras não devem nunca levar a esquecer a natureza estratégica e portanto fundamentalmente política da interação humana que conduz à corrosão dessas convenções, normas e regras logo que foram criadas, reopacificando o contexto e recriando espaços de oportunismo. Uma regra sem a relação de força que suporta torna-se sempre, a prazo, uma forma vazia." (Foucault, *Ibid* pag.150).

A solução organizacional predominante para o problema da ordem é impor regras de conduta. A solução organizacional para o problema de conseguir legalidade é estabelecer leis. As organizações possuem três características: primeira, os papéis nas organizações são preen-

MACÉDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

chidos por pessoas e não por dispositivos mecânicos; segundo, as organizações não são sistemas perfeitos, livres de atritos, e suas partes se desgastam; terceiro, a organização funciona em um meio que se modifica e cada mudança. no ambiente é recebida como a exigência de uma mudança em reação a ela, dentro do sistema organizacional.

Diante das perguntas: Porque as pessoas se tornam membros da organização e se submetem a suas leis? Por que devem obedecê-las? Que deverá ser feito se não obedecerem? A resposta mais geral jaz no conceito de autoridade ou poder legítimo. Dizer que o ocupante de um cargo tem autoridade sobre o ocupante de um outro cargo em matérias organizacional é uma questão de lei organizacional. Trata-se de coisa legítima, e, por isso, aceita. Esta aceitação de autoridade é a cláusula-chave no contrato psicológico, em cujos termos os novos membros aceitam a afiliação e ingressam na organização. No entanto, isto não implica necessariamente, 100% de consenso. Nem mesmo a aceitação mais ampla de autoridade garante que os que a aceitaram cumprirão em cada caso os requisitos de seus papéis.

É sempre bom lembrar que o poder legítimo do supervisor, o poder do papel, é sempre apoiado pelo poder de punição e de compensação ou recompensa. A legitimação de relacionamentos de poder é apoiada por um sistema de penalidades. Não se pode conceber uma lei que não tenha estabelecido alguma consequência para os que a violam, ou uma vantagem para os que a obedecem.

Para Maquiavel, "o poder está envolvido na autoridade e é constituído por regras, a interpretação de regras precisa ser disciplinada e regulamentada para que novos poderes não sejam gerados e poderes existentes sejam transformados. Onde existem regras, devem existir reinterpretações, assim, estabelecer regras é em si mesmo uma atividade de poder." (1996, p. 74).

Gouldner (in Friedberg, Ibid) explica as funções latentes da regra: a regra permite o controle à distância; constitui uma tela e uma proteção ao reduzir as relações interpessoais; restringe o arbítrio do superior e legitima a sanção; torna possível a apatia, ou seja, um comportamento de recuo que se contenta com aplicar as regras; e finalmente ela permite a discussão com a hierarquia. Em resumo, as regras não servem unicamente aos interesses da hierarquia que as impõe: são também um instrumento nas mãos dos executantes.

O poder sempre estará inscrito dentro de regras de jogo contextuais que controlam a ação.

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

Legge (1995) comentando Foucault, exemplifica a aplicação, na prática, de uma organização dos princípios apresentados por ele. Gerenciar é alocar indivíduos conceitualmente no tempo e espaço. Foucault identifica três formas nas quais isso pode ser feito: através do fechamento de espaço, (criação de espaço fechado em si mesmo, a distância entre os empregados e os não-empregados); através da divisão de espaço (cada pessoa tem seu próprio lugar, e cada lugar sua pessoa), e ainda a classificação (a ordenação hierárquica de indivíduos). Para ordenar indivíduos ou cargos, um denominador comum deve ser estabelecido. A base para comparação deve ser através do desenvolvimento de instrumentos de medição.

AS REAÇÕES ANTE O PODER

O poder não é um dado abstrato, mas ativo, operante. Sua presença produz continuas conseqüências históricas nas relações humanas. O produto central do poder é a dominação social, onde um dos sujeitos da relação, pessoa ou grupo, se impõe ao outro.

A dominação começa com um desequilíbrio de forças, corrói a autonomia e representa um desprezo pelas pessoas e pelos valores humanos. A dominação sugere a ausência da mínima aquiescência ou consentimento por parte da vítima e tende a destruir as relações sociais. A dominação pode envolver tanto estratégias físicas como psíquicas.

Dentre as reações frente ao poder estabelecido pode-se observar:

1 - O conformismo - aquele comportamento que pretende cumprir as expectativas normativas do grupo tal como as percebe o indivíduo. Dois elementos do conformismo são: a concordância ou acordo entre o comportamento do indivíduo como uma norma e critério; e que essa norma seja a própria do grupo do qual o indivíduo participa.

2 - A submissão - refere-se a uma gama ampla de relações nas quais, as pessoas cooperam com as exigências ou expectativas de outras, seja por ação, seja por inação.

3 - A resistência - está ligada à submissão, é sempre uma possibilidade, uma vez que aquilo que é oferecido pode ser retirado: ou a pessoa se recusa a agir cooperativamente ou age de uma forma antagônica e contestatória. Parte de uma relação na qual o conflito, o acordo e a submissão eventuais estão em fluxo e refluxo.

O poder também é inerente à habilidade de manter uma situação existente sem mudança. O poder é exercido quando A participa na toma-

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

da de decisões que afetam B, mas o poder é também exercido quando A devota suas energias para criar e reforçar os valores políticos e sociais. O privilégio também é uma expressão de poder quando chega a ser visto como natural tanto pelo privilegiado quanto pelo não privilegiado. O privilégio significa ser capaz de fazer ou ter coisas particulares, ele é, com freqüências, pensado como sendo somente da conta da pessoa privilegiada e não necessariamente relacionado ao não-privilégio.

4 - Rejeição do poder social - Na vida de qualquer sociedade é freqüente comportamentos contrários aos valores e normas do sistema social. Podemos considerar dois tipos de inconformismo prático: um normativo e outro sistêmico. Cabe distinguir dois paradigmas opostos na concepção do inconformismo normativo. O tradicional, qualifica ao inconformado como delinqüente, modernista, que o qualifica como desviado.

A literatura técnica indica que o poder gera reações também em quem assume posição de deter o poder em uma relação.

O poder é contagioso e corrupto, o poder sobre outras pessoas é glamoroso e ao mesmo tempo irrealístico. Ele tem a capacidade de expandir a mente e exaltar o físico. O poder capacita pessoas a fazer coisas que não fariam se não o possuíssem, tornando-as criativas e fortes. Nada disso é um problema em pequenas doses, mas o poder é também tão adicto como uma droga e corrompe. O único teste genuíno de que o poder não corrompeu uma pessoa é sua atenção contínua para desistir. Mas, uma vez que o processo de distanciamento social tem início, a pessoa que ocupa uma posição de poder começa a considerar as outras pessoas como menos competentes, menos confiáveis e menos humanas, então o processo de corrupção se tornou irreversível.

Hollander (1990) diz que o poder não é a mesma coisa que liderança, mas freqüentemente é visto como parte desta. O poder nas organizações possui três formas identificáveis. A mais familiar é o poder sobre os outros, que se traduz em uma dominância implícita ou explícita. A segunda forma de poder é o poder para, que oferece aos indivíduos a oportunidade de agir mais livremente nas operações organizacionais. A terceira forma é o poder de, que é a habilidade de resistir ao poder dos outros por responder efetivamente a suas demandas. Os subordinados influenciam e afetam todo o processo de liderança.

Estudos de Hollander demonstram que pessoas que detêm o poder possuem privilégios e podem dispor de uma ampla margem de crédito em relação a seu comportamento. As normas sociais são menos rígidas para quem possui o poder. Comenta como motivos para que detentores

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

de poder tendessem a cometer atos desviados três fatores: as oportunidades de desvio; as privações subjetivas e o controle social.

Ao estudar como as pessoas reagem ao poder, Hollander observou que ocorre uma seqüência onde a primeira fase é de surpresa ao perceber o quanto as pessoas mudam seu comportamento em relação a um chefe. Ocorre um processo de distanciamento. A segunda fase é um sentimento de excitação, de estar fazendo algo que tem valor e que produz satisfação. A terceira fase é quando o processo de corrupção se inicia. Ocorre um sentimento de onipotência e de isolamento. Na quarta fase ocorre uma divisão da personalidade. Começam a acreditar que o poder é algo que eles podem controlar. Criam defesas contra um ataque em potencial, e preferem a ilusão de sua própria glória em detrimento da realidade. Paranóia e megalomania são comuns nesta fase. Assim, as delícias e prazeres da autoridade podem se tornar perigosamente aditos.

"A liberdade é a única coisa que os homens não desejam, e isso por nenhuma outra razão senão a de que lhes basta desejá-la para a possuírem, como se recusassem conquistá-la por ela ser tão simples de obter. O tirano só tem uma coisa mais do que nós, que é o poder de nos destruir, porque nós lhe concedemos isto." (Boétie)

Kátia Barbosa Macédo - graduada em psicologia pela Universidade Católica de Goiás, Especialista em Psicologia clínica psicanalítica pela Universidade Católica de Goiás e em Dinâmica de Grupos pela Universidad de Comillas - Espanha, Mestre em Psicologia da Educação pela Universidade Federal de Goiás, Master en Psicologia de las Organizacion espela Escuela de Administración de Empresas de Barcelona, Espanha, doutoranda em Psicologia Social pela Pontificia Universidade Católica de São Paulo, professora da Universidade Católica de Goiás, departamento de Administração de Empresas, ex-presidente da Associação Goiana de Recursos Humanos.

ABSTRACT: This article presents the concepts of power, with special focus on its relations to organizations. It presents some different approaches to the issue of power and some characteristics of the phenomenon of power relations, power sources. It points out that politics is an unquestionable characteristics of organizational relations and discloses how it acts. It presents the disciplinary power it' s norms and rules. And finally it presents how people react when face power relations.

MACÉDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

KEY - WORDS: power, organizations, politic.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES -A política. Coleção Os Pensadores, Editora Abril: São Paulo, 1978. BERTERO, C.O. & KEINERT, T. M.M. - A evolução da análise organizacional no Brasil ERA -Revista de Administração de Empresas, v., 34 n.3 pago 81-90 Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 1993.
- BURBULES, N. - Uma teoria do poder em educação - Educação e realidade, 12(2): 19-36, jul- dez, Porto Alegre, 1987.
- CHANLAT, et al - O indivíduo e a organização: dimensões esquecidas - Trad.A.M. Rodrigues et al, 2.ed -São Paulo, Atlas" 1993. Vol. 1,2 e 3.
- CLEGG, S. -Frameworks ofpower -Sage publication, London, 1989.
- _____. - in CHANLAT, et al - O indivíduo e a organização: dimensões esquecidas Trad. A.M. Rodrigues et al, 2.ed., volumes 1,2 e 3 - Atlas: São Paulo, 1993.
- CROZIER, M. - La société Bloquée, Ed. du Seuil: Paris, 1971.
- FOUCAULT, M. "A ordem do discurso, trad. L.F. Sampaio, 2.ed. Edições Loyola: São Paulo, 1996.
- _____. - Microfísica do poder. Trad. Roberto Machado, Edições Graal: Rio de Janeiro, 1979.
- FREITAS, R. S. - Bordel, Bordéis: negociando identidades. Vozes: Petrópolis, RJ, 1985.
- FRIEDBERG, E. - O poder e a regra: Dinâmicas da ação organizada. Trad. Pereira da Silva, Coleção epistemologia e Sociedade. Instituto Piaget: Lisboa, 1993.
- GALBRAITH, JK. - Anatomia do poder - Trad. Hilário Torloni - 3.ed. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1989.
- HOLLANDER, E. & OFFERMANN, L. - Power and leadership in organizations -American Psychologist, February, vol 45., pago 37-49,1990.
- LABOÉTIE, E. - Discurso sobre a servidão voluntária - Trad. M.G., Gomes, Edições Antígona: Lisboa, 1986.
- LEGG, K.- Human Resource Management: Rhetorics and Realities, Ed. by University of Lancaster, England, 1995.
- LEITÃO, S. - O poder no contexto de decisão organizacional, RAP - Revista de Administração pública, 30(2): 137-51, Mar-Abr, Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1996.
- MACÊDO, K.B. - As relações de Poder entre professor e aluno adulto na formação profissional, Dissertação apresentada na Universidade Federal de Goiás, Educação, orientadora Profa. Dra. mana Hermínia Domingues, jul de 1995.
- MAQUIAVEL, N. - O Príncipe. Trad. E. Soveral, 7.ed., Guimarães Editores: Lisboa, 1996.
- MARTIN-BARÓ, I. - Processos Psíquicos y poder - in - Psicologia de la acción política, de Maritza Montero, UCA Editores: San Salvador, 1991.
- _____. Sistema, grupo y poder: psicologia Social desde Centroamérica II, UCA Editores, EI Salvador, 1989.
- MCKENNA, D. & MCHENRY, J. - Políticas no ambiente de trabalho - Trad. E. Sciulli Nobel: São Paulo, 1996.
- MORGAN, G. -Images of organization - Sage Publications - Newbury Park, London, 1986.
- MOSCOVICI, F. -Desenvolvimento interpessoal- 3.ed. LTC -Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda: Rio de Janeiro, 1985.
- RONDEAU, A. in CHANLAT, et al - O indivíduo e a organização: dimensões esquecidas –

MACÊDO, K. B. "Sobre a politicidade e a dinâmica do poder nas organizações: um recorte psicossocial" Psicologia & Sociedade; 10 (1): 69-85; jan./jun.1998

Trad. A.M. Rodrigues et al, 2ª ed, vol 3 - Atlas: São Paulo, 1993.
TOFLER, A.- Powershift -As mudanças do poder - Um perfil da sociedade do
séc. XXI pela análise das transformações na natureza do poder. Trad. L.C.
Nascimento. 1.ed. Editora
Record, Rio de Janeiro, 1990.

DAS REPRESENTAÇÕES AOS REPERTÓRIOS: UMA ABORDAGEM CONSTRUCIONISTA¹

Benedito Medrado

RESUMO: Através deste artigo, eminentemente teórico, propomos uma leitura crítica do conceito de representação social, identificando algumas de suas limitações, a partir das quais elaboramos reflexões sobre o conceito de repertórios interpretativos. Iniciamos com uma breve descrição do conceito de representação social, sua estrutura e dinâmica, apontando as principais críticas dirigidas a essa abordagem, tanto na arena epistemológica, como teórica e metodológica. A partir de tais críticas, propomos, baseados em Potter e Wetherell (1987), o conceito de repertórios interpretativos, como parte de uma abordagem mais ampla, lingüisticamente orientada, que busca apreender as práticas discursivas do cotidiano e os processos de produção de sentido.

PALAVRAS-CHAVE: representação social, repertórios interpretativos, produção de sentido, práticas discursivas, psicologia social, teoria.

O conceito de representação não se restringe ao campo de estudos da Psicologia Social; encontramos-lo presente em outras áreas do conhecimento, particularmente nas Ciências Humanas e Sociais, entre as quais a Antropologia, Sociologia, Psicanálise e Psicologia do Desenvolvimento. Como destaca Spink (1996):

"Encontramo-la, no mais das vezes, sempre que a reflexão se debruça sobre o poder das idéias de criar um universo simbólico compartilhado que possibilita (e orienta) a ação no cotidiano; sobre seu poder em sustentar identidades grupais e em institucionalizar determinadas práticas sociais" (Spink, 1996: 2).

Na Psicologia, em particular, o termo representação é empregado em diferentes domínios, desde a Psicologia Geral, que aborda o concei-

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

to de representações cognitivas dentro do paradigma construtivista, desenvolvido nos Estados Unidos sob a forma de neo-behaviorismo; passando pela Psicologia do Desenvolvimento, que, a partir dos estudos seminais de Piaget, busca entender os estágios de desenvolvimento das representações mentais, baseando-se nos processos de assimilação e acomodação; até a Psicologia Social, que se apóia no desenvolvimento da corrente sociocognitivista européia e se funda no trabalho de Serge Moscovici (1961), que, reformulando o conceito de representações coletivas de Durkheim, produziu um corpo de conhecimentos próprio, que serviu de base para uma série de estudos posteriores, constituindo-se, atualmente, como um dos conceitos fundamentais em Psicologia Social (Bernoussi e Florin, 1995).

Como destaca Spink (1996), a difusão dos estudos sobre representações sociais (RS) no campo da Psicologia Social gerou uma série de formulações teóricas e um vasto conjunto de estudos empíricos que lhe deram o status de um estudo autônomo, diferente do que ocorrera nas demais disciplinas.

Todavia, o que nos chama a atenção é que, na Psicologia Social, o estudo das representações sociais proporcionou um campo de saber estruturado, com nome, mitos de origem, formas de circulação dos saberes e campos concorrenciais. É sobre esse campo, teoria, abordagem ou perspectiva que debruçaremos nosso olhar.

O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Um(a) dos (as) teóricos(as) que melhor define o conceito de representações sociais é Denise Jodelet (1984). Segundo ela, RS são imagens compartilhadas que condensam um conjunto de significados,

"sistemas de referência que nos permitam interpretar a nossa realidade e inclusive dar um sentido ao 'inesperado'; categorias que servem para classificar as circunstâncias, os fenômenos e os indivíduos com os quais mantemos relação" (Jodelet, 1984: 174).

As RS são, portanto, esquemas mentais ou imagens que as pessoas utilizam para fazer sentido do mundo e para se comunicar, ou seja interagir com os outros.

Como destaca Moscovici (1961), as representações se estruturam a partir de dois elementos tão indissociáveis como a frente e o verso de

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

uma folha de papel: a face figurativa e a face simbólica. Por um lado, a cada imagem está associado um conjunto de significados e, por outro que, os significados tendem a se condensar em imagens que são transmitidas de indivíduo para indivíduo, de um grupo para outro, de uma cultura para outra, de um momento histórico para outro.

Essa estrutura, segundo Abric (1994), pode ser ainda descrita em termos de núcleo central - onde se encontram as características fundamentais da representação, ou seja, mais estáveis e resistentes à mudança ao longo da história - e os elementos periféricos, que evidenciam as (re)significações culturais que dão um sentido diverso às representações, sendo mais maleáveis à mudança. Segundo este autor, o núcleo central constitui:

"(...) o elemento fundamental da representação, pois é ele quem determina, ao mesmo tempo, sua significação e sua organização interna (...) composto de um ou de alguns elementos cuja ausência desestruturaria a representação ou lhe daria uma significação completamente diferente (...)". Entretanto, "(...) a centralidade de um elemento (o fato de um elemento estar no núcleo central da representação) não pode ser exclusivamente remetida a uma dimensão quantitativa. Não é por um elemento ser quantitativamente importante em uma representação (ou se prefere: saliente) que ele é central. O que importa é sua dimensão qualitativa, ou seja, o fato de que este elemento dá sentido ao conjunto da representação" (Abric, 1994: 73-74).

Os elementos periféricos expressam, por sua vez, a possibilidade de mudanças das RS, através daquilo que poder-se-ia denominar contra-representação. Em outras palavras, sob o solo de uma representação concentram-se elementos que se contrapõem à lógica interna dessa representação, os quais podem emergir transformando-se em núcleo central, e adotando, por consequência, um caráter mais estável e resistente. Nas expressões humanas, das conversas do cotidiano às produções midiáticas, essa dinâmica pode ser apreendida através das freqüentes contradições, que indicam a presença do velho e anunciam a possibilidade constante do novo.

No nível individual, o processo de apropriação das RS compreende a seleção de informações acerca de um dado objeto social e consequente descontextualização dos elementos retidos, configurando-se uma imagem ou núcleo figurativo, de modo que as idéias construídas são percebidas como algo concreto, objetivo, palpável.

Esse processo de concretizar significados em uma imagem, e vice versa, é denominado objetivação, que compreende uma naturalização do objeto e categorização, ordenação e classificação da realidade. Esse esque-

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

ma mental se reflete na apropriação das novas representações, através da ancoragem dos novos elementos apreendidos às representações já existentes, tornando familiar o não familiar. Como exemplifica Robert Farr (1994),

"Em um dos seus experimentos mais lembrados, Bartlett estudou o que se sucedeu quando estudantes de Cambridge reproduziram teatralmente uma história inspirada na cultura indígena americana ('a guerra dos fantasmas'). Características comuns eram alteradas ao se recordar a história. A história se convencionalizou nos termos da cultura na qual foi transmitida" (Farr, 1994: 47).

O estudo das RS é, desse modo, marcado pela dialética assimilação-contraste, inicialmente identificada por Bartlett, segundo Farr (1994), e posteriormente elaborada por Piaget em seus estudos sobre o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos. Em 1961, ano de publicação da obra inaugural de Moscovici, por exemplo,

"(...) o psicanalista era ainda uma figura recente no palco cultural da França. Alguns informantes de Moscovici compararam o analista à figura mais familiar do sacerdote; outros, à figura mais familiar do médico. As comparações implicam tanto semelhanças como diferenças. Alguém pode se confessar com um analista como se fosse um sacerdote, mas o contexto é secular, em vez de religioso. Muitos analistas possuem qualificações médicas. Alguém pode se consultar com um analista, como o faria com um médico, mas diferentemente do médico, a analista não prescreve remédios" (Farr, 1994: 47-48).

Em síntese, o campo da representação social compreende uma unidade hierarquizada dos elementos que denota a organização do conteúdo (predominância, oposição, assimetria, contraste etc. de um elemento sobre o outro) e o caráter vasto desse conteúdo, suas propriedades qualitativas e figurativas (Jodelet, 1984).

Além disso, não se pode compreender a representação social como sendo resultado único de processos sócio-econômicos, nem como uma experiência idiossincrática. Se por um lado, as normas e valores sociais são fundamentais na gênese dos sistemas de orientações do sujeito, por outro lado, eles se combinam com suas atitudes, motivações, construídas através das experiências pessoais, ao longo de cada história individual.

"É necessário entender, sempre, como o pensamento individual se enraíza no social (remetendo portanto, às condições de sua produção) e como um e outro se modificam mutuamente" (Spink, 1993a: 39).

Com base nesses pressupostos, ao longo dos últimos vinte anos, como destaca Silvia Lane (1994), tem-se observado um movimento de retestagem e sistematização teórica do conceito de representação social, inicialmente proposto por Serge Moscovici, através de sua reconhecida obra, *A representação social da psicanálise*, publicada em 1961. Por outro lado, percebe-se, paralelamente, no transcorrer dessas duas décadas, uma variedade de elaborações críticas dirigidas a esse conceito.

LIMITAÇÕES DO CONCEITO

As formulações críticas dirigi das ao conceito de representações sociais podem ser distribuídas em dois grupos de interlocutores:

- os que partem de uma visão epistemológica/metodológica hegemônica do "fazer científico" - que, baseados numa perspectiva positivista, acusam Moscovici de falta de clareza conceitual, criticam o descompromisso com o rigor metodológico e argumentam contra a impropriedade de dar a essa abordagem a denominação de teoria. Essa crítica tem sido formulada principalmente por representantes da Psicologia Social de tradição anglo-saxã;
- os que se pautam por uma epistemologia pós-moderna ou pelas novas vertentes da psico-sócio-lingüística - cuja crítica fundamental se refere ao emprego do termo "representação", que, implicitamente remete a um objetivismo, na medida em que pressupõe a possibilidade de existência do objeto, anterior às determinações e construções, daí o sentido de re-apresentação. Dentre esses críticos, possivelmente o mais contundente seja Tomás Ibáñez Gracia da Universidade Autônoma de Barcelona.

O fato de caracterizar sua abordagem como subversiva certamente deixa Moscovici mais à vontade nesse primeiro grupo de críticos. Todavia, torna-se particularmente difícil contornar os questionamentos quanto à impropriedade do uso do termo representação dentro de uma abordagem caracteristicamente construcionista³, em que o conhecimento é considerado um produto das construções sociais.

Sem que possamos estar aqui aprofundando essa reflexão sobre a dicotomia representacionismo-construcionismo, analisaremos a proposta de Moscovici, baseando-nos principalmente num texto por ele publicado em 1988.

Defendendo a passagem da representação para a representação social, Moscovici situa seu estudo exatamente na ambigüidade entre produ-

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
Psicologia & Sociedad; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

to-produções, individual-social, entre a expressão da subjetividade e o domínio do coletivo. Nesse sentido, Moscovici nos possibilita: 1) pensar o cognitivo como sendo socialmente construído, inaugurando uma Psicologia Social "mais social" em oposição à hegemonia individualista da Psicologia Social americana (Farr, 1994) e 2) valorizar os conteúdos do pensamento cotidiano, a partir de então, não mais descritos como um modo de deformação das produções científicas, mas como um conjunto de teorias que orientam a ação.

Entretanto, ao mesmo tempo em que revigora o conhecimento cotidiano como objeto legítimo das Ciências Sociais (particularmente da Psicologia Social), Moscovici contraditoriamente reforça a dicotomia entre ciência - conhecimento de primeira mão, e sensocomum - conhecimento de segunda mão. Segundo ele, a representação social é, em linhas gerais, uma produção cognitivo-social derivada de objetos cuja significação primeira, básica, seria fornecida pela ciência.

Assim, o conhecimento social deixa de ser uma deformação e passa a ser uma derivação do conhecimento científico, reforçando a dicotomia objetividade-subjetividade e favorecendo a "desumanização" da ciência, como se esta tivesse um corpo de conhecimentos, que independe de quem o produz e da cultura onde ele é engendrado. Isso resulta na caracterização da teoria das representações sociais como um construcionismo a médias ou semi-construcionismo, para utilizar uma expressão de Ibáñez (1994).

Além disso, Moscovici não apenas reconhece a tensão entre a realidade psíquica e as regras grupais, mas acaba privilegiando, embora nem sempre de modo muito explícito, o "social", no sentido de "compartilhado", "consensual".

Adotando como principais interlocutores Annamaria Silvana de Rosa (1994) e Jonathan Potter e Margareth Wetherell (1987), poderemos analisar mais detalhadamente, a seguir, as várias formulações críticas dirigidas à teoria das representações sociais por teóricos contemporâneos, posicionando-nos ao longo das argumentações.

Entre os críticos, há os que se filiam a concepções teóricometodológicas distintas da representação social (crítica externa), como também os que compartilham de uma postura epistemológica semelhante, adotam (ou não) o conceito, mas apontam elementos contraditórios no pensamento de Moscovici e propõem novos arranjos à estrutura da teoria ou mesmo seu abandono/substituição (crítica interna).

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

Arrolando críticas tanto internas como externas, distribuimos as discussões em três arenas de debate: primeiro, as críticas quanto ao status teórico da representação social; segundo, quanto à natureza do social a que remete; e terceiro, quanto ao significado de consenso no âmbito dessa teoria.

O status de teoria

Baseados em uma abordagem experimental, psicólogos sociais, particularmente de países anglo-saxões, têm argumentado quanto à impropriedade de dar às representações sociais o status de teoria. Todavia, como destaca De Rosa (1994), as críticas mais contundentes a este aspecto têm partido de teóricos que, de certo modo, se mostram mais abertos a empregar abordagens metodológicas não limitadas a procedimentos de laboratório (tais como Potter e Billig, 1992) e a possibilitar a integração de abordagens de diferentes disciplinas, por exemplo, com a Etogenia (Harré, 1984), com a Antropologia (Jahoda, 1988) e com a "retórica do discurso" (Potter e Wetherell, 1987).

Segundo De Rosa (1994), esses autores, assim como Moscovici, criticam a abordagem mecanicista e positivista, tradicional em Psicologia Social, e parecem aceitar o desafio de desenvolver uma proposta européia alternativa para o individualismo dominante na tradição norte-americana. Entretanto, todos propõem soluções teóricas e metodologias amplamente diferentes das formuladas por aquele autor.

Esses teóricos (incluindo Ibáñez) afirmam, basicamente, que os estudos sobre representação social possuem uma ambigüidade teórica e um descompromisso com o rigor metodológico, gerando uma abordagem vaga, muito ampla e pouco clara.

Moscovici (1988) responde a essas críticas, argumentando que seu interesse nunca foi determinar uma teoria completamente sólida e fechada, mas uma perspectiva que permita uma leitura dos mais variados fenômenos e objetos do mundo social. Com essa postura, Moscovici procura contrapor-se a certos cientistas sociais que, na busca de formulações teóricas, têm transferido para o campo das Ciências do Homem, paradigmas das Ciências Naturais, inviabilizando um desenvolvimento próprio do campo e desviando a própria natureza das discussões.

Uma das mais claras defesas em favor do status de teoria para as RS é formulada por Jodelet, em um artigo de 1984, no qual ela destaca que a teoria das representações sociais seria articulada em tomo de questões fundamentais, relativas a:

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

- um conceito agregador: representação social;
- processos sócio-cognitivos: os mecanismos de objetivação e ancoragem, através dos quais se explica a construção das representações;
- como se revelam na interação, ou seja, suas funções - familiarização com a novidade e manutenção de identidades sociais; e
- princípios dinâmicos que explicam a construção, reprodução e dança, isto é, a dinâmica da própria estrutura, caracterizada a partir de um núcleo central - mais resistente à mudança - e elementos periféricos - mais receptivos à novidade.

Entretanto, os autores que trabalham com o conceito de RS, segundo De Rosa (1994), reconhecem a necessidade de uma maior precisão na definição operacional dos termos e processos envolvidos. A crescente produção de pesquisas que adotam o conceito de representações sociais tem acumulado uma ampla variedade de dados empíricos, porém pouco contribuindo para, ou mesmo inviabilizando a sistematização teórica do campo.

De Rosa (1994) ressalta ainda que os autores que criticam o status teórico das representações sociais mantêm, de certo modo, aberto o diálogo com Moscovici e propõem que é o debate saudável que possibilita evoluções dos fundamentos teóricos e a coexistência de diferentes posições, devidamente argumentadas. Como aponta aquela autora, é interessante notar que essa tendência de manutenção do debate ressalta um dos elementos problemáticos da RS, enquanto teoria, a saber, a "omnicompreensão" que pretende a teoria é ecoada na "omnicompreensão" dos seus críticos, gerando um tipo de conhecimento onde tudo se compreende e nada se conhece.

Ao propor o conceito de RS, Moscovici (1961) buscou superar o conceito de representações coletivas de Durkheim, argumentando que este conceito impunha limites à compreensão de fenômenos fora da ótica ideológica, ótica, religiosa ou primitiva. Segundo ele, o conceito de RS, ao contrário, permite abarcar a plasticidade e mobilidade características da vida moderna, definindo, com isso, um espaço psicossociológico próprio para sua teoria, afastando-se decididamente da perspectiva "sociologicista" extrema da noção original.

A grosso modo, Moscovici propõe que as representações são construções sociais compartilhadas. Neste ponto, Rom Harré (1984) intervém com uma questão: por ser compartilhada, a representação é necessariamente social? O que define o caráter social do conceito? Ou mais precisamente, de que social estaria Moscovici falando?

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
 Psicologia & Sociedade; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

A natureza do social

Potter e Wetherell (1987) identificam na obra de Moscovici três sentidos para o termo "social":

a) origem social - representações são sociais porque se originam no curso das interações sociais; são, assim, produtos dos processos comunicacionais;

b) instrumento social - porque capacitam os indivíduos, através das interações, com um conjunto de códigos compartilhados; em linhas gerais, ao compartilhar representações com os outros, o indivíduo torna-se capaz de entender o que os outros estão falando, tomamos fluído o processo de comunicação;

c) crivo social - porque possibilitam, através dos códigos compartilhados, a distinção entre os grupos sociais; os limites dos grupos são, nesse sentido, marcados pelos limites das representações que seus integrantes compartilham. Segundo Potter e Wetherell (1987),

"As pessoas que compartilham as representações são, em um importante sentido, um grupo social: eles entenderão, avaliarão e, em última instância, atuarão numa mesma direção" (Potter e Wetherell, 1987:141).

Entretanto, no plano operacional, como apontam esses mesmos autores, as pesquisas têm demonstrado que, embora teoricamente coerente, essas noções de social têm gerado obstáculos metodológicos.

"Estudos empíricos tipicamente começam com um aparentemente bem definido e homogêneo grupo social e tentam explicar suas representações. O primeiro problema é que isso pressupõe a noção de que representações delimitam grupos (potter e Wetherell, 1987: 142).

Assim, em pesquisas empíricas, aquilo que define um grupo social a ser investigado seriam as representações por ele compartilhadas, ou seja, aquilo que só será apreendido no final do trabalho. Como se falar, portanto, de representações sociais dos operários, representações sociais dos pais, representações sociais dos professores?

Toma-se assim, nas palavras de Potter e Wetherell (1987), um ciclo vicioso 1) identificar representações sociais através de gru-

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

pos, pressupondo que é nesse espaço em que elas são construídas e, ao mesmo tempo, 2) considerar que as representações é que definem um grupo. Corremos o risco de cair num problema conceitual do tipo fins-meios, em que o objeto, que é o foco da análise, é também seu instrumento, como ilustrado na figura a seguir:



Figura 1: Ilustração da abordagem cíclica que marca a associação do conceito de representações sociais à noção de grupos sociais.

De Rosa (1994) também reconhece a intrínseca relação entre os conceitos de grupo e de representações sociais:

"Em uma pesquisa empírica, a possibilidade de identificar os grupos com base em critérios externos (isto é independente das RS que os indivíduos expressam) é completamente nula" (De Rosa, 1994: 285).

Assim, nos trabalhos de Moscovici, é circular e tautológico o critério utilizado para se identificar um grupo, resultando numa confusão conceitual, na medida em que o grupo é definido a partir daquilo mesmo que define as representações, a saber, sua natureza social.

No plano operacional, essa ambigüidade da natureza social das RS nos remete ao significado do consenso no interior da teoria. Observamos, por um lado, a falta de um critério claro que oriente a identificação dos grupos, independente das representações compartilhadas e, por outro, a dificuldade de estabelecer critérios para avaliar níveis de consenso.

O significado de consenso

Como destacam Potter e Wetherell (1987), alguns pesquisadores orientados pela teoria da RS, ao transporem suas considerações do plano teórico para o plano empírico, defrontam-se com uma diversidade de formas através das quais as pessoas constroem suas opiniões e atitudes.

Como uma forma de ressaltar a consensualidade que constitui a base dessa teoria, observamos uma simplificação metodológica paulatina,

abandonando a triangulação em favor de métodos voltados ao estudo das representações efetivamente como pluralidade distributiva, consensualidade, através de um retorno ao reino da quantificação (Spink, 1996). Alguns desses pesquisadores buscam, assim, através de cálculo de médias numéricas, sobrepor uma homogeneidade à variabilidade de respostas dos sujeitos.

"Di Giacomo, por exemplo, estudando representações de estudantes acerca de um movimento de protesto, através de técnica de associação de palavras, simplesmente apresenta os escores médios para essas associações da amostra. Esses escores parecem demonstrar que os estudantes compartilham uma indiferenciada representação(...)" (Potter e Wetherell, 1987: 144).

A ênfase no consenso acaba por criar obstáculos que nos impedem de visualizar aquilo mesmo que o conceito de representações sociais propõe: a diversidade social, caso contrário, estaríamos ainda falando em representações coletivas, na velha inspiração Durkheimiana. Como já nos alertava em 1993, Spink:

"(...) o estudo empírico das representações sociais revela, freqüentemente, a concomitância de conteúdos mais estáveis e de conteúdos mais sujeitos à mudança. As representações sociais, portanto, são tanto a expressão de permanências culturais como são o locus da multiplicidade, da diversidade e da contradição" (Spink, 1993b: 305).

A despeito disso, Moscovici advoga que a representação social é sempre uma produção grupal, não podendo assim ser reduzida às formulações individuais. Em linhas gerais, fazer parte de um grupo significa compartilhar com ele representações sociais que orientam atitudes, comportamentos e opiniões.

Contudo, alertam-nos Potter e Wetherell (1987), nenhum indivíduo está inserido em um único grupo social. Pertencemos a vários grupos e categorias sociais simultaneamente e, nesse sentido, possuímos representações compartilhadas com outros grupos de filiação.

Assim, ao se defrontar, em situações cotidianas, com a necessidade de tomada de decisão, o indivíduo atuará de formas variadas, dependendo da filiação grupal que for mais saliente naquela circunstância. Por exemplo, a grosso modo, há maior predisposição para um homem negro adotar uma posição de gênero em um seminário promovido por militantes feministas, do que em seu ambiente de trabalho; assim como, esse

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

mesmo homem negro provavelmente produzirá discursos e ações antiracista mais veementes ao presenciar a discriminação de uma mulher negra na entrada de um clube do que naquele seminário feminista.

Em outras palavras, a consciência compartilhada é, antes de tudo, uma abstração analítica. Para compreendermos o modo como são estruturadas as opiniões e atitudes sobre um dado fenômeno precisaríamos, portanto, entender sobretudo como essas representações competem entre si, inserindo-se em discursos particulares caracterizados por elementos diversos e, em certos casos, diametralmente contrastantes.

Todavia, a ênfase no caráter consensual das representações, seu pluralismo distributivo, para utilizar uma expressão de Harré (1984), resultou no mascaramento da polissemia dos fenômenos sociais, ou pelo menos, foi-lhe dada uma relevância secundária no bojo da teoria.

Com base nas explanações efetuadas acima, percebemos que à medida que buscamos pensar nossos dados à luz da teoria das representações sociais, deparamo-nos com impasses de natureza diversa, que nos impulsionam na busca de novos conceitos que venham a suprir essas lacunas.

No rol de leituras que temos realizado, particularmente ao longo dos últimos dois, no Núcleo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde da PUCSp, tem-nos chamado a atenção o conceito de repertórios interpretativos. Embora mais modestos em seus objetivos, alguns estudos que têm adotado esse conceito (Gilbert e Mulkay, 1984; Potter e Mulkay, 1985; Wetherell, 1986; Potter e Wetherell, 1987; Wetherell e Potter, 1988) testemunham a favor do seu uso como uma opção teórica de maior operacionalidade empírica.

Procuraremos nas seções que se seguem apresentar as vantagens que o conceito de repertórios interpretativos têm em relação à abordagem de Moscovici.

A OPÇÃO PELO CONCEITO DE REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS

Representações sociais e repertórios interpretativos são conceitos que têm, em sua base, um mesmo objetivo: entender como se organizam os fenômenos da ordem psicossocial, tais como atitudes, crenças, atribuições e comportamentos. Além disso, em sua origem, ambos foram utilizados para analisar os discursos científicos, todavia com perspectivas bastante distintas.

Se por um lado, a abordagem de Moscovici busca analisar o modo como as produções científicas são re-significadas pelo senso comum,

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

ou seja, pressupondo a existência de dois campos lingüisticamente distintos (ciência e senso comum). Por outro, no conceito de repertórios interpretativos, como destacam Potter e Wetherell (1987), os discursos, inclusive os científicos, são considerados dinâmicos e polissêmicos, analisados à luz do seu contexto sócio-histórico de produção.

Os repertórios interpretativos são, na definição de Potter e Wetherell (1987):

"(...) basicamente um léxico ou registro de termos e metáforas (...) sistemas de uso recorrente utilizados para caracterizar e avaliar ações, eventos e outros fenômenos. Um repertório (...) é constituído através de uma quantidade limitada de termos usados em construções estilísticas e gramaticais particulares" (Potter e Wetherell, 1987: 149).

Além da vantagem de ter sido desenvolvido na prática analítica, o conceito de repertórios interpretativos não cai nas mesmas armadilhas teórico-metodológicas e epistemológicas que evidenciamos ao longo deste artigo.

- Quanto ao conceito de social e de grupo - os repertórios não são construídos como entidades intrinsecamente conectadas a grupos sociais, desse modo, os pesquisadores não se colocam frente à dificuldade do exercício de identificação natural dos limites grupais.

Num trabalho desenvolvido por Gilbert e Mulkay (1984) e analisado por Potter e Wetherell (1987), por exemplo, foram comparados os discursos produzidos por cientistas em diferentes contextos: formal (publicações) e informal (entrevistas). Como destacam estes últimos, podemos identificar dentro do discurso cientista pelo menos dois tipos distintos de repertórios interpretativos, os empiricistas e os contingenciais, empregados respectivamente, nos contextos formais e informais⁴.

Ao invés de adotarmos o pressuposto improvável de que todas as pessoas - bioquímicos, cientistas sociais, advogados, publicitários etc. - são membros de um mesmo grupo social e, portanto, sujeitos a um único modelo de respostas às situações cotidianas, é mais coerente admitirmos que os repertórios estão disponíveis às pessoas e são empregados em diferentes situações, a partir das muitas diferentes filiações. Modelos de descrição podem não ser a forma mais clara de dividir a sociedade, servem, em certos casos, apenas para confirmar categorizações convencionais de grupo.

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

- Quanto ao conceito de consenso - uma segunda grande diferença em relação à teoria das representações sociais é que, dentro do conceito de repertórios interpretativos, do mesmo modo que os grupos não são identificados como caracterizados por um único tipo de discurso, os sujeitos também não o são. Não há, assim, na análise discursiva dos repertórios interpretativos, uma tentativa de (re)encontrar consenso no uso dos repertórios por parte de uma pessoa, pressupondo que ela usaria sempre um mesmo tipo de repertório.

"Repertórios interpretativos são usados para realizar diferentes tipos de descrição de atividades. Porque pessoas ao longo da vida se defrontam com um sempre mudando caleidoscópio de situações, eles precisarão redimensionar diferentes e variados repertórios para suprir as necessidades à mão" (Potter e Wetherell, 1987: 156).

Indubitavelmente, a coerência é importante na análise do discurso. É útil para identificar as ocasiões em que as pessoas utilizam um certo tipo de repertório, porém analistas não ousariam afirmar que em outras ocasiões essas pessoas vão produzir necessariamente os mesmos repertórios.

No cerne desse conceito, o que se destaca é menos o consenso e mais a variabilidade. O foco é menos sobre as regras e mais sobre o uso da linguagem.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como dito anteriormente, as pretensões do conceito de repertórios interpretativos são mais modestas. Não há a intenção, implícita ou explícita, de construir uma teoria dos repertórios interpretativos, tal como Moscovici o fez ao propor a teoria das representações sociais. Como destacam Potter e Wetherell (1987), os repertórios são um componente de uma abordagem mais ampla para o estudo do discurso, não podendo ser estudado isoladamente, sem considerar outros tipos de fenômenos discursivos ou outras análises adicionais que possam refinar a unidade analítica.

Nesse sentido, temos empreendido esforços com o intuito de construir um modelo teórico-metodológico que nos possibilite apreender a produção de sentido no cotidiano. Considerando a produção de sentido um fenômeno lingüístico, buscamos entender as práticas discursivas que

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações, conversas), identificando os repertórios utilizados nessas produções discursivas. Trata-se de referencial construcionista social (Ibáñez, 1994; Gergen, 1985; Rorty, 1985), que tem sua base nos trabalhos de pesquisadores sociais que trabalham de formas variadas com práticas discursivas (incluindo Moscovici, 1961; Potter e Mulkay, 1985; Jodelet, 1989; Parker, 1989; Davies e Harré, 1990; Shotter, 1993; Billig, 1991; Thompson, 1995, entre outros).

As vantagens que, em nossa perspectiva, justificam a opção teórica pelo conceito de repertórios interpretativos é que este rompe com a noção de consensualidade - que pressupõe uma uniformidade nos discursos e ações de indivíduos pertencentes a um dado grupo - e rompe também com a dicotomia ciência-senso comum, na medida em que ambos são considerados expressões lingüísticas humanas, não havendo limites "naturais" entre eles, nem uma escala que vai do objetivo (ciência) ao subjetivo (senso-comum).

O conceito de repertório não desconsidera, entretanto, a força e o poder performático que certos repertórios interpretativos têm em uma dada sociedade, como é o caso, por exemplo, dos repertórios científicos. Numa sociedade fundamentada em uma distribuição hierárquica, alguns repertórios vão possuir, por certo, uma força retórica maior que os outros. Isso, entretanto não significa dizer que outras formas não estejam aí presentes e que não possam vir a se tornar também hegemônicas ou mesmo questionar a cristalização de sentidos que a hegemonia busca obscurecer.

A "História das mentalidades" tem nos dado inúmeros exemplos de repertórios que foram, por séculos, motivos de discriminação, chacota, zombaria e até mesmo alvo de tortura, e que hoje representam a hegemonia. Como nos alertam Potter e Wetherell (1987), nosso próprio ponto de vista:

"(...) pode revelar-se terrivelmente grosseiro em vários anos, e pode bem ser substituído por uma compreensão hierárquica de limites para ampliar regularidades no conteúdo dos discursos. Nós não vamos dizer que um dia 'a verdade chegará', somente que, neste caso, 'o tempo pode dizer'"(Potter e Wetherell, 1987: 156).

Benedito Medrado é doutorando do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC/SP, onde desenvolve projeto de tese sobre "A centralidade do conceito de risco na construção social da adolescência". Integra o Núcleo de Pesquisas em Psicologia

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

Social e Saúde, coordenado pela Prof.a. Dra. Mary Jane P Spink.
É também colaborador do PAPAI – Programa
de Apoio ao Pai Jovem e Adolescente -, com sede em Recife,
junto à clínica psicológica e o Laboratório de Interação Social
Humana (LabInt) da UFPE. Fone/fax: (011) 3662 0839
E-mail: beneditomedrado@uol.com.br

ABSTRACT: (From representations to repertoires: a constructionist approach)
The aim of this article is to discuss some theoretical implications of the social representation concept by identifying some of its limitations. These considerations lead up to the concept of interpretative repertoires. First we briefly describe the social representation concept, its structure and dynamics, pointing out the main problems that have been attributed to this approach, including the epistemological, theoretical and methodological fields. Considerillg such findillgs, based on Porter and Wetherell (1987), the concept of interpretative repertoires is introduced as part of a broader approach, linguistically oriented, whose objective is to apprehend the discursive practices used to produce meanillg ill everyday situations.

KEY WORDS: social representatioll, interpretative repertoires, meaning production, discursive practices, social psychology, theory.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ABRIC, Jean C. - Corganisation interne des représentations sociales: systeme central et systeme périphérique. In: GUIMELLI, Ch. (dir) Structures et transformations des représentation sociales. Neuchâtel/Paris: Delachaux et Niestlé, 1994, p. 73-84.
- BERNOUSSI, Mohamed e FLORIN, Agnes - La notion de représentation: de la psychologie général à la psychologie sociale et la psychologie du développement. *Enfance*. N° 01, 1995, p 71-87.
- BILLIG, Michael - Thinking as arguing. Ideology and opinions: Studies in Theoretical psychology. London: Sage, 1991, p. 31-56.
- DAVIES, Bronwyn e HARRÉ, Rom - Positioning: the discursive production of selves. *Journal for the theory of social behaviour*. Vol. 20, n° 1, 1990, p. 43-63.
- DE ROSA Annamaria S. - From theory to metatheory in social representations: the lines af argument of a theoretical-metodological debate. *Social scienece information*. London, Thousand Oaks, CA, New Delhi: Sage. Vol. 33, n° 2, 1994, p. 273-304.
- FARR, Robert M. - Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho A. & JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.) *Textos em representação social*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 31-62.

MEDRADO, B. "Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 86-103; jan./jun. 1998

- GERGEN, Keneth - The social constructionist movement in modern Psychology. *American Psychologists*, 40 (3): 266-275, 1985.
- GILBERT, N. e MULKAY, M. - *Opening Pandoras' box: a sociological analysis of scientist's discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HARRÉ, Rom - Some reflections on concept of 'social representation'. *Social research*. Vol. 51, nº 4, 1984, p. 927-38.
- IBÁÑEZ, Thomás - *Construccionismo y Psicología*. *Revista Interamericana de Psicología*, 28 (1), 1994, p. 105-123.
- JAHODA, Gustav - Critical notes and reflections on 'social representations'. *European journal of social psychology*. Vol. 18, 1988, p. 195-209.
- JODELET, Denise - La representation social: fenômenos, concepto y teoria. In: Moscovici, Serge (org) - *Psicologia social*. Barcelona: Paidós, 1984, p. 469-494.
- JODELET, Denise - *Folies et representations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- LANE, Silvia T. M. Usos e abusos do conceito de representação social. In SPINK, Mary Jane (org.) *O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 58-72.
- MOSCOVICI, Serge - *La psychanalyse: son image et son publico 1961*. Edição consultada:
A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 4ª edição, 1978
- MOSCOVICI, Serge - Notes towards a description of social representations. *European journal of social psychology*. Vol. 18, 1988, p. 211-250.
- PARKER, Ian - *The crisis in modern social psychology and how to end it*. London: Routledge, 1989.
- POTTER, Jonathan e BILLIG, Michael - Re-representing representations. *Discussion of Råty and Snellman. Ongoing production on social representations*. Vol. 1, nº1, 1992, p. 15-20.
- POTTER, Jonathan e MULKAY, M - Scientists' interview talk: interviews as a technique for revealing participants' interpretative practices. In: BRENNER, M; BROWN, J. e CANTER, D. (orgs.) *The research interview: uses and approaches*. London: Academic Press, 1985, p.247-271.
- POTTER, Jonathan e WETHERELL, Margareth - *Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour*. London: Sage Publications, 1987.
- RORTY, Richard - *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton University Press. Edição brasileira: *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1985.
- SHOTTER, Joan - *Cultural Politics of Everyday Life*. Buckingham: Open University Press, 1993
- SPINK, Mary Jane P. - O contexto como pretexto. Texto apresentado no XXIV Encontro Interamericano de Psicologia, Santiago-Chile, 4 a 9 de julho, 1993'.
- SPINK, Mary Jane P. - O conceito de representações sociais na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9(3): 300-308, jul/set, 1993b.
- SPINK, Mary Jane P. - Representações sociais: questionando o estado da arte. *Psicologia & sociedade*. 8 (2): 166-86, 1996.
- THOMPSON, John B. - *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995
- WETHERELL, Margaret - Linguistic repertorios and literary criticism: new directions for a Social Psychology of gender's In: WILKINSON, S. (ed.). *Feminist Social Psychology*. Milton Keynes: Open University Press, 1986.
- WETHERELL, Margaret e POTTER, Jonathan - Rethoric and ideology. In: ANTUKI, Charles. *Analysing everyday explanation*. London: Sage, 1988, p. 168-183.

NOTAS

¹ A versão original deste texto se encontra em minha dissertação de mestrado, intitulada "O masculino na mídia: repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva nacional", desenvolvida no Programa de Psicologia Social da PUCSP, sob a orientação da Profa. Dra. Mary Jane Paris Spink. O título foi adaptado do capítulo "From representations to repertoires" que compõe o livro "Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour", escrito por Jonathan Potter e Margareth Wetherell, publicado pela Sage, London, 1987. Meus agradecimentos especiais a Vera Menegon, pela produção do abstract, e a Jorge Lyra pela atenciosa e crítica revisão do texto.

² Vale ressaltar que a formação das representações sociais compreende um processo dinâmico e caracteristicamente cíclico, tornando-se inclusive inviável precisar quando se dá o primeiro movimento.

³ A exemplo do texto de Ibáñez, utilizamos neste texto o termo construcionismo para não confundir-se com o construtivismo, concepção associada à escola piagetiana, por um lado e, por outro, aos trabalhos da escola de Palo Alto.

⁴ Segundo Potter e Wetherell (1987), esses repertórios têm sido encontrados em discursos de outros cientistas. Citando o trabalho de Yearley (1985), aqueles autores argumentam que processos interpretativos análogos são usados em profissões ligadas ao direito.

CIDADANIA NO CONTEXTO DA ESCOLARIZAÇÃO FORMAL: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

Adriano Henrique Nuernberg
Andréa Vieira Zanella

RESUMO: A ampliação do âmbito de significação do conceito de cidadania para além de sua acepção jurídica e cotidiana permite identificar novas possibilidades de intervir no contexto social. Ser cidadão implica fundamentalmente uma postura de vida e um posicionamento frente ao outro e à realidade. Envolvendo um emaranhado de questões sociológicas e filosóficas que aqui serão resgatadas, ainda que brevemente, pretendemos chamar a atenção, neste texto, para a dimensão psicológica da cidadania. A educação formal será o foco de reflexão da temática, entendida enquanto um contexto significativo em nossa sociedade na medida em que ali pode se configurar o processo de constituição de sujeitos críticos, ativos e participativos, ou seja, cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania, educação formal, poder.

A CIDADANIA

Começamos por discutir, brevemente, a temática da cidadania, de forma a compreender quais as dimensões fundamentais que perpassam essa questão.

É bastante conhecido o fato de que o termo cidadania foi resgatado pelos ideais liberais da Revolução Francesa no final do século XVIII. A idéia que subjaz na concepção liberal de cidadania é a do direito à igualdade política e à participação, o que remete a sua origem na Grécia antiga. As cidades-Estado gregas supunham a participação dos cidadãos: sujeitos que, vivendo em comunidade, possuíam deveres em relação a esta, o que em troca assegurava-lhes determinados direitos (Cavalcanti, 1989). De qualquer modo, a concepção de cidadania está relacionada,

NUERNBERG, A. H., ZANELLA, A. V. "Cidadania no contexto da escolarização formal: contribuições ao debate" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 104-112; jan./jun.1998

desde a sua gênese, com o direito a inserção dos indivíduos nas instâncias decisivas de sua sociedade. Cumpre esclarecer, porém, que nem todos eram considerados cidadãos na Grécia antiga: essa categoria era restrita aos homens adultos, proprietários, excluindo-se mulheres, crianças e estrangeiros.

Santos (1996), caracterizando a sociedade liberal, destaca que esta se define por uma tensão entre a subjetividade individual dos agentes na sociedade civil e a subjetividade monumental do Estado¹. Tal contradição encontra, como mecanismo regulador, o princípio da cidadania. Nesse sentido, a cidadania, ao mesmo tempo que age limitando os poderes do Estado, também universaliza e equaliza as dimensões singulares dos sujeitos, facilitando o controle social das suas atividades e, conseqüentemente, a regulação social. Ou seja, a cidadania se apresenta enquanto uma espécie de mediadora da relação dos sujeitos com o Estado, possibilitando a reivindicação de direitos sociais, os quais encontram, contraditoriamente, uma forma definida a priori para sua expressão (idem, p. 240).

A cidadania, conforme o autor, na medida em que supõe a igualdade de direitos e deveres a todos os cidadãos, permite alguns caminhos para a atuação dos indivíduos na sociedade. Todavia, em oposição a esta possibilidade, abstrai as diferenças sociais e históricas dos sujeitos, sobretudo as diferenças de propriedade. Apresenta-se pois, nessa relação dos sujeitos com o Estado, uma forma de igualdade e de acesso à cidadania que não leva em consideração determinadas particularidades, as quais colidem com essa suposta forma democrática de relação.

A concepção de cidadania defendida por Santos, como se observa nos parágrafos anteriores, está em estreita relação com a noção jurídica do termo, a qual pode restringir a cidadania à questão dos direitos e deveres sociais. Pretende-se aqui, através de outros autores, ampliar o âmbito de significação deste termo para outras dimensões da atuação dos sujeitos no mundo, que não tenham uma relação imediata com os mecanismos burocráticos do Estado.

Chauí (1994), ao identificar as faces da cultura popular, caracteriza o Brasil enquanto uma sociedade autoritária na medida em que não superou ainda os velhos princípios do liberalismo e republicanismo. Para ela, as relações políticas aqui entabuladas ainda se pautam em formas repressivas de lidar com organizações sociais, sustentando-se em fortes laços hierárquicos. A cidadania, nesse contexto, apresenta-se melhor enquanto privilégio do que propriamente enquanto direito e dever social. As diferenças e assimetrias sociais desde a família até o Estado são,

NUERNBERG, A. H., ZANELLA, A. V. "Cidadania no contexto da escolarização formal: contribuições ao debate" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 104-112; jan./jun.1998

assim, justificativas para o exercício de formas de poder através das estruturas hierárquicas e dos mecanismos de mando e obediência. O sistema das leis, em conformação com essas estruturas de poder, constitui-se como instrumento para garantir a conservação dos privilégios de classe, sendo inócuas na retórica democrática que se presentifica em seu texto.

Trata-se de uma sociedade marcada pelo patrimonialismo proveniente da época da colonização (Holanda, 1995). Herança do regime aristocrático, onde o Rei se confunde com o Estado, no patrimonialismo o público é tomado como privado e as relações de poder são mascaradas pelo vínculo pessoa-pessoa, onde o patrão não é visto simplesmente como detentor do poder político e econômico, mas como aquele a quem se deve favores. Presente na monarquia, reeditada na República através da figura dos coronéis e seus filhos, a versão atual do patrimonialismo se expressa nos partidos políticos, marcados pelo clientelismo. A esfera pública, portanto, não se constitui enquanto tal, sendo a luta de classes identificada somente nos momentos de confronto direto e considerada caso de polícia.

Em resumo: a sociedade brasileira é um poço de contradições sociais cuja emergência e manifestação não são toleradas pelas classes dominantes, as quais se vêem no constante esforço de ocultar as desigualdades sociais. Segundo Chauí, o horror das classes dominantes a essas contradições expressa-se através da forma como as elabora, ou seja, buscando caminhos como o resgate da família, a caça dos agentes subversores. Contudo, a autora localiza frentes de resistência a esse autoritarismo, cujas lutas para a conquista e exercício da cidadania se revelam em três níveis simultâneos e distintos: direito a representação política, as liberdades civis, e a participação política em movimentos sociais.

A autora entende que tais níveis representam uma ampliação da cidadania do plano institucional ao da sociedade como um todo. Ou seja:

“Por um lado, no registro político, a luta não é pela tomada do poder identificado como o poder do Estado, mas é luta pelo direito de se organizar politicamente e de participar das decisões, rompendo a verticalidade hierárquica do poder autoritário. Por outro lado, no registro social, observa-se que as lutas não se concentram apenas na defesa de certos direitos ou na sua conservação, mas são lutas para conquistar o próprio direito à cidadania e constituir-se como sujeito social, o que é particularmente visível nos movimentos populares e dos trabalhadores.” (p.62 - grifo nosso).

NUERNBERG, A. H., ZANELLA, A. V. “Cidadania no contexto da escolarização formal: contribuições ao debate” *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 104-112; jan./jun.1998

CIDADANIA E EDUCAÇÃO

Em sua interface com a Educação, duas questões relacionadas à cidadania se destacam, das quais pretendemos aprofundar a segunda: 1) como possibilitar aos brasileiros condições para que se constituam efetivamente como cidadãos e possam exercer plenamente essa cidadania? 2) qual o papel da educação nesse processo?

Podemos dizer, conforme Cavalcanti (1986), que o acesso a uma escolarização básica garantiria, em princípio, a tão aspirada cidadania. No entanto, cabe questionar se o acesso a escolarização básica e a permanência das crianças nas escolas efetivamente cumprem esse papel.

Freire (1994), tratando da questão da alfabetização, destaca que aprender a ler e a escrever não bastam para usufruir da plena cidadania. Nesse sentido, enquanto um dos fins da educação, a cidadania se constitui num problema de ordem filosófica, pois toda prática educativa supõe uma filosofia política, mesmo que os educadores não estejam conscientes dela. Esta consciência implicaria na busca dos significados do trabalho pedagógico, na possibilidade de transformar a escola em espaço de produção coletiva do conhecimento, de emancipação humana. Presentifica-se aqui um outro fator, além do acesso a escolarização, no que se refere a formação dos cidadãos: os objetivos do trabalho pedagógico.

Um dos aspectos da prática educativa relacionado a esse fator e que levaria à promoção da cidadania consiste em possibilitar a apropriação, pelos alunos, dos conhecimentos sistematizados, linha de raciocínio defendida por Saviani (1986).

Concordando com Saviani, destaca-se que os sujeitos efetivamente necessitam instrumentalizar-se com conteúdos sistemáticos para constituírem-se como cidadãos. Cabe, no entanto, perguntar: a apropriação deste conhecimento garante, por si só, a promoção da cidadania?

Pino (1992), entendendo o conhecimento como constitutivo da condição humana, também afirma a importância da apropriação deste para a cidadania. No entanto, chama a atenção para o tipo de conhecimento de que se fala: em nossa sociedade, o conhecimento está subordinado às necessidades do trabalho e, por vezes, restringe-se a um "saber-fazer" que reforça a divisão de classes através do estabelecimento de condições desiguais para a constituição dos cidadãos. Para esse autor,

"Esse fato tem uma dupla implicação: a divisão do campo do conhecimento em função dos interesses da produção e a relativização da universalidade do direito

NUERNBERG, A. H., ZANELLA, A. V. "Cidadania no contexto da escolarização formal: contribuições ao debate" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 104-112; jan./jun.1998

à apropriação do conhecimento, fundamento político da escola pública, subordinando-o à condição social de classe. Logo, ou a apropriação do conhecimento, saber-fazer, não tem nada a ver com a cidadania, tornando sem sentido o caráter público da escola, ou o direito à cidadania implica diferentes classes de cidadão, justificando o direito desigual à apropriação do conhecimento." (Pino, 1992, p. 20)

Barcellos et alli (1992), analisando a questão da cidadania sob uma perspectiva sociológica, trazem outros elementos importantes para a discussão aqui proposta. Para esses autores, refletir sobre cidadania e educação implica na contraposição ao modelo pedagógico que nega os padrões de participação e organização, que reproduz as posturas de conformismo e apatia e promove obstáculos ao acesso do cidadão a sua plena maturidade política e a sua liberdade. Nesse sentido, a educação tem como função educar o cidadão para que seja sujeito de sua vida, da vida de seus pares e de todos. Como proposta, os autores sugerem a inclusão de atividades cujo foco sejam questões sociais emergentes no mundo atual, de forma a promover a reflexão sobre a realidade. Deste modo, temáticas como os movimentos sociais, a fome, a violência, deveriam ter um espaço privilegiado junto aos debates dos conteúdos programáticos clássicos. Todavia, chamam a atenção para a organização do espaço pedagógico, considerado um elemento fundamental nessa busca: este deve privilegiar a participação através de práticas que superem os velhos mecanismos autoritários e domesticadores de relação com os educandos.

Balestreri (1992), seguindo a mesma perspectiva, também apresenta indicativos para se compreender o que é educar para a cidadania na educação escolar. Tais indicativos passam basicamente pela questão dos direitos e deveres, pelo respeito às diferenças, fé no próprio potencial de transformação, sentimento de fraternidade e ímpeto à luta pacífica contra o sistema que nega a cidadania. Entendendo que é necessário por em prática o discurso de participação comum entre os educadores, o autor destaca a metodologia do fazer pedagógico como a chave desta questão, a qual deve possuir coerência com o conteúdo ministrado. Para ele, a cidadania precisa ser vivenciada no contexto de sala de aula, o que implica a superação das relações professor/alunos baseadas na dicotomia submissão/dominação. O autor relaciona essa possibilidade, no entanto, apenas com a vivência do exercício de direitos e deveres institucionalizados.

NUERNBERG, A. H., ZANELLA, A. V. "Cidadania no contexto da escolarização formal: contribuições ao debate" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 104-112; jan./jun.1998

CIDADANIA, EDUCAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Os estudos aqui citados apontam uma série de aspectos importantes para a reflexão sobre a relação da cidadania com a educação e, portanto, são aqui considerados como fundamentais para a promoção da cidadania no contexto da escolarização formal. Contribuindo com essa discussão pretendemos, aqui, apresentar um outro aspecto, igualmente importante: chamamos a atenção para a sala de aula enquanto espaço possível de constituição dos sujeitos, no que tange a sua dimensão de cidadão.

Constituição do sujeito é aqui entendido como o processo pelo qual, via relações sociais, as pessoas desenvolvem suas características singulares. Intercruzam-se nessa questão temas como a relação pensamento e linguagem, a interação desenvolvimento e aprendizagem, entre outras. Para compreender como se dá esse processo apresentamos alguns dos pressupostos da psicologia histórico-cultural, de que Vygotski é um destacado representante.

Para esse autor, o sujeito se constitui nas e pelas relações sociais, através da apropriação das significações presentes/produzidas nesse contexto. Com a "lei da dupla formação", Vygotski destaca que não há nada no sujeito que não tenha existido entre as pessoas, no contexto social. O indivíduo, nessa perspectiva, nasce dispondo apenas de uma base material que se transforma pela mediação do outro e com especial papel da linguagem, constituindo as formas superiores de conduta. A apropriação da significação - enquanto função do signo - permite que se desenvolvam as funções psicológicas superiores, tais como a memória deliberada e a atenção voluntária, bem como os afetos e a vontade, permitindo ao ser humano que atue na realidade de maneira consciente.

A aprendizagem, nessa visão, adquire especial relevância, na medida em que possui uma estreita relação com o desenvolvimento, sendo ambos mutuamente constitutivos. A aprendizagem adequadamente organizada promove desenvolvimento pois aspectos dos processos de ensinar e aprender, como a apropriação dos conceitos sistematizados, ampliam as possibilidades humanas na medida em que permitem o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Face a isso, o contexto da escolarização formal é um locus onde a constituição dos sujeitos se processa, posto que os alunos podem aprimorar e refinar suas capacidades psicológicas. Além disso, como já dito, é um contexto onde são diversas as possibilidades de posicionamento nas relações sociais e de experimentação de formas de ser no mundo das trocas sociais, as quais são, caso se afirmem enquanto condições significativas, apropriadas pelos

NUERNBERG, A. H., ZANELLA, A. V. "Cidadania no contexto da escolarização formal: contribuições ao debate" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 104-112; jan./jun.1998

alunos. Nesse sentido, não só o conhecimento é constitutivo dos sujeitos, mas também a própria configuração das relações sociais, ou seja,

"(...) os modos sociais de interação, incluindo a função comunicativa da fala e a coordenação das relações sociais, são internalizados pelo indivíduo que passa a usar esses mesmos modos para organizar e atuar sobre a sua própria atividade." (Smolka, 1993, p.37).

Considerando tais pressupostos, seria tentador afirmar simplesmente que a promoção da cidadania passaria, portanto, pelo estabelecimento de relações onde os alunos participassem efetivamente das atividades de ensinar e aprender, constituindo-se como sujeitos deste processo. Experenciando essa possibilidade, os alunos poderiam apropriar-se da cidadania enquanto uma prática social e histórica, formando-se enquanto cidadãos. Mas essa é apenas uma possibilidade, na medida em que o processo de constituição dos sujeitos não depende somente da configuração das relações sociais; ou seja, não se pode afirmar, linearmente, que determinadas relações sociais e as significações em trânsito nesse contexto são necessariamente constitutivas dos sujeitos em questão. Estabelecer tal relação seria negar a própria dimensão ativa dos homens, os quais se apropriam das condições das relações sociais a partir de sua história. Desse modo, como nem tudo é visto pelo sujeito como significativo para ele, não basta vivenciar a cidadania em sala de aula para se formar cidadãos: para que isto ocorra os sujeitos precisam significar essas atividades e relações e apropriar-se delas.

O que se quer destacar aqui é que, ao mesmo tempo em que há indicativos de que a promoção da cidadania em sala de aula passa pelo estabelecimento de relações democráticas nesse contexto, não há como afirmar categoricamente que os alunos, a partir destas condições, constituam-se como sujeitos críticos, criativos, participativos, que se apropriam ativamente da realidade e atuam consciente e deliberadamente sobre esta (Zanella e Nuernberg, 1997). Essa é uma contradição fundamental nesse processo, a qual não pode ser negada.

A constituição do sujeito cidadão, enquanto uma prática social e histórica, também se submete, portanto, à "lei da dupla formação" a que nos referimos. Nesse sentido, é fundamental que as relações entabuladas em sala de aula permitam a participação ativa do aluno no processo de ensinar e aprender, mediada pelo estabelecimento de relações sociais democráticas e pela experiência das diversas formas de posicionamento nas trocas sociais, posto serem essas condições relevantes para se pro-

NUERNBERG, A. H., ZANELLA, A. V. "Cidadania no contexto da escolarização formal: contribuições ao debate" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 104-112; jan./jun.1998

mover a cidadania no contexto da escolarização formal. Soma-se a essas o fato de em sala de aula não se veicularem somente conhecimentos, mas também valores, preferências, qualificações e desqualificações, o que complexifica em muito a compreensão do que, nesse contexto, é efetivamente constituidor dos sujeitos ali presentes.

Em suma, educar para a cidadania, conforme o exposto, abrange desde a escolha dos conteúdos e a maneira como trabalhá-los, a forma como se estabelece a coordenação do espaço pedagógico e as significações socialmente produzidas e particularmente apropriadas. Essas questões, por sua vez, relacionam-se com o compromisso dos educadores e dos educandos com a produção e legitimação da cidadania, fundamentais no processo de consolidação de uma sociedade efetivamente democrática.

Adriano Henrique Nuernberg é mestrando em Psicologia pela UFSC e Andréa Vieira Zanella é professora do mestrado em Psicologia da mesma universidade e Doutora em Psicologia da Educação pela PUC de São Paulo.

ABSTRACT: A way to identify new possibilities of intervention in the social context can be to broaden the meaning of the concept of citizenship. Being a citizen implies basically a way of living and taking a stand towards the other and reality. Involving a puzzle of sociological and philosophical matters that are going to be ransomed here, although briefly, we intend to call attention, in this text, to the psychological dimension of citizenship. The formal education will be the focus of the theme, understood as a significant context in our society so that, it can outline the process of constitution of critical, active and participant subjects, that is, citizens.

KEY WORDS: citizenship, power, formal education.

NOTA

¹Contraopondo-se as concepções de Estado enquanto resultante de um contrato social (Hobbes, Locke, Rosseau), estabelecido racionalmente pelos homens, este é aqui entendido em uma perspectiva histórica, em sua função de garantir a defesa da propriedade privada e a manutenção dos interesses das classes dominantes, dos grupos que se apropriam do poder.

NUERNBERG, A. H., ZANELLA, A. V. "Cidadania no contexto da escolarização formal: contribuições ao debate" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 104-112; jan./jun.1998

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALESTRERI, Ricardo B. "O que é 'Educar para Cidadania' In: BARCELOS, Carlos A. & FERREIRA, Diamarante. (org) Educando para Cidadania: os direitos humanos no currículo escolar. SEBAI/CAPEC, Pallotti, 1992.
- BARCELOS, Carlos A. "Fundamentos Sociológicos da Educação para Cidadania". In: BARCELOS, Carlos A. & FERREIRA, Diamarante. (org) Educando para Cidadania: os direitos humanos no currículo escolar. SEBAI/CAPEC, Pallotti, 1992.
- CAVALCANTI, Rosa M. N. T. Conceito de Cidadania: Sua Evolução na Educação Brasileira a partir da República. Rio de Janeiro: SENAI/DN, Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense. (1994)
- FERREIRA, Nilda T. Cidadania: Uma Questão para Educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FREIRE, Paulo. "Alfabetização e Cidadania" In: GADOTTI, Moacir & TORRES, Carlos A. Educação Popular. São Paulo, Cortez, 1994.
- GADOTTI, Moacir. "Escola Pública Popular". In: GADOTTI, Moacir & TORRES, Carlos A. Educação Popular. São Paulo, Cortez, 1994.
- HOLANDA, Sérgio B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SMOLKA, Ana L. B. "A Dinâmica Discursiva no Ato de Escrever: Relações Oralidade/ Escrita." In: Smolka, Ana L. B. & GOES, Maria. C. R. (org.) Linguagem e o Outro no Espaço Escolar: Vygotski e a Construção do Conhecimento. 2ª ed. Campinas: Papiros, 1993.
- PATTO, Maria Helena S. P. Psicologia e Ideologia: Introdução Crítica a Psicologia Escolar. T.A. Queiroz Editor: São Paulo, 1984.
- PINO, Angel S. "Escola e Cidadania: A Apropriação do Conhecimento e Exercício da Cidadania". In: Coletânea CBE. Sociedade Civil e Educação. São Paulo: Papiros, 1992.
- SANTOS, Boaventura. Pela Mão de Alice. São Paulo, Cortez, 1996.
- SAVIANI, Demerval. "Educação, Cidadania e Transição Democrática" In: COVRE, Maria de Lourdes M. (Org). A Cidadania que não temos. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VYGOTSKI, L. S. Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- ZANELLA, Andréa Y. & NUERNBERG, Adriano H. "Relações Sociais: Investigando Aspectos das Práticas Pedagógicas Promotores de Cidadania". In: ZANELLA, Andréa V.; SIQUEIRA, M^aJ.; LHULLIER, Louise A.; MOLON, Susana I. Psicologia e Práticas Sociais. Porto Alegre, ABRAPSOSUL, 1997.

NUERNBERG, A. H., ZANELLA, A. V. "Cidadania no contexto da escolarização formal: contribuições ao debate" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 104-112; jan./jun.1998

"ENCONTRO DIVINO": ESTUDO QUALITATIVO SOBRE A EXPERIÊNCIA MÍSTICA DE MONJAS ENCLAUSURADAS

Ario Borges Nunes Jr.

RESUMO: O estudo visa investigar as concepções de monjas enclausuradas sobre a experiência mística. Em pesquisa realizada em um mosteiro feminino de clausura, solicitou-se aos membros que, por escrito, definissem experiência mística e relatassem as mais significativas, vivenciadas por eles. Predominantemente, a experiência mística mais significativa diz respeito à decisão de tornar-se freira. Em um momento como esse, dá-se o "encontro" entre o sujeito e Deus, marcando uma mudança de vida. O que parece caracterizar a experiência mística é o caráter radicalizador que imprime na vida do sujeito, isto é, a partir de sua ocorrência toda vida passa a ser ressignificada pelo imaginário religioso.

PALAVRAS-CHAVE: religião católica, experiência mística, imaginário religioso.

INTRODUÇÃO

A experiência mística tem ocupado o pensamento e orientado a observação dos psicólogos da religião. A recorrência de alguns aspectos relacionados ao fenômeno e as divergências entre outros levam os estudiosos a questionarem se há um conjunto definido de características desse tipo de experiência ou se há mais do que um tipo de experiência religiosa, cada qual possuindo características únicas.

William James (1902) apresenta quatro elementos característicos do fenômeno místico: a inefabilidade, ou seja, a dificuldade de expressar em palavras aquilo que é vivenciado, a qualidade noética, que diz respeito a uma ampliação da capacidade de cognição, a transitoriedade ou brevidade da experiência e o caráter de passividade, onde o sujeito se sente como que conduzido e orientado por uma força superior.

NUNES Jr., A B. "Encontro divino": estudo qualitativo sobre a experiência mística de monjas enclausuradas. *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 163-171; jan./jun.1998

Godó¹, baseado em um estudo de Clark, enumera cinco principais características das experiências místicas: intensidade (grau de consciência acima do grau de consciência normal), certeza (sensação de que as coisas são como deveriam ser), clareza (experiências descritas como possuidoras de um sentido de 'simplicidade' e 'obviedade'), inefabilidade, aparecimento súbito e mudança de personalidade (conversões, vocações messiânicas). Ainda, apoiado na pesquisa de Clark, o autor apresenta elementos decorrentes de uma "expansão" generalizada - da cognição, da percepção, das emoções e da volição,

David Hay² enumera algumas modalidades de experiências que ele classifica como místicas. São elas, em ordem decrescente de frequência: consciência de um poder que guia e controla, consciência da presença de Deus, consciência de uma presença real, oração atendida, experiência de unidade com o cosmo, visões e saídas do corpo, consciência do poder do mal e conversão

Margolis e Elifson³, a partir da análise de conteúdo dos relatos de quarenta e cinco sujeitos, listaram vinte temas, agrupados em quatro fatores - experiência transcendental, experiência de vertigem, experiência de mudança de vida e experiência visionária. Concluíram que, apesar das experiências apresentarem elementos comuns, não se pode considerar o fenômeno apenas como um conjunto de características que se repetem. Existem alguns fatores em jogo, tais como a história de vida, o ambiente sócio-cultural, as estruturas emocional, cognitiva e perceptiva do sujeito que conferem à experiência religiosa uma estrutura multidimensional.

É pela linha da análise psicológica do processo perceptivo que Jan Van der Lans⁴ propõe estudar a experiência mística. Segundo o autor, fenômenos místicos caracterizam-se por uma percepção alterada do mundo e dos objetos: novas dimensões e novas qualidades são percebidas nas coisas do dia-a-dia.

Há uma alteração nos processos de codificação, de transformação, de elaboração e de armazenamento do input sensorial. Tais processos são conduzidos pelos esquemas de memória do sujeito, portanto, frutos de sua história de vida e de fatores sócio-culturais. Ocorrendo alguma alteração nesses processos, os esquemas de memória usuais são substituídos por esquemas de memória específicos. Assim, "uma pessoa que tem uma experiência religiosa deve, de algum modo, em sua história de vida, ter obtido esquemas de memória específicos que lhe possibilitem experienciar a realidade de maneira religiosa" e, no momento em que vivencia a experiência, o processamento da informação sensorial é feito pela estrutura de referência religiosa, que se ativa naquele momento.

NUNES Jr., A B. "Encontro divino": estudo qualitativo sobre a experiência mística de monjas enclausuradas. *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 163-171; jan./jun.1998

Caberia ressaltar, ainda, que o mais importante não se trata de tentar encontrar apenas semelhanças entre os relatos, na busca de uma unificação, mas, ao contrário, só é possível considerar satisfatoriamente a questão da experiência mística a partir da estrutura subjetiva que caracteriza cada protagonista, levando-se em conta os múltiplos fatores, mencionados por algum desses autores, aos quais o sujeito teve de se acomodar para garantir sua existência enquanto tal.

METODOLOGIA

Sujeitos

Sete monjas enclausuradas residentes em um mosteiro, na cidade de São Paulo. Este mosteiro tem aproximadamente setenta anos e pertence à Ordem da Visitação de Santa Maria, fundada em Annecy (França), em 1610, por Francisco de Sales, bispo da cidade, e por Joana de Chantal, baronesa e viúva.

O regimento do mosteiro é garantido pelas "constituições", textos escritos pelos fundadores que dão as diretrizes de comportamentos, de relacionamentos, enfim, padronizam as atitudes e os costumes. As constituições têm por base a regra escrita por Santo Agostinho, no século IV.

As monjas só se ausentam do convento mediante a exigência de uma necessidade e outras pessoas não podem lá entrar. O acesso aos meios de comunicação é restrito. As monjas vivem imersas em um imaginário de caráter quase que exclusivamente religioso, que foi se consolidando ao longo de toda história da Igreja.

Material

Elaborou-se um questionário com duas perguntas: o que o sujeito entende por experiência mística e a descrição da(s) experiência(s) mística(s) mais significativa(s).

Procedimento

Previamente à entrega dos questionários, foram feitas algumas entrevistas com as monjas dirigentes do mosteiro a fim de se levantarem aspectos e costumes do estilo de vida monacal.

NUNES Jr., A B. "Encontro divino": estudo qualitativo sobre a experiência mística de monjas enclausuradas. *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 163-171; jan./jun.1998

Dos vinte membros do mosteiro, sete responderam. Os questionários foram analisados com base nos temas e nos conteúdos das respostas.

RESULTADOS

São apresentadas, a seguir, as concepções de experiência mística dos sete sujeitos, separadamente. Para um sujeito, trata-se de "um encontro existencial com Deus, como Pessoa", isto é, "o sentimento de sua presença", que "unifica toda vida e lhe dá sentido"; para outro, é "toda experiência íntima de Deus que influencia os critérios de pensar e agir da pessoa"; para um terceiro, trata-se de "um encontro, pessoa a pessoa, com o Transcendente, que provoca a transformação da vida em conformidade com a essência Daquela que a pessoa experenciou no encontro"; para o mais novo dos sujeitos, concerne à "verdadeira proximidade com o Esposo Celeste"; para o quinto e o sexto sujeito, a experiência mística trata-se, também, de um encontro: "o encontro mais profundo com Deus, que muda a vida da pessoa" e "um encontro marcante com Deus"; finalmente, para o último dos sujeitos, é "todo relacionamento, ao nível de fé, que fascina e provoca a sintonia com o sobrenatural, o transcendente".

Assim, é marcante, nas concepções de experiência mística desses sujeitos, o aspecto de encontro, ou seja, um defrontar-se com o divino. Os encontros são íntimos, profundos, e provocam uma transformação na vida, sendo essa transformação o critério de autenticidade da experiência.

Relativamente às descrições de experiências místicas, o primeiro dos sujeitos, respeitando a seqüência acima, escreve sobre duas: uma delas diz respeito ao momento no qual foram, instantaneamente, dissipadas todas as suas incertezas a respeito de sua "vocação" religiosa, ou seja, sobre a decisão de tornar-se freira ("Era Deus quem me dava a resposta tão desejada!"), a outra ocorreu durante um "retiro espiritual", no domingo de Páscoa de 1993 ("Levantei os olhos ao céu e pus-me a contemplá-lo e no mesmo instante senti - parecia vê-la - o Pai que, olhando-me, falou comigo: Meu Filho está aí com vocês, Ele voltou"). Para o segundo sujeito, foi marcante deparar-se, ainda criança, com uma figura de Cristo crucificado: "Ele estava tão dilacerado que me impressionou e me fez pena. Desejava consolá-lo, aliviá-lo". O terceiro sujeito descreve um sonho, também na infância, no qual Jesus lhe faz um gesto com a mão: "entendi perfeitamente que me chamava para junto de si". O quarto sujeito refere que, durante a "crisma", sentiu o impulso de entrega a

Deus: "na unção do óleo na frente, senti o impulso de Cristo em minha vida". Para o quinto sujeito, foi a vivência num grupo católico que propiciou a experiência mística: "as partilhas sobre a Palavra de Deus foram me dando novo sentido para a vida e mudaram completamente meus interesses e buscas". Para o sexto sujeito, a leitura de um livro religioso provocou efeitos intensos: "não tinha nem sequer terminado o livro e eu era outra; deu-se um Pentecoste: rasgou-se o véu de ignorância que envolvia minha mente; senti um plano de amor na minha vida". Esse mesmo sujeito refere-se à outra experiência, por ocasião da sua "profissão solene", isto é, sua promessa definitiva de ser freira. Escreve, sobre isso:

"Senti uma suavidade imensa invadir-me, e eu só conseguia repetir a mim mesma: agora sou toda de Jesus, para sempre, para sempre. Essa suavidade durou uns quinze dias". Finalmente, para o último sujeito, o que o marcou, em termos de experiência mística, diz respeito ao "convite de deixar tudo e seguir a Deus".

O aspecto de transformação da vida é bastante enfatizado e está presente em quase todas as descrições. Os sujeitos enfatizaram os relatos ligados à decisão de tomar-se freira. A experiência diz respeito a um esclarecimento em relação a essa decisão, ou mesmo à confirmação de um chamado ("vocação").

No que diz respeito aos sentimentos que acompanham tais vivências, são mencionados estados de grande felicidade e paz, sensação de "suavidade" e de esclarecimento.

DISCUSSÃO

Em relação às quatro características da experiência mística apontadas por William James⁵, a mais freqüente é a "qualidade noética": a experiência mística é acompanhada de uma "iluminação mental", que toma mais compreensível aquilo que até então parecia obscuro, isto é, elementos que já estavam presentes de forma confusa, parecem, agora, convergir no sentido de responder ao "chamado" de Deus.

A dificuldade de expressar em palavras o que foi vivenciado ("inefabilidade") é, às vezes, diretamente evocada ("é difícil explicar"), outras vezes é expressa indiretamente, por meio de palavras vagas, tais como "impressão", "parecia-me vê-lo". Tal dificuldade é justificada apelando-se ao caráter subjetivo da experiência: "é extremamente difícil descrever experiência mística por ser única, profunda e de caráter pessoal que Deus concede a alguns".

NUNES Jr., A. B. "Encontro divino": estudo qualitativo sobre a experiência mística de monjas enclausuradas. *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 163-171; jan./jun.1998

A brevidade ou transitoriedade da experiência não é explicitamente mencionada. Há descrições que fazem pensar em algo súbito, momentâneo, porém há outras que se prolongam por "quinze dias".

O critério de passividade parece, também, não ficar tão evidente. Apesar da vivência mística ser "um dom concedido por Deus", a pessoa deve apresentar algumas características para que o "encontro" aconteça ("quando o amor encontra uma alma fiel, humilde, obediente e mortificada, apodera-se dela de um modo todo particular e a faz chegar a alto grau de perfeição") e mais ainda, após o encontro deve ocorrer uma transformação na vida. O aspecto da "conversão", apontado por vários autores, é muito freqüente na escrita das monjas. Em todos os relatos encontram-se elementos relativos à decisão de um comprometimento mais radical com a religião.

Jan Van Der Lans aponta para a alteração de percepção nos fenômenos místicos: as coisas corriqueiras são percebidas com qualidades e dimensões novas. Este é um ponto para o qual os relatos das monjas, também, apontam: uma madrugada de domingo assemelha-se à madrugada do domingo em que Cristo ressuscitou. As mínimas coisas do dia-a-dia são encaradas como favores ou provações divinas: "minha saúde proporcionou-me muitas ocasiões de oferecer a Deus minhas provas de amor, mas Ele sempre me ajudou e N. Senhora também (...) esse amor com que nos envolve, esse carinho que faz o Senhor prevenir nossos mínimos desejos, esse cuidado que tem para com cada uma de suas pequeníssimas esposas !!".

As relações das monjas com o divino são descritas como relações "pessoa a pessoa": "pai e filha", "esposo e esposa", e se propagam nos relacionamentos interpessoais, do dia-a-dia: "os êxtases, arrebatamentos, visões etc. podem acontecer, mas o mais importante é o relacionamento interpessoal no cotidiano, que vai preenchendo a vida e sustentando a caminhada".

É evidente na mística cristã, o caráter de consistência com o qual a idéia de divino é capturada. Daí, decorrem duas consequências. A primeira é relativa ao aspecto da separação: "segundo as místicas teístas (cristã e judaica, principalmente), a alma se une a um Deus pessoal e, se bem que esta união seja profunda, permanece a separação entre os dois"⁶. O "transcendente" personificado, objetivado, pressupõe, por exemplo, limites materiais. Assim, os "encontros" (ou mesmo as "visões", tão freqüentes na literatura mística) substituem a "fusão". A segunda diz respeito à carnalidade que constitui o "Deus-pessoa". 1. Lacan observa, sobre o cristianismo: "essa doutri-

NUNES Jr., A B. "Encontro divino": estudo qualitativo sobre a experiência mística de monjas enclausuradas. *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 163-171; jan./jun.1998

na não fala senão da encarnação de Deus num corpo, e supõe mesmo que a paixão sofrida por essa pessoa tenha constituído o gozo de uma outra"⁷. Cria-se, então, uma relação com Deus dotada de quase todos os atributos envolvidos na interação com o outro, "pessoa-apessoa". "A relação afetiva pessoal com Jesus, incluindo aí a perspectiva das núpcias espirituais, torna-se a base da vivência íntima para muitos devotos"⁸. O tema dos "esponsais místicos" ocupou a pena de muitas visionárias, restando desses "pactos de amor", inclusive, uma inscrição concreta, no corpo da escolhida: o sinal da aliança. A mística dominicana Catarina de Ricci "vê incrustado no índice da sua mão esquerda um círculo vermelho que se torna uma espécie de anel, sinal do seu casamento místico com o Cristo realizado na manhã de Páscoa de 1542"⁹. Esse tema é ilustrado pela resposta de um dos sujeitos, que, assim, se expressa: "uma alma pura é, para assim dizer, um lírio de amor. É uma flor rica de néctar, que atrai a Jesus com o seu perfume; e Jesus, como Abelha mística, pousa nessa flor para fazer a sua colheita de amor".

Confrontando-se, ainda, os resultados com as descrições encontradas na hagiografia relativa às monjas visionárias (espalhadas por toda história eclesiástica, especialmente na época barroca), impregnadas de arroubos, visões, "estigmatizações", encontrou-se uma referência apontando diretamente para tais estados: "parecia-me ver o Pai, que olhando-me, falou comigo (...)". Assim, ainda que os elementos clássicos da hagiografia também se façam presentes, a tônica das respostas recai sobre o efeito operativo que a experiência mística produz na vida do sujeito.

O fenômeno místico apresenta características que podem ser observadas, descritas e agrupadas e que já ocuparam páginas nos escritos sobre psicologia da religião porém, persiste a convicção de que tais agrupamentos pouco esclarecem em relação à complexidade de tudo aquilo que está envolvido no fenômeno .

A perspectiva religiosa que esses sujeitos adotaram exige um exame profundo dos fatores envolvidos, que se misturam às suas próprias histórias. A questão coloca-se em termos de certeza; nada ofusca a convicção da prerrogativa: "Deus me escolheu", que se faz presente nos escritos de todos os sujeitos.

Ário Borges Nunes Jr. é professor das Faculdades Integradas
Senador Fláquer, depto. de Psicologia; é psicanalista
clínico e doutorando em psicologia na USP.

NUNES Jr., A B. "Encontro divino": estudo qualitativo sobre a experiência mística de monjas enclausuradas. *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 163-171; jan./jun.1998

ABSTRACT: The present study aims to investigate cloistered nuns concepts of mystical experience. A research has been conducted in a monastery in which the members were asked to write the answer to two questions: personal definition of mystical experience and description of their most significant mystical experiences. In almost all cases, the most significant mystical experience relates to the decision to be nun. In an occasion like this, an encounter happens between the subject and God. What makes this encounter remarkable is the life change that it brings about. What seems to characterize the mystical experience as giving rise to a radical turn in the subject's life, that is, from the moment this experience happens, the whole subject's life begins to receive a new significance from the religious imaginary.

KEY WORDS: catholic religion, mystical experience, religion's imaginary.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ GODO, C. A Tecnologia do Misticismo in *Religião e Psicologia*, ano 1, número 1, III / 1985.
- ² HAY, D. Religious Experience Amongst a Group of Post-Graduate Students: A Qualitative Study in *Journal for the Scientific Study of Religion*, 1979, 18(2): 164 - 182.
- ³ MARGOLIS, R. D. e Elifson, K. W. A Typology of Religious Experience in *Journal for the Scientific Study of Religion*, 1979, 18(1): 61 - 67.
- ⁴ VAN DER LANS, J. Religious Experience: An Argument for a Multidisciplinary Approach in *The Annual Review of the Social Sciences of Religion*, Mouton Publishers, volume 1, 1977.
- ⁵ VER CLARK, J. H. Plotting the Mystical Path :A Re-examination of William James's Four Criteria (Second Symposium of European Psychologists of Religion - Catholic University, Nijmegen, The Netherlands / 23 -26 August, 1982.
- ⁶ BENKO, A. *Psicologia da Religião*, SP, Loyola, 1981, p.76.
- ⁷ LACAN, J. O Seminário - livro 20: "Mais, ainda", RJ, Jorge Zahar, 1985.
- ⁸ MAITRE, J. "Entre mulheres. Notas sobre uma corrente do misticismo católico" III *Religião e Sociedade*, RJ, Campus, outubro/1984.
- ⁹ BEDOUELLE, G. À Imagem de São Domingos SP, Musa, 1997, p. 113.

A PSICANÁLISE FRENTE À QUESTÃO DA IDENTIDADE ¹

Miriam Debieux Rosa

RESUMO: O texto aponta algumas das concepções implicadas no conceito de Identidade, que marcam a diferença dos campos da Psicologia Social e Psicanálise. Busca articular os dois campos, explicitando a que pode remeter o conceito de Identidade em Freud e Lacan, referindo-se ao narcisismo, à presença do Outro no si mesmo e à necessidade do sujeito de assegurar sua pertinência no grupo humano. A idéia é discutida focalizando a constituição do sujeito e do laço social em torno dos conceitos ego ideal e ideal do ego.

PALAVRAS-CHAVE: identidade, identificação, narcisismo, ideal de ego, ego ideal.

O conceito de identidade não deixa o psicanalista indiferente. Quase que por uma questão de princípio ele vai logo declarando que o conceito de Identidade está fora do campo da Psicanálise. Realmente, é um termo emblemático da Psicologia Social e, nesta medida, o psicanalista identifica e ressalta a diferença dos campos, com métodos, objetos, línguas diferentes, quanto à concepção do que é fundamental se levar em conta quando se pensa sobre o homem e suas determinações.

A Psicanálise se afirma como centrada no resgate da dimensão subjetiva, à revelia do grupo, dimensão que diz respeito à ênfase no particular, ao interesse pela diferença, pelo não-grupo. A Psicanálise de influência lacaniana constata que a realidade psíquica é diferente da realidade das relações sociais, pois, como diz Leclaire², ao assimilar o patrimônio humano, objetivado no mundo social, a subjetividade vai dar-lhe nova forma.

A entrada do homem para a ordem da cultura dá-se através da perda do mito de pertencer a um conjunto que lhe deve o reconhecimento e a

ROSA, M. D. "A psicanálise frente à questão da identidade"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 120-127; jan./jun.1998

realização. Entrar para a cultura supõe acatar, fazer suas as regras de funcionamento da conjuntura. Mas não só; a sua condição de sujeito dividido supõe que carregue a exclusão, a insatisfação, e dá-lhe o direito de transcender ao lugar em que é colocado e apontar' na direção de seu desejo. Assim, centramos uma escuta não à consciência de sua realidade concreta ou no já-dito sobre o sujeito, até por ele mesmo. Centramos a escuta, sem dúvida a partir da dimensão imaginária, utilizando-se da estratégia da associação livre, para deixar vir a cadeia de significantes que regula o sujeito e opera desde sobre o narcisismo até sobre o querer e sobre o agir. Afirmamos a dimensão inconsciente como instrumento decisivo inclusive para a ação. Este tipo de investigação e escuta realiza-se por excelência na, por vezes tão mal falada, clínica psicanalítica.

Falando assim clarificamos dois campos opostos, aliviados com a preservação da identidade de cada um e prontos para uma boa briga sobre quem aliena ou é o alienado.

Mas não estamos aqui à toa. Estou aqui porque, apesar de Freud não ter utilizado o conceito identidade, ele enfrentou as questões trazidas pelo conceito sob outra ótica e com outros conceitos como identificação, ego e outros. E mais, certamente problematizou a articulação que o termo identidade trás implícito, entre indivíduo-sociedade, articulação esta problemática, complexa e polêmica e sobre a qual o Núcleo Psicanálise e Sociedade do Pós Graduação em Psicologia Social da PUC-SP tem se debruçado.

Devemos refletir sobre o que levou Freud a escrever os textos ditos sociais ou porque Lacan apoiou-se na lingüística, procurou a antropologia e redefiniu o inconsciente como o discurso do Outro. Estou aqui porque entendo que, quanto à Freud, embora afeito ao gosto pela especulação filosófica, esta não bastaria para compreender seu interesse. Certamente, a proximidade da guerra produziu questões instigantes para a construção teórica em andamento e foi estímulo para a produção de Freud destes textos. E ele o fez porque não teve outro jeito. Explico: assim como Freud, a contragosto, viu desmontada a teoria da sedução pela constatação de que, para o inconsciente, fato e fantasia intensamente carregada tem o mesmo efeito, da mesma forma, teve de renderse a que, se pretendia construir uma teoria sobre o homem e sua constituição, teria de conectar os processos individuais ao funcionamento dos grupos e às regulações sociais. Desta forma, a obra de Freud traz . contribuições fundamentais sobre a natureza e as modalidades do vínculo social.

Entendo que os textos ditos sociais de Freud são textos produzidos a partir da compreensão do sujeito, sujeito este indissociável da cultura, e estão integralmente no campo da Psicanálise. Isto significa que pensar o homem na sua interface com os fenômenos sociais e os efeitos mútuos faz parte da reflexão do psicanalista. Reflexão esta realizada por meio da utilização de um referencial teórico conceitual que coloca em questão a própria validade do conceito de identidade, tal como aparece formulado em diversas correntes teóricas da Psicologia Social. Aliás, se bem entendo as formulações do Prof. Ciampa⁴, ele também tem construído como contribuição, o questionamento a certa concepção de uma identidade cristalizada, estática. O que fica evidente é que há pontos em que os campos se tocam. Talvez as contribuições desta via de pensamento e suas articulações possam trazer luz ao conhecimento desta interface.

Embora não referida como tal, pode-se entender como identidade o fenômeno observado pela psicanálise em que o homem insiste na ilusão de ser único, ilusão necessária para sustentar o narcisismo. A identidade aparece também como construção imaginária de uma representação social que mascara a presença do Outro no si mesmo e avaliza sua pertinência no mundo humano. Desta forma, a identidade surge como sintoma, defesa contra angústia de não poder saber sobre si, a não ser a partir da imagem, tomada em si mesma, como metáfora congelada em um único sentido, sem, no entanto, perder sua propriedade de ser mensagem.

Assim, a psicanálise tem presente em suas questões a compreensão do que representa, para o sujeito, a identidade. Destacaremos dois momentos da constituição subjetiva para discutir a articulação com a identidade. O momento da construção do imaginário e do ego ideal, através do estágio do espelho. Apesar de instituir o narcisismo e este, como afirma Lacan⁵, "ser anterior à determinação social", vamos demonstrar como o narcisismo está impregnado pelo desejo do Outro. Abordaremos também a instituição do ideal do ego, outro momento da construção subjetiva articulado à pertinência ao mundo da cultura.

A constituição subjetiva refere-se ao Édipo Estrutural, que descreve a passagem da relação dual à relação mediatizada pelo registro simbólico; a passagem do eu da existência para o eu do sentido⁶.

O estágio do espelho é a teorização do que está em jogo no reconhecimento e júbilo da criança diante do espelho. Trata-se de um momento estruturante da constituição da realidade, que mostra a função da imagem. Indica a conquista da imagem do corpo, promovendo a estruturação do eu pela superação, através da imagem totalizadora, do corpo esface-

ROSA, M. D. "A psicanálise frente à questão da identidade"
Psicologia & Sociedade; 10 (1): 120-127; jan./jun.1998

lado. Produz-se uma transformação no sujeito quando assume uma imagem. Manifesta-se a matriz simbólica em que o eu se precipita, antes de objetivar-se na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua no universal sua função de sujeito? Esta forma, chamada eu ideal situa a instância do ego na ficção irredutível da concepção do individual.

Gostaria de citar Lacan para conhecerem os termos de que se utiliza aqui e que interessam a nossa discussão nesta mesa. Diz ele que este desenvolvimento é vivido como uma dialética temporal que projeta decisivamente em história a formação do indivíduo: o estádio do espelho precipita o sujeito da insuficiência à antecipação; e que o sujeito, preso da ilusão da identificação espacial, passa a tramar as fantasias que se sucederão não mais de uma imagem fragmentada do corpo mas em uma forma total que chama ortopédica: é "a armadura por fim assumida de uma identidade alienante, que vai marcar com sua estrutura rígida todo seu desenvolvimento mental".⁸

A forma do corpo total é mais constituinte do que constituída. Constitui um ego marcado, não pela percepção-consciência mas por sua função de desconhecimento e alienação. Reconhecendo-se em uma imagem e tomando a imagem como a si mesmo, funda-se uma estrutura baseada no desconhecimento crônico sobre si, sobre o corpo despedaçado que habita. O "isso" que se manifesta e atormenta, é um incomodo que ameaça a unidade, a integração, a adaptação.

Retomamos então o dito anteriormente, que o narcisismo está impregnado pelo desejo do Outro. Isto porque esta imagem individualizada é produzida pelo Outro⁹, ou seja, o sujeito reconhece a si mesmo a partir do olhar do Outro, que antecipa nele a imagem total, um homem. O sujeito é mais a sua imagem do que ele mesmo. Fica inserido no campo do desejo - desejo do Outro, pela via de instituir-se como objeto. Como eu ideal serve ao Outro para ser o que lhe falta, para encarnar os atributos de perfeição que lhe faltam. Toma-se o objeto ideal para completar o Outro - funda-se o narcisismo, a paixão pela imagem. Algo que encanta Narciso, que ama o que é para o outro. "Narciso sofre por não se amar: ele só ama a sua representação"¹⁰.

Neste sentido, há de se refletir sobre o que significa a afirmação do paciente psiquiátrico que apresenta-se dizendo: "Sou 295.3" (referência a código psiquiátrico que indica o diagnóstico de esquizofrenia). Ele, como cada homem, no afã de ver sua aflições equacionadas apreende-se como objeto, alienado no eu. Ganha uma identidade e uma convicção: se ele é, mesmo que seja um número, evita perder-se de si mesmo. O

homem dispõe da imagem mas esta não é suficiente para superar sua dificuldade de provar a própria existência. E não basta provar qualquer existência mas aquela que se julga sua própria. Evidencia-se o pavor de não ser aquele que se julga. O destino do qual não se escapa é o da condenação ao engano sobre si mesmo, é o de que o Eu seja um desconhecido. A idéia "eu sou eu" é vaga suposição. A estratégia, continua Rosset, é a busca da confirmação nos documentos: só a instituição dá corpo e existência às substâncias; o homem só pode ver-se como entidade institucional. A alma é de papel, afirma maldosamente.

Falamos até aqui do apego à identidade imaginária. Vamos ao ideal do ego, em um salto, já que não podemos traçar aqui todas as operações em que de objeto surge o sujeito do desejo.

Nada como um pequeno trecho do poeta, para rapidez, precisão e clareza sobre a parte do texto que falta. Diz Drummond: "Eis que se delinea espantosa batalha entre o mundo inventado e o mundo inventor. Sou ficção rebelada contra a mente universal e tento construir-me de novo a cada instante, a cada cólica, na faina de traçar um início só meu..." no poema "A suposta existência"¹¹.

O Édipo estrutural descreve o processo de simbolização que marca a passagem do ser o falo onipotente, pleno, o que completa encarnando o ideal materno, para o ter um desejo limitado pela Lei e enunciável na demanda, o possível ao sujeito marcado pela divisão e pela falta. Indica que o Outro não é absoluto e, por isto, aceita a Lei.

A Lei é a palavra que opera a proibição do incesto, a interdição do gozo e barra a onipotência. Sobre a falta de gozo, funda e autoriza o desejo. Segundo Lacan¹², a Lei primordial é aquela que, ao reger as alianças, sobrepõe o reino da cultura ao reino da natureza, instaura o primado da linguagem e do simbólico. A Lei é o conjunto de regras que funda a sociedade e indica o interdito e os lugares fálicos. Inscreve na sexualidade a incompletude. O sujeito, retirado da posição do que nada sabe sobre o desejo, é implicado em seu desejo.

A instituição da metáfora paterna é a operação que substitui o desejo da mãe e seu produto pelo nome-do-pai. O nome-do-pai é o significante que inscreve na subjetividade do filho a função do pai simbólico, ou seja, uma posição de reconhecimento à Lei que o introduz na cultura. O ideal de ego é uma constelação de insígnias que assinalam lugares e funções passíveis de serem ocupados. É emblema que marca aqueles que participam dos atributos de uma classe de personagens¹³. A identificação que produz o ideal do ego opera-se não com a pessoa do pai mas, como explica Lacan¹⁴, com certos elementos significantes

dos quais ele é suporte, digamos, as insígnias do pai. O sujeito se apresentará pois, sob a máscara, sob as insígnias da masculinidade."

Desta forma, como afirma O. Souza¹⁵, a demarcação simbólica do ideal de ego não será predicativa - indica um traço, com valor de significante, que não descreve mas designa, demarca uma posição na relação com os outros. O significante, diferente da representação, não fornece uma unificação sintética, uma identidade, pois não pode significar a si mesmo. É a partir da identificação com o traço unário que o sujeito passa a interrogar todos os outros significantes da cadeia em sua busca de reencontro do objeto. "O ideal do ego demarca não o sujeito mas o lugar de onde o sujeito surge enquanto movimento de representação"¹⁶.

O ideal do ego, embora fundado narcisicamente e pelo desejo do Outro, traduz-se pela possibilidade de produzir e buscar objetos fálicos e lugares que tomam a forma de ideais que orientam os laços com o Outro, os laços sociais, regidos pela ética de não deixar-se ser agido pelo outro, mas sim sustentado pelo desejo e pelas identificações.

A diversidade das identificações, assim como a base narcísica e de desejo sobre as quais sustenta-se o ideal, fazem do homem um ser regido ora pela antecipação estruturante, ora pela significação retroativa que o recoloca em posição de saber. O seu movimento, próprio da condição desejante, toma sua apreensão de si e do mundo marcada pelo desconhecimento e reconhecimento e, portanto, tornando sucessiva e concomitantemente, alienação e verdade, identidade e subjetividade, presentes em sua condição de ser. Subjetividade que sempre 'escapa e identidade periclitante, pois seus conteúdos podem ser sempre reduzidos a um significante não predicativo. Desta forma, a identidade referida ao ideal de ego pode ser sempre relançada a um outro patamar.

Outro aspecto a salientar é o que acrescenta Souza¹⁷. Diz ele que, no caso de nos determos no aspecto coletivo, o termo identidade passa a significar mais do que uma ilusão egóica. Passa a significar o traço identificatório constitutivo e presente de um ideal de ego coletivo. Esta formulação precisa ser trabalhada pois não é evidente o fator de socialização e de coletivização do ideal do ego. Pode-se pensar que as identificações com o traço unário, caso comuns, podem vir a funcionar como fatores de coletivização. Mas a pura introjeção do traço unário não comporta falar da união dos ideais de ego. Esta união só pode ser vista através do movimento em que um mesmo objeto é colocado no lugar dos ideais do ego. Esta é um dos tipos de identificação descritas por Freud¹⁸, em Psicologia das Massas, quando trabalha a formação da massa, de

grupos, do enamoramento e da hipnose. Entre os vários tipos de identificação, pode-se pensar em um que possa coletivizar os sujeitos sem uniformizar seus ideais do ego particulares.

Finalmente esclarecemos que não há unanimidade quanto a possibilidade desta articulação na Psicanálise mas certamente eu pertencço a um dos grupos dispostos a pensá-la. Concordamos integralmente com Mezan, ampliando o âmbito de uma afirmação sua sobre interpretação. Diz ele: "ela (a interpretação) não é psicanalítica porque emprega o vocabulário e os conceitos freudianos, afim de ilustrar, pela enésima vez, a verdade e a fecundidade das teses já conhecidas, mas porque reproduz a maneira de pensar inventada por Freud. E esta maneira de pensar se define pela percepção dos efeitos do inconsciente, tanto no objeto a analisar, quanto na atividade do analista, o que faz da interpretação, não apenas reconstrução de sentido, mas sobretudo construção dele"¹⁹.

Miriam Debieux Rosa é Prof. dra da Faculdade de Psicologia da PUC-SP e da USP

ABSTRACT: The paper points out some conceptions involved in the concept of identity that sets up a difference between social psychology and psychoanalysis. This paper searches for an articulation of both fields, expressing clearly that narcissism, the other's presence in the self and the subject's need to assure its belonging to humanity send up to the concept of identity in Freud and Lacan. This idea is discussed having in mind the constitution of the subject and the social link around the concepts of ideal ego and ego's ideal.

KEY WORDS: identity, identification, narcissism, ideal ego, ego's ideal.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Trabalho apresentado no 9º Encontro Nacional de Psicologia Social promovido pela ABRAPSO, em Belo Horizonte, 1997, na mesa redonda intitulada Perspectivas Teóricas do Estudo da Identidade.

² LECLAIRE, A. O sujeito o corpo e a letra. Lisboa, Arcadia, 1977.

³ ENRIQUEZ, E. Da horda ao Estado- Psicanálise do vínculo social, Zahar, R. Jan., 1996.

⁴ O Prof. Dr Antonio da Costa Ciampa coordenou a mesa redonda em que o trabalho foi apresentado.

- ⁵ LACAN, J. El estadio del espejo como formador de la función del yo. Escritos 1, Siglo Veintiuno, México, 1971.
- ⁶ LEMAIRE, A. Jacques Lacan: uma introdução. Campus, R. Jan., 1977.
- ⁷ LACAN, J. El estadio del espejo como formador de la función del yo. Escritos 1, Siglo Veintiuno, México, 1971.
- ⁸ LACAN, J. El estadio del espejo como formador de la función del yo. Escritos 1, Siglo Veintiuno, México, 1971, pg.15.
- ⁹ Lacan conceitua duas concepções de relação: com o outro e/ou o Outro. O outro em Lacan está ligado à imagem. Refere-se à relação dual e especular com o semelhante, com o qual se confunde e identifica. O Outro diz respeito a uma representação geral da alteridade, é o lugar do saber sobre o sujeito, lugar onde a sua demanda pode ser significada. O sujeito se constitui a partir do Outro. Quem inscreve a criança no referente simbólico torna-se Outro privilegiado, capaz de significar a demanda do sujeito, pela referência simbólica ao código.
- ¹⁰ ROSSET, C.O real e seu duplo, LPM, P.Alegre, 1976.
- ¹¹ DRUMMONT, C. A suposta Existência
- ¹² LACAN, J. las formaciones del inconsciente, Nueva Visión, B Aires, 1970.
- ¹³ BLEICHMAR, H. Introducción al estudio de las perversiones, N. Vision, B. Aires, 1982.
- ¹⁴ LACAN, J. las formaciones del inconsciente, Nueva Visión, B Aires, 1970.
- ¹⁵ SOUZA, O Fantasia de Brasil, Escuta, SP, 1994.
- ¹⁶ SOUZA, O Fantasia de Brasil, Escuta, SP, 1994, pg XI.
- ¹⁷ SOUZA, O Fantasia de Brasil, Escuta, SP, 1994, pg XI.
- ¹⁸ FREUD, S. Psicología das massas, Delta S/A, Vol. VIII, R. Jan, 1954.
- ¹⁹ MEZAN, R. A vingança da esfinge, Brasiliense, S. Paulo, 1988.

CONDIÇÕES DE EFICÁCIA DAS PRÁTICAS DE CURA DA UMBANDA: A REPRESENTAÇÃO DOS PRATICANTES NO RIO DE JANEIRO

Celso Pereira de Sá
Roberto Araujo Bello
Denise Jodelet

RESUMO: O presente trabalho aborda a questão da eficácia das práticas de cura das religiões afro-brasileiras segundo a perspectiva psicossocial das representações sociais. Investigou-se especificamente o conhecimento que sustenta as práticas da umbanda no Rio de Janeiro. Sessões de focus groups com praticantes de vários níveis permitiram descrever uma representação multifacetada dessas práticas, na qual a eficácia dos diferentes procedimentos e entidades depende de uma grande diversidade de condições e situações. Para uma identificação dos elementos centrais dessa representação, submeteu-se aqueles que pareciam mais pregnantes à técnica de mise en cause. Apenas a "troca de energias" e o "fortalecimento de energias positivas/enfraquecimento de energias negativas"- ou seja, uma metáfora energética -- tiveram confirmada sua centralidade na representação da cura pela umbanda. Valores como fé e merecimento, divindades específicas e práticas rituais mostraram ocupar uma posição periférica, condicional, na explicação da cura eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: umbanda, religiões afro-brasileiras, representações sociais, eficácia, cura.

INTRODUÇÃO

O surgimento, a evolução e o funcionamento atual das religiões afro-brasileiras configuram um importante fenômeno psicossocial no âmbito das manifestações coletivas, que tem atraído a atenção de inúmeros pesquisadores nas Ciências Sociais, dentre os quais se destaca o sociólogo francês Roger Bastide (1961, 1971) pela influência exercida sobre a maioria dos estudos posteriores. Pode-se citar ainda como relevantes para a compreensão do fenômeno e seus múltiplos desdobramentos as

SÁ, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

abordagens de cunho antropológico desenvolvidas por Camargo (1961), Figge (1983), Montero (1985), Ortiz (1991), Brumara e Martinez (1991) e Maggie (1992), entre outros.

É tão significativa essa produção acadêmica que um autor, Roberto Motta (apud Augras, 1994), chega a afirmar que um sincretismo responsável pela constituição das religiões afro-brasileiras tão importante quanto aquele comumente ressaltado - ou seja, com o catolicismo dos antigos senhores de escravos - é o que se verifica entre essas religiões e as ciências sociais.

Por outro lado, com a notável exceção dos trabalhos desenvolvidos segundo a ótica de uma "psicologia da cultura" por Monique Augras (1983, 1995), uma perspectiva psicossociológica parece pouco presente no estudo desse fenômeno. De fato, os psicólogos sociais, à diferença de seus colegas das demais Ciências Sociais, são pouco dados à pesquisa de objetos "exóticos" localizados, preferindo concentrar-se sobre questões supostamente mais universais e modernas. Como apontam diversos críticos (por exemplo, Farr, 1996), essa preocupação fez com que a Psicologia Social deixasse, por muito tempo, de desenvolver instrumentos teórico-conceituais e metodológicos adequados ao estudo da Psicologia Coletiva, como se caracteriza a participação popular contemporânea em religiões consideradas "marginais".

A rigor, os temas da Psicologia Coletiva começaram a ser recuperados na Psicologia Social a partir dos anos 60, graças ao advento de uma vertente européia na disciplina, onde se destaca, para a problemática que aqui interessa, a teoria das representações sociais (Moscovici, 1984, 1988; Jodelet, 1984, 1989; Spink, 1993; Guareschi e Jovchelovitch, 1994). Não se trata, entretanto, de uma incorporação da Psicologia Social ao elenco de disciplinas que têm tratado das "religiões exóticas" pela qual se proporcione apenas "uma quantidade a mais da mesma coisa" a esses estudos.

A ocupação característica da perspectiva psicossociológica com o conhecimento e as experiências religiosas socialmente compartilhadas apresenta algumas importantes diferenças em relação às abordagens sociológica e antropológica. Embora se nutra dos resultados acumulados por estas, como base de partida, sua pesquisa se concentra sobre os aspectos mais contemporâneos do fenômeno, como privilegiado pelo referencial teórico das representações sociais. E o faz segundo uma estratégia plurimetodológica, da qual não se encontra ausente um tratamento quase-experimental do problema, uma das marcas históricas da Psicologia Social.

SÁ, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

Em etapas anteriores da pesquisa ora relatada, foram realizados:

1 - um estudo exploratório de campo em dois terreiros de Umbanda e um de Candomblé no Rio de Janeiro, em que foram utilizadas técnicas de observação participante, entrevistas não diretivas com informantes qualificados (pais de santo) e uma caracterização sócio-demográfica do público freqüentador (Bello et al, 1996);

2 - um estudo descritivo e comparativo entre praticantes da Umbanda e do Candomblé e não adeptos da população geral, através de questionários - aplicados a 126 sujeitos - elaborados com base nas indicações do estudo anterior (Sá, BeBo e Jodelet, 1996).

A partir dos resultados desses estudos (exploratório e descritivo/comparativo), passou-se a focalizar especificamente as práticas de cura das religiões afro-brasileiras. De fato, os estudos anteriores confirmaram a significativa presença dessas práticas no Rio de Janeiro como procedimentos alternativos para a solução de problemas diversos de saúde, afetivos e financeiros em um aparentemente paradoxal convívio com recursos profissionais e tecnológicos (e seu poderoso marketing) próprios de um grande centro urbano.

Em termos teórico-conceituais, é nessa convivência contemporânea e na tensão que ela implica que se justifica a escolha do referencial psicossociológico amplo das representações sociais e sua teoria complementar do núcleo central (Abric, 1994; Flament, 1994; Sá, 1996), para orientar a pesquisa das condições de eficácia daquelas práticas.

Em termos operacionais; é nesse ponto que se faz necessário eleger como objeto de pesquisa um conjunto um tanto quanto mais homogêneo de práticas, para prevenir qualquer ambigüidade em sua delimitação. Considerando que a busca da solução para problemas imediatos está mais associada à Umbanda, optou-se por concentrar a atenção sobre as práticas desta, mas entendendo que elas não se distanciam significativamente das do Candomblé e que com freqüência as incorporam.

Em termos metodológicos, é a partir daí que se exige um duplo esforço de aproximação do problema:

1 - um aprofundamento da pesquisa de como uma compreensão abrangente do fenômeno da cura é socialmente compartilhada pelos praticantes da religião eleita;

2 - um estreitamento da pesquisa sobre as condições consideradas essenciais para sua explicação, segundo esses mesmos praticantes. Nesta última etapa da pesquisa foram utilizados dois diferentes procedimentos, orientados para atingir os dois objetivos seqüenciais:

SA, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

- 1 - consolidação de um quadro representacional detalhado das práticas de cura da Umbanda, construído através da análise temática e proposicional de discussões entre praticantes de Umbanda, segundo a técnica dos focus groups, acerca de questões levantadas nas etapas precedentes da pesquisa;
- 2 - uma verificação da centralidade dos elementos cognitivos mais salientes evidenciados pelo procedimento anterior, através de sua submissão a um questionamento segundo a técnica de mise en cause.

UMA REPRESENTAÇÃO MULTIFACETADA DAS PRÁTICAS DE CURA DA UMBANDA

Para obter um quadro da representação social da Umbanda, em que os saberes compartilhados dissessem respeito mais especificamente às suas práticas de cura e aconselhamento, foi utilizada a técnica das entrevistas em grupo conhecida como *jàcus groups* (Millward, 1995; Lunt e Livingstone, s/d). Por esta técnica, os sujeitos de quem se procura conhecer as posições negociadas sobre um dado assunto são solicitados a discuti-lo abertamente, segundo um roteiro de gradativo envolvimento pessoal e hierarquização objetiva de temas. A discussão é feita em pequenos grupos de pares ou de atores com papéis articulados. No presente estudo, foram constituídos grupos dos dois tipos, com vistas à obtenção das representações provavelmente mais consensuais.

Foram realizadas cinco entrevistas com diferentes grupos: duas delas nos próprios "terreiros", uma: na Universidade, uma na residência de um dos participantes e outra num estabelecimento comercial cedido por um participante. A natureza e o número de participantes em cada grupo podem ser observados em sua composição, abaixo:

- Grupo A: pais de santo (três);
- Grupo B: iniciados (quatro);
- Grupo C: não iniciados e consulentes (cinco);
- Grupo D: pai de santo, iniciados e não iniciados (oito);
- Grupo E: iniciados (cinco).

A técnica dos focus groups permitiu viabilizar a troca de idéias e impressões, algumas vezes divergentes, entre os participantes e examinar a articulação de elementos significativos das representações sobre as práticas específicas de cura da Umbanda, tanto a partir de experiências pessoais quanto daquelas socialmente mais organizadas.

SÁ, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

Todas as sessões foram gravadas, filmadas e, posteriormente, transcritas. As transcrições foram submetidas a um procedimento de análise de conteúdo temática e proposicional, de natureza qualitativa (Cartwright, 1974; Bardin, 1979; Vala, 1986; Sá, 1998), a partir do qual, por um processo de hierarquização categorial gradativa, foram identificados sete grandes conjuntos temáticos envolvidos diretamente no problema das condições de eficácia das práticas de cura:

- 1- um conjunto de personagens do panteão sagrado significativos para a cura;
- 2 - as motivações da clientela para a busca religiosa;
- 3 - uma concepção sistêmica entre os universos material e espiritual;
- 4 - os grandes mecanismos da ação espiritual;
- 5 - as metáforas energéticas da cura;
- 6 - os mecanismos da negociação terapêutica;
- 7 - a identidade superposta da psicoterapia e da Umbanda.

O primeiro conjunto de elementos, ou seja, aquele que se refere a personagens míticos do panteão religioso espontaneamente nomeados, evidenciou uma tendenciosidade significativa. Os personagens que surgiram com maior insistência foram os Exus, logo seguidos pelos espíritos desencarnados com características agressivas (obsessores). Finalmente, os Pretos Velhos foram ainda considerados com algum destaque. Esses três grupos de personagens desempenham papéis bastante nítidos na representação do processo de cura.

O segundo conjunto de elementos, referente à busca religiosa, confirmou os resultados obtidos nas investigações anteriores. A desilusão, a injustiça, o amor, as questões financeiras, a saúde e a busca de recursos mágicos nos confrontos interpessoais constituíram os temas substantivos em relação aos quais foi avaliada a eficácia das práticas de cura.

Discretamente, mas com razoável clareza, a disposição para fazer o mal apresentou-se também como um fator motivacional na busca de ajuda. Este dado reveste-se de alguma ambigüidade, porquanto, como é insistentemente sublinhado pelos praticantes, a Umbanda é incompatível com o mal. Este elemento, não tanto pela sua freqüência, mas pela forma e pelas contradições com que foi evocado, parece desempenhar um papel na organização da representação, permitindo compreender a relevância concedida a elementos de outros conjuntos temáticos.

Um dos dados mais importantes aí encontrados é a freqüência com que os Exus aparecem. Apesar de hierarquicamente ocuparem uma posição inferior no panteão religioso, eles se mostram prioritários nos discursos dos entrevistados, sendo permanentemente citados e referenda-

SÁ, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

dos. A riqueza do mito de Exu repousa, entre outros elementos, na viabilização do mal, ou melhor, na superação do maniqueísmo bemmal; tanto efeitos protetores como efeitos agressivos poderiam daí emanar. Da mesma forma, reivindicações inviáveis de serem apresentadas a outros personagens, sob pena de severa censura, podem aí ser explicitamente expressos.

O terceiro conjunto de elementos foi o referente a um paralelismo entre dois universos, o material e o espiritual. Esta concepção, absolutamente consensual, estabelece que o mal físico, material ou afetivo, refletiria alguma forma de conflito espiritual. Cabe aqui ressaltar que o que chamamos de conflito espiritual poderia assumir variadas formas: algumas irremediavelmente fatalistas (carma), outras envolvendo antepassados, outras correspondendo a uma irrecusável convocação dos deuses, outras, enfim, explicitando diferentes formas de ataque desencadeadas a partir da dimensão espiritual, mas todas reforçando a indissolubilidade das duas dimensões. Este parece constituir um dos esquemas prioritários da Umbanda, em torno dos quais circulam os códigos interpretativos e de manejo da realidade.

A representação da enfermidade ou das dificuldades emocionais e sociais não se faria a partir de suas particularidades materiais específicas. Ao contrário, aquelas seriam sempre concretizações de ameaças conjuradas na dimensão espiritual; segundo tal convicção quanto a uma duplicidade sistêmica e interativa dos dois mundo's. É aqui que se esclarece a preocupação que os praticantes apresentam com a produção do mal, principalmente através da agressão externa representada pelos espíritos malignos. Notável ainda neste sentido foi a insistência com que os depoimentos ressaltaram uma vinculação estreita entre a enfermidade mental e a espiritualidade. Dentre todas as formas de enfermar, o adoecer psíquico foi apontado como a forma mais explícita da ação espiritual nefasta.

O quarto conjunto de elementos identificado, que de certo modo decorre do anterior, diz respeito aos grandes mecanismos da ação espiritual. Aqui a fé apresentou-se como o próprio elemento aglutinador entre o material e o espiritual. Porém, ao lado desta, o fatalismo representado pela concepção cármica, a "lei do retorno" como um dispositivo de equilíbrio ético-moral e as considerações morais relativas ao merecimento se articularam com a possibilidade sempre presente de um ataque externo ativado a partir do espiritual- o "encosto", o "mau olhar", as "vibrações negativas" e o "feitiço" - para estabelecer os desafios a que devem responder os elementos defensivos.

O quinto conjunto de elementos englobou as operações rituais, ou

SÁ, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

seja, as práticas concretas capazes de consolidar e controlar as conexões entre os universos material e espiritual. As ervas, as defumações, as velas, os banhos, os passes e os "trabalhos" operacionalizam a visão cosmogônica anteriormente aludida. Estes elementos ritualísticos - tanto em situações cerimoniais como nas práticas privadas - seriam veículos capazes de estabelecer um contato simbólico com a dimensão espiritual, para daí alcançar controle sob situações que, de outro modo, seriam imprevisíveis, se não fatalmente danosas. Observou-se aqui uma presença acentuada dos Exus em conexão com as práticas rituais de negociação, provavelmente porque as problemáticas que mais freqüentemente levam as pessoas aos terreiros de Umbanda - amor, sexo, dinheiro ~ são naturalmente associadas a essa categoria de entidades.

O sexto conjunto de elementos tratou dos mecanismos diretamente ligados ao enfermar e ao curar. Os dados, bastante diversificados por força de um maior número de impressões explicitadas, evidenciou claramente, apesar da aparência controversa, uma invariância básica, aqui chamada de metáfora energética. A idéia de. enfermidade e cura é representada pela ação - ou cessação da mesma ação - de forças ou de distintas energias. Naturalmente, foram coletados nas discussões numerosos elementos ligados à representação desta energia, seja por suas características (positiva, negativa), seja por sua origem (divina, da natureza, das folhas, de determinados objetos), seja por seu caráter reducionista ("energia é uma só"), seja pelas direções que poderia tomar, seja por suas características dinâmicas (ganhar, perder, acumular, trocar, fortalecer, fragilizar), seja pelas conseqüências do acúmulo, do esgotamento ou dos choques passíveis de ocorrência (enfermar, curar). Parece ser sempre em torno das vicissitudes e dos destinos dessa energia que se desenrolam os enredos místicos e mágicos da Umbanda, estabelecendo uma economia de trocas muito bem administrada.

Finalmente, o sétimo conjunto de elementos referiu-se a uma identificação entre a figura do pai de santo e das características de alguns guias com a imagem do médico ou do terapeuta convencional, enfatizando-se em especial a proximidade entre os papéis dos Pretos Velhos e dos psicólogos clínicos. Quanto aos Exus, seu papel seria mais nitidamente alternativo em relação às práticas de cura oficiais. Sendo mais próximos em suas características (vibrações) aos mortais, os Exus viabilizariam identificações que permitiriam articular uma poderosa defesa com um contra-ataque ágil. Sendo também circunstancialmente afeitos ao mal, poderiam dar combate às ameaças em redutos onde um "guia de luz" (naturalmente bondoso) não estaria muito adequado. Es-

SÁ, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

tas observações parecem confirmadas pelo enorme prestígio de que tais personagens gozam entre a população de adeptos, prestígio marcado por sua ambivalência, por seu caráter transgressor e pela sua indiscutível capacidade de ataque através da magia. Esse prestígio também parece evidenciar uma dialética representacional pela qual, percebendo-se circundada por um espaço denso em ameaças, a prática da Umbanda dá espaço para um grau igual de ameaça, mal disfarçada, direcionada ao meio social.

Estes sete conjuntos temáticos consubstanciam assim uma representação social multifacetada que guarda, em meio a uma aparente desordem de opiniões, uma coerência significativa. A concepção de uma dupla realidade - objetiva (o mundo dos fatos) e simbólica (o mundo do pensamento mágico) - toma natural que diversas formas de negociações específicas com a espiritualidade se estabeleçam, visando a ordenação diante de impasses ou a solução frente a crises estabelecidas.

Num primeiro momento, a fé e a conduta reta, ditadas pelos preceitos éticos cristãos, estabelecem uma espontânea aliança com os "guias" espirituais de onde emanam a energia, a proteção e a orientação. Esta aliança se consolida simbolicamente através de numerosas práticas propiciatórias e de rituais capazes de fortalecer os referidos vínculos. Entretanto, da dimensão espiritual podem vir também o ataque e o infortúnio. Tais malefícios tanto podem ter sua origem no mundo espiritual (carma, encosto, espiritualidade não desenvolvida) como podem remontar a uma anterioridade que remete ao próprio mundo material. Trata-se aqui apenas de uma agressão em dois tempos: primeiro, manobras no mundo material têm como conseqüência um eco no mundo espiritual, de onde, finalmente, se desencadeiam o ataque (feitiço, mau olhado). Tais configurações de ameaças exigem então providências capazes de rechaçá-las e garantir a integridade do fiel. O feitiço e o mau olhado são respondidos com o contra-feitiço e com o fortalecimento das defesas (fechamento do corpo). O encosto é respondido com o descarrego, e assim por diante.

É então, em tal representação complexa, que este clima de ameaça constante e permanente negociação em torno das trocas, perdas e conservação das energias gera inúmeras operações que implicam em oferendas, despachos, obrigações e diferentes práticas propiciatórias. Tais operações, por sua vez, envolvem uma grande variedade de objetos, produtos manufaturados, animais e vegetais etc., que nestas circunstâncias rituais transmutam-se, abandonando suas características objetivas e prosaicas, para assumir o caráter de lastro simbólico que garante as relações de troca energética entre o fiel e o mundo mágico.

SÁ, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

UMA VERIFICAÇÃO DA CENTRALIDADE DOS CONTEÚDOS OU ELEMENTOS COGNITIVOS ESPECÍFICOS

A representação social multifacetada da cura no âmbito da Umbanda, que foi esboçada a partir dos conteúdos espontaneamente manifestados pelos seus praticantes, foi em seguida submetida a um tratamento metodológico adicional, para o delineamento de sua estrutura. Isto foi tomado possível pelo quadro de referência complementar proporcionado pela teoria do núcleo central (Abric, 1994; Flament, 1994; Sá, 1996).

Uma das principais preocupações da pesquisa que tem por base essa teoria consiste na identificação dos elementos cognitivos centrais, que supostamente organizam e conferem significado aos demais elementos, considerados periféricos. Estes, por sua vez, à diferença dos elementos centrais, mantêm uma relação mais direta com as práticas cotidianas e as situações particulares que as condicionam. Em termos puramente quantitativos, os temas centrais ou absolutos costumam ser mais freqüente e mais prontamente evocados quando o objeto de representação é colocado em discussão. Este não é considerado, entretanto, um critério suficiente de centralidade, pois diversos temas periféricos ou condicionais podem se mostrar igualmente salientes no discurso espontâneo dos sujeitos, na medida em que se refiram - sem que o pesquisador possa disso se aperceber - a situações ou circunstâncias muito presentes para eles em função de experiências recentes, muito pregnantes ou pessoalmente valorizadas.

Nesse sentido, dentre os numerosos temas específicos englobados nas sete grandes categorias anteriormente descritas, dezesseis deles pareceram, por sua saliência - freqüência/recorrência de aparecimento nas discussões - e ênfase associada, poder pertencer ao núcleo central da representação das condições de eficácia das práticas de cura da Umbanda.

Os seguintes elementos cognitivos foram levantados como possivelmente centrais:

- encosto, como representativo de toda agressão externa espiritual;
- o material e o espiritual, interpenetrando-se em termos de problemas concretos;
- mau olhado ou quebranto, como representativo da agressão externa material;
- a metáfora energética, mobilizada em termos do diagnóstico do problema;

SÁ, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

- desenvolvimento espiritual, exigido pelas entidades através de sintomas físicos;
- carma ou destino, como explicação do processo em termos de predestinação;
- fé, como uma (inicialmente) suposta condição básica para a eficácia da cura;
- merecimento, como igualmente suposta condição básica para a eficácia da cura;
- anjo da guarda, um recurso personalizado de proteção contra ataques externos;
- troca de energias, a "metáfora energética" aplicada às relações com os "guias";
- energias positivas e negativas, fortalecimento/enfraquecimento na cura em si;
- os Exus, sua intervenção nos problemas amorosos, sexuais ou financeiros;
- os Pretos Velhos, em seu papel de "psicólogo da Umbanda";
- passes, ervas, banhos e defumações, recursos rituais de negociação da cura;
- velas, orações ou mentalização, recursos comuns na prática privada da ajuda;
- trabalhos, oferendas ou despachos, a face mais pública dos rituais de ajuda.

Restava, portanto, verificar se, por critérios adicionais (Moliner, 1994), tais elementos são efetivamente centrais naquela representação. A testagem da centralidade desses elementos foi realizada pela técnica de *mise en cause* ou questionamento.

Esta técnica, desenvolvida por P. Moliner (1989) sob orientação de C. Flament, consiste simplesmente em perguntar aos sujeitos - não necessariamente os mesmos da etapa anterior, mas extraídos da mesma população - se, na ausência de um daqueles elementos cognitivos, a identidade representacional do objeto é mantida. Se a representação se perde ou seja, se os sujeitos concluem que sua descrição não se refere ao objeto, isto é uma evidência do caráter imprescindível, absolutamente necessário - ou seja, central - do elemento para a representação.

Os sujeitos dessa segunda fase da pesquisa foram 45 praticantes de Umbanda - 31 iniciados e 14 não iniciados - aos quais se solicitou responder a um questionário especialmente preparado para esse fim.

O questionário iniciava com a instrução e caracterização do problema, conforme descrito nos parágrafos que seguem.

SÁ, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

Pedimos para você colaborar nesta pesquisa como alguém que está familiarizado com as práticas da Umbanda. O que queremos submeter ao seu julgamento não está baseado em nenhum caso real. Pedimos que você apenas "faça de conta".

Faz de conta que uma pessoa conhecida nossa estava com um problema, que não sabemos se era de doença, física ou mental, se era um problema familiar, se era uma questão de amor ou de sexo, se era uma dificuldade financeira ou de trabalho.

Faz de conta que ela disse que foi levada a um "lugar" onde conseguiu resolver o seu problema, mas não explicou que lugar era esse.

Cada uma das questões era seguida da seguinte pergunta:

Você acha que esse lugar pode ter sido um centro ou terreiro de Umbanda?

E das seguintes opções de respostas:

não, não pode []

sim, até pode []

não sei []

As questões propostas foram as seguintes, uma para cada elemento levantado:

(Elementos em itálico, apenas neste relato, não no questionário)

1. faz de conta que nesse "lugar" o problema dela não foi visto como o resultado de um encosto de espíritos perversos;
2. faz de conta que a pessoa se queixava de um problema material e que ele não foi visto nesse "lugar" como sendo também um problema espiritual;
3. faz de conta que antes a pessoa estava bem de vida, saudável e feliz e que nesse "lugar" o problema não foi visto como provocado por mau olhado ou quebranto;
4. faz de conta que o problema não foi entendido nesse "lugar" como causado pela perda de energias positivas ou pela ação de energias negativas;
5. faz de conta que o problema era uma doença dos nervos e que nesse "lugar" não se disse que ele poderia estar relacionado a uma espiritualidade não desenvolvida;

6. faz de conta que o problema era de difícil solução e que nesse "lugar" não se pensou que ele pudesse estar ligado ao carma ou destino da pessoa;
7. faz de conta que a pessoa não tinha nenhuma fé espiritual nem acreditava no que acontecia nesse "lugar", mas o seu problema foi resolvido;
8. faz de conta que a pessoa tinha feito muitas coisas ruins na vida, não tinha o menor merecimento, e mesmo assim seu problema foi resolvido nesse "lugar";
9. faz de conta que nesse "lugar" nunca se aconselhou a pessoa a cuidar melhor do seu anjo da guarda;
10. faz de conta que o que foi feito nesse "lugar" não teve nenhuma troca de energia entre a pessoa e aquela que a atendeu nem com relação a alguma entidade;
11. faz de conta que o que foi feito nesse "lugar" para resolver o problema não procurou fortalecer energias positivas nem enfraquecer energias negativas;
12. faz de conta que o problema era de amor, sexo ou dinheiro e que não foi tratado nesse "lugar" através da ajuda de um Exu;
13. faz de conta que a pessoa estava desorientada e que não foi tratada nesse "lugar" através da ajuda de um Preto Velho;
14. faz de conta que nesse "lugar" não foram utilizados passes, nem ervas, nem banhos, nem defumações para conseguir a solução do problema;
15. faz de conta que nesse "lugar" a pessoa não foi orientada a acender velas, nem a fazer orações ou mentalização para conseguir a solução do problema;
16. faz de conta que nesse "lugar" não se mandou a pessoa fazer nenhum trabalho, oferenda ou despacho para conseguir que uma entidade resolvesse seu problema.

Foram solicitadas ainda as seguintes informações sobre os sujeitos:

Na Umbanda, você é:

Iniciado []

Não iniciado []

Idade: __ Sexo: __

Estudou até _____

Os dados mostraram a seguinte distribuição das respostas pelas opções:

QUESTÕES	NÃO	SIM	NÃO SEI
01	0	42	3
02	3	40	2
03	4	39	2
04	16	26	3
05	16	26	3
06	13	31	1
07	1	44	0
08	4	40	1
09	26	19	0
10	31	10	4
11	32	11	2
12	5	37	3
13	5	40	0
14	20	25	0
15	22	22	1
16	3	40	2

Os resultados relativos aos elementos com número de respostas "Não, não pode" maior que o total de respostas "Sim, até pode" e "Não sei" questões 09, 10 e 11 - foram submetidos a um teste de significância estatística (qui quadrado), pelo qual se chegou às seguintes probabilidades de aceitação da hipótese nula:

09	Cuidados com o Anjo da Guarda	$P < 0,3$
10	Troca de energias	$P < 0,02$
11	Fortalecimento/enfraquecimento de energias	$P < 0,01$

Todos os demais elementos cognitivos submetidos ao teste de centralidade foram considerados como condições periféricas - ou seja, condicionais, não absolutas, não imprescindíveis, apenas circunstanciais ou situacionais - para a eficácia das práticas de cura da Umbanda, na medida em que os sujeitos julgaram que sua ausência não descaracterizava o "lugar" onde tal eficácia foi demonstrada como um "centro ou terreiro de Umbanda". Além disso, também o "anjo da guarda" perdeu sua inicial "candidatura" a elemento central da re-

apresentação, devido ao baixo nível de significância da diferença observada.

Assim, apenas a "troca de energias" e o "fortalecimento de energias positivas" ou o "Enfraquecimento de energias negativas" - ou seja, a metáfora energética na sua dimensão terapêutica, mas não em termos diagnósticos (questão 04) - tiveram confirmada sua centralidade na representação da cura pela Umbanda.

Houve, ainda, uma nítida desconfirmação de outras condições como necessárias para a eficácia das práticas de cura: fé e merecimento; interpenetrabilidade dos universos e ataque externo; Exus, Pretos wlhos e despachos.

CONCLUSÃO

A centralidade da metáfora energética indica que, para os praticantes da Umbanda no Rio de Janeiro, esta é a condição fundamental para a eficácia das práticas de cura em sua religião. O que esse resultado parece demonstrar é uma espécie de homogeneização básica das assim chamadas "terapias alternativas", provenham elas do campo religioso tradicional ou das inúmeras reabilitações do pensamento mágico em versões leigas ou para-científicas. Trata-se da mesma concepção da vida humana em termos de uma dinâmica energética global, que está também presente nas demais orientações terapêuticas de maior repercussão popular.

Uma possível explicação para o fato de que as especificidades mais tradicionais - reiteradamente evidenciadas ao longo da pesquisa - tenham sido finalmente vistas como periféricas é a de que tenha ocorrido uma "modernização" da Umbanda, provocada pelo amplo prestígio popular - alimentado pela mídia - de que a metáfora energética da cura passou a gozar nas sociedades urbanas modernas, como o Rio de Janeiro. Tal capacidade de adaptação, de articulação com outras perspectivas místicas, de uma "flexível ortodoxia", não é estranha ao espírito de constituição e evolução da Umbanda, como bem demonstrado por Bastide (1971).

Em termos estruturais, compreende-se que as concepções tradicionais quanto à interpenetrabilidade dos universos material e espiritual e ao ataque externo são plenamente compatíveis com a metáfora energética e que, por isso mesmo, puderam muito facilmente lhe ceder a posição de centralidade geradora de significados, passando a funcionar como "periferias próximas", com um poder próprio de organização dos demais

SÁ, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

elementos periféricos. De fato, nenhuma das realizações simbólicas anteriormente atribuídas à interrelação entre os dois universos e ao confronto com uma ameaça externa perde sua validade explicativa, mas, ao contrário, têm-na reforçada pelo jogo das trocas, do fortalecimento e do enfraquecimento de energias.

Já os elementos fé e merecimento demonstram nitidamente sua natureza periférica, na medida em que podem ser reinterpretados na presente pesquisa - cujas etapas anteriores lhes haviam concedido maior relevância organizativa - como critérios "a posteriori" na avaliação das práticas de cura da Umbanda, por seus próprios praticantes. De fato, a fé não precede necessariamente a cura ou a ajuda que vem a ser proporcionada, mas delas decorre em um "processo de conversão religiosa". Todos os depoimentos obtidos dos praticantes em fases anteriores da pesquisa são compatíveis com essa interpretação, embora, naquelas ocasiões, os pesquisadores não tenham se dado conta desse seu caráter condicional, não absoluto.

Da mesma forma, a falta de merecimento é uma explicação bastante conveniente para o fracasso da intervenção, não uma condição essencial para a cura. A dimensão caritativa, que a Umbanda incorporou a partir do Kardecismo, impediria, na verdade, que os sacerdotes e entidades negassem ajuda a uma pessoa necessitada apenas porque ela não tem fé ou não a merece. Fé e merecimento são, ao contrário, dons a serem adquiridas pela participação plena na religião, o que é pragmaticamente ensejado por uma concessão inicial de ajuda ao futuro fiel.

Finalmente, os recursos específicos aos Exus e Pretos Velhos já eram, por definição, periféricos, conjunturais, situacionais, e isto tanto na organização original do panteão religioso, que lhes reserva hierarquias e funções delimitadas, como na formulação das questões da pesquisa de mise en cause, redigidas tomando em consideração tal caráter condicional. "Periféricos, com muita honra", poder-se-ia dizer dos Exus e dos Pretos Velhos, em plena concordância com a teoria do núcleo central das representações sociais, visto que eles são as entidades da Umbanda que mais se aproximam dos mortais, de suas condições e de seus problemas concretos, do drama cotidiano que vivem entre as exigências da pugnacidade e da tolerância, do mal e do bem instrumentais, representados respectivamente por umas e outras dessas divindades próximas.

Um último aspecto que bem ilustra a importância da pesquisa psicossociológica das religiões afro-brasileiras, na esteira das perspectivas sociológica e antropológica, é a notável relação assimétrica entre o visível para o grande público e o essencial para seus praticantes. Os despachos, que se renovam semanalmente aos olhos dos passantes em

SÁ, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

certas encruzilhadas do Rio de Janeiro, assim como as oferendas que os cariocas vêm em toda a orla marítima no último dia de cada ano, e que podem parecer, por sua visibilidade, uma expressão máxima do poder mágico da Umbanda, são apenas práticas instrumentais secundárias na perspectiva dos seus praticantes. Mas, não por isso, menos necessárias ou importantes para assegurar a eficácia de suas intervenções, ou seja, não menos poderosas. Convém talvez respeitá-las, como sabiamente fazem todos os moradores do Rio, mesmo que nelas não acreditem. Mas, muitos parecem acreditar, um pouco pelo menos, o suficiente para a elas recorrerem quanto tudo o mais falha.

Celso Pereira de Sá
Roberto Araújo Bello
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Denise Jodelet
École des Hautes Études en Sciences Sociales

ABSTRACT: This paper addresses the question of the effectiveness of African Brazilian religions' healing practices according to the psychosocial perspective of social representations. It was specifically investigated the knowledge that supports umbanda's practices in Rio de Janeiro. Its focuses groups sessions with practitioners from various levels and to describe a multifaceted representation of those practices, in which the effectiveness of different procedures and entities depends on a great diversity of conditions and situations. In order to identify the central elements of this representation, those which seemed to be more pregnant were submitted to the technique of mise en cause. Only "exchange of energies" and "strengthening of positive energies/ weakening of negative energies"-- that is, an energetic metaphor -- had confirmed their centrality in the representation of healing by umbanda. Values, such as faith and merit, specific divinities and ritual practices were showed to occupy a peripheral, conditional position in the explanation of effective healing.

KEY WORDS: umbanda, african brazilian religions, social representations of healing, candomblé, healing.

SÁ, C.P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIC, J. C. - Les représentations sociales: aspects théoriques. In: Abric, J. C. (Ed.) *Pratiques sociales et représentations*. Paris: P.U.R, 1994; p. 11-35:
- AUGRAS, M. - O duplo e a metamorfose. Petrópolis: Vozes, 1983.
- AUGRAS, M. - Tendances actuelles de la recherche sur les cultes afro-brésiliens. Conferência no Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain / École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1994.
- AUGRAS, M. - Psicologia e cultura: alteridade e dominação no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 1995.
- BARDIN, L. - Análise de conteúdo. Lisboa: Edições & O, 1979.
- BASTIDE, R. - O candomblé da Bahia. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1961.
- BASTIDE, R. - As religiões africanas no Brasil. São Paulo: Liv. Pioneira Ed., 1971.
- BELLO, R. A.; JODELET, D.; MESQUITA, R. R. & SÁ, C. P. - Experiências e representações sociais da eficácia simbólica nas práticas de cura em diferentes tradições religiosas brasileiras: considerações preliminares. *Cadernos de Psicologia*. Rio de Janeiro: IP/UERJ, 5, 1996, p. 41-50.
- BRUMANA, R. G. & MARTINEZ, E. G. - *Marginália sagrada*. Campinas: Unicamp, 1991.
- CAMARGO, C. P. F. *Kardecismo e um banda*. São Paulo, Pioneira, 1961.
- CARTWRIGHT, D. - Análise do material qualitativo. In: FESTINGER, L. & KATZ, D. (Orgs.) *A Pesquisa na Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1974, p. 403-449.
- FARR, R. M. - *The roots of modern Social Psychology*. Oxford: Blackwell, 1996.
- FIGGE, H. H. - *Umbanda*. Teresópolis: January, 1983.
- FLAMENT, C. - Aspects périphériques des représentations sociales. In: GUIMELLI, C. (Ed.) *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1994, p. 85-118.
- GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) - *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- JODELET, D. - Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. (Org.) *Psychologie Sociale*. Paris: P.U.R, 1984, p. 357-378.
- JODELET, D. - Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Org.) - *Les Représentations Sociales*. Paris: P.U.F., 1989, p. 31-61.
- LUNT, P. & LIVINGSTONE, S. (s/d) *The focus group in media and communications research: the critical interpretation of public discussion*. London (Mimeo).
- MAGGIE, Y. - *Meda do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MILLWARD, L. - Focus groups. In: BREAKWELL, G. M.; HAMMOND, S. & FIFE-SCHAL, C. (Orgs.) *Research methods in Psychology*. London: Sage, 1995.
- MOLINER, P. - Validation expérimentale de l'hypothèse du noyau central des représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 42, 1989, p. 759-762.
- MOLINER, P. - Les méthodes de repérage et d'identification du noyau des représentations sociales. In: GUIMELLI, C. (Ed.) *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1994, p. 199-232.
- MONTERO, P. - *Da doença à desordem: a magia na um banda*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- MOSCOVICI, S. - The phenomenon of social representations. In: FARR, R. M. & MOSCOVICI, S. (Orgs.) *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 3-69.
- MOSCOVICI, S. - Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 1988, p. 211-250.

SÁ, C. P., BELLO, R. A. e JODELET, D. "Representações sociais e eficácia das práticas de cura da umbanda no RJ" *Psicologia & Sociedade*; 10 (1): 129-144; jan./jun.1998

- ORTIZ, R. - A Morte branca do feiticeiro negro. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SÁ, C. P. - Núcleo central das representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SÁ, C. P. - A construção do objeto de pesquisa em representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- SÁ, C. P.; BELLO, R. A. & JODELET, D. - Représentations sociales et pratiques religieuses afro-brésiliennes à Rio de Janeiro. Aix-en-Provence: Résumés de la Troisième Conférence Internationale sur les Représentations Sociales, 1996, p. 139.
- SPINK, M. J. (Org.) - O Conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- VALA, J. -A análise de conteúdo. In: SILVA, A. S. & PINTO, J. M. (Orgs.) Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Afrontamento, 1986, p. 101-128.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL
ABRAPSO

Regional Espírito Santo

Vice-presidente: Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFES)
R. Natalina Daher Carneiro, 740/ap. 101/BL A
Jardim da Penha
CEP 29060-490 - Vitória/ES
Fone. (027) 325 6236
Fax: (027) 226 6836

Regional Minas Gerais

Vice-presidente: Vânia Franco(PUC-MG)
PUC-Minas Gerais
Depto Psicologia

Regional Rio de Janeiro

Vice-presidente: Neide Pereira Nóbrega (UFRJ)
R. Marquês de São Vicente, 390/302 – Gávea
CEP 22451-040 - Rio de Janeiro/RJ
Fone. (021) 295 3208 ramais: 39/24/25
Fax:: (021) 2747218

Regional São Paulo

Vice-presidente: Ornar Ardans (PUC/SP)
R. Ministro Godói, 969 sl.4B03
CEP 05015-000 - São Paulo / SP
Fonefax:(011) 263 0801

PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Núcleo Itajaí

Coordenador: Cristina de França Chiaradia (UNIVALI)
R. José Marçal Dutra, 50/304 - Edf. Giuliano – Centro
CEP 88302-200 – Itajaí/SC
Fone.: (0473) 44 3557

Núcleo Londrina

Coordenador: Paulo Roberto de Carvalho
UEL - Campus Universitário - CCB - Dept. de Psicologia Social e Inst.
CEP 86051-970 - Londrina/PR
Fone. (043) 3714492

Núcleo Maringá

Coordenador: Angela Caniato
R. Santos Dumont, 3472/404
CEP 87013-050 - Maringá/PR
Fone.: (044) 2251714
Fax:(044) 222 2754
E-mail: ampicani@netsix.com.br

Núcleo Mato Grosso do Sul

Coordenador: Sônia Grubits Gonçalves de Oliveira
Av. Mato Grosso, 759 - Centro
CEP 79002-231- Campo Grande/MS

Núcleo Porto Alegre

Coordenador: Pedrinho Guareschi (PUC/RS)
Av. Ipiranga, 6681/ Instituto de Psicologia - PUC-RS
CEP 90619-900 - Porto Alegre / RS
Fone. (051) 3391511 ou 3391564 ramal: 3215

PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Regional Sul

Vice-presidente: Maria das Graças Jacques (PUC/RS)
Av. Ipiranga, 6681/ Instituto de Psicologia – PUC/RS
CEP 90619-900 - Porto Alegre/RS
Fone. (051) 3391511 ou 3391564 ramal: 3215

Núcleo Bauru

Coordenador: Sueli Terezinha Ferreira Martins (Unesp/Bauru)
Av. Central, 2-12 - Jd. Imperial
CEP 17053-160 - Bauru/SP
Fax: (0142) 243716

Núcleo Ceará

Coordenador: José Altamir Aguiar (Instituto Participação)
R Vilebaldo Aguiar, 607/201- Papicu
CEP 60150-210 - Fortaleza/CE
Fone. (085) 224 8655
Fax: (085) 262 1604

Núcleo Curitiba

Coordenador: Luiz Fernando Rolim Boniu
R. Mauá, 560/ap. 71- Alto da Glória
CEP 80030-200 - Curitiba/PR
Fone: (041) 254 6740

Núcleo Florianópolis

Coordenador: Louise do Amaral Lhullier (UFSC)
UFSC - CFH - Dept. de Psicologia Trindade
CEP 88040-900 - Florianópolis/SC
Fone. (048) 2319330
Fax: (048) 2319751

NORMAS GERAIS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

1. A revista *Psicologia & Sociedade* é publicada pela ABRAPSO, Associação Brasileira de Psicologia Social, Endereço para correspondência:

ABRAPSO – Comitê Editorial da Revista
Psicologia & Sociedade
R. Ministro Godói, 969, 4º andar, sala 4B03
Perdizes, São Paulo, SP, Brasil
CEP 05015-000 – Fone (fax): (011) 2630801

2. Os trabalhos enviados devem dirigir-se às seguintes seções da revista: a) artigos e ensaios, b) relatórios de pesquisa, c) comunicações, d) resenhas, e) resumos de teses e dissertações. Devem ser enviados sempre em disquete, com arquivos e tabelas digitados em Word for Windows, acompanhados de duas cópias em papel, obedecendo aos requisitos dos itens seguintes.

3. Os artigos e ensaios poderão ser encomendados pela própria revista ou enviados espontaneamente pelos autores. Em qualquer caso passarão pela avaliação do corpo de pareceristas e não devem ultrapassar 30 mil caracteres. Devem ser acompanhados de resumo em português e inglês, inclusive título, não excedendo 200 palavras cada. Não devem ser utilizadas formatações especiais do texto. As notas bibliográficas devem seguir as normas técnicas da ABNT e vir no fim do documento, sem utilização do recurso “nota de rodapé” do Word. Se o autor preferir usar este recurso, deverá copiar tais notas também em arquivo separado, como texto. As notas de rodapé serão publicadas sempre no final do texto, incluindo tanto a bibliografia citada com o outros tipos de notas do autor. Exemplos de notas bibliográficas:

²¹ Para outras leituras, ver Souza, W. *Psicologia e literatura*, São Paulo, Editora Cinco, 1996.

²² Emmery, W. *Time and honour*. New York, Harper Press, 1996, p.321.

Caso existam referências bibliográficas nos textos para as demais seções deverão ser seguidas as mesmas instruções apresentadas acima.

4. Os relatórios de pesquisa, além do título, resumo, abstract e notas bibliográficas, devem apresentar a seguinte ordem: introdução, método (sujeitos, material, procedimento), resultados e discussão. (normas A.P.A.) Não devem ultrapassar 15 mil caracteres.

5. As resenhas poderão versar sobre publicações nacionais ou estrangeiras, deverão conter no máximo 7 mil caracteres e incluir: nome do livro, cidade, editora,

número de páginas, nome do autor e do tradutor.

6. As comunicações podem incluir apresentações em eventos relevantes para a psicologia social. O autor deverá indicar o nome, local e data do evento. Não devem ultrapassar 2 mil caracteres.

7. Poderão ser enviados também resumos de teses e dissertações de psicologia social e áreas afins, contendo no máximo mil caracteres.

8. Os trabalhos dirigidos a qualquer uma das seções poderão ser escritos em português, espanhol, francês ou inglês.

9. Os autores não deverão empregar letras maiúsculas para conceitos e palavras como 'modernidade', 'humanidade', 'psicologia', 'filosofia', etc. Em caso de querer salientar expressões e conceitos, poderá ser adotado o itálico, mas jamais o negrito, o sublinhado etc.

10. O autor do trabalho deve informar os seguintes dados: nome completo, endereço e fonefax para contato (favor indicar se prefere a não publicação de tais dados), e-mail, breve currículo acadêmico e profissional e instituição em que trabalha atualmente.

11. Casos excepcionais serão resolvidos pelo Comitê Editorial.

SELEÇÃO DE ARTIGOS

1. Os artigos devem ser inéditos no Brasil.

2. Cada trabalho será enviado a dois pareceristas escolhidos pelo Comitê Editorial da revista. Em caso de pareceres divergentes, será requerido um terceiro parecer. O autor de uma universidade é sempre avaliado por pelo menos um professor de entidade externa. Os pareceristas receberão o texto para análise sem o nome do autor. Os pareceres acompanhados de fundamentação, serão entregues por escrito pelo parecerista ao Comitê Editorial e devem informar se o texto foi:

aprovado para publicação sem alterações

aprovado para publicação com sugestão de alterações

não aprovado para publicação

3. O autor poderá solicitar, se desejar, o texto do parecer no caso do artigo ter sido recusado. Entretanto, o nome do parecerista permanecerá em sigilo.

4. No último número de cada ano da revista serão publicados os nomes dos pareceristas que realizaram a seleção dos artigos daquele ano, sem especificar quais textos foram analisados individualmente.

SOCIEDADE INTERAMERICANA DE PSICOLOGIA

Primeira chamada de trabalhos
para o Programa Científico

XXVII CONGRESO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA

27 de junho a 2 de julho de 1999
Caracas – Venezuela

Envie suas propostas antes de
31 de dezembro de 1998

Endereço: Centro Ciudad Comercial Tamanaco,
Torre D, Piso 2, Ofic. 213
Caracas 1060 - Venezuela
Tel: 9591205 - 9592405 – 9591215
Fax: 9597921
E-mail: event@eldish.net

SIP-99
Apdo. 47018. Los Chaguaramos
Caracas, 1047-A. Venezuela.

JORNADA INTERNACIONAL SOBRE
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS:
TEORIA E CAMPOS DE APLICAÇÃO

Em
Natal (RN)
25 a 27 de novembro de 1998

Inscrições e informações
para os grupos temáticos de discussão
e discussões
interativas de posteres:
<http://www.lampada.uerj.br/jirs>
ou pelo e- mail
jirs@lampada.uerj.br

Fax: 55842119222 ou 55842119221

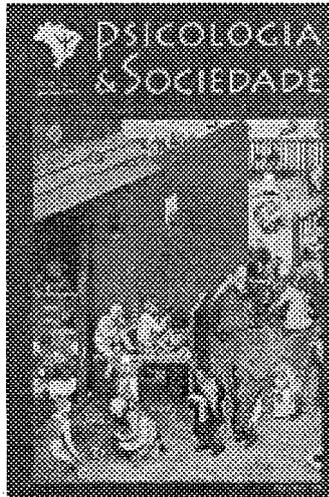
CONVITE PARA PARTICIPAR DE UMA EDIÇÃO
TEMÁTICA SOBRE O FENÔMENO
ORGANIZACIONAL:

Sob a coordenação de Peter Spink (Núcleo de Organizações e Mudança Social do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, PUC-SP), está prevista uma edição para ampliar os horizontes do estudo psicossocial das organizações: instituições e agências públicas, grandes e pequenas empresas privadas ou cooperativas, organizações não-governamentais, movimentos sociais e outras formas de ação coletiva. Os interessados em colaborar com artigos poderão entrar em contato com o coordenador dessa edição temática.

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social
Pontifícia Universidade Católica - São Paulo Rua
Ministro Godói, 969, 4º andar sala 4B-03
Perdizes, São Paulo, SP
Cep. 05015-000

NÚMEROS AINDA EM ESTOQUE:

Volume 8 Número 1



Entrevista com Silvia Lane

CAMINO, L. "Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político"

CROCHÍK, J.L. "Notas sobre a psicologia social de T. W. Adorno"

FREITAS, M. F. Q. "Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária"

GENTIL, H. S. "Individualismo e modernidade"

MONTERO, M. "Paradigmas, corrientes y tendencias de la psicología social finisecular"

OZELLA, S. "Os cursos de psicologia e os programas de psicologia social: alguns dados do Brasil e da América Latina"

PRADO, J. L. A. "O pódio da normalidade: considerações sobre a teoria da ação comunicativa e a psicologia social"

SPINK, P. "A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho"



Entrevista com Karl E. Scheibe

AMARAL, M. G. T. "Espectros totalitários no mundo contemporâneo: reflexão a partir da psicanálise e da teoria crítica adomiana"

ARDANS, O. "Metamorfose, conceito central na psicologia social de Elias Canetti"

CAMPOS, R. H. F. "Impacto de transformações socioculturais no imaginário infantil (1929-1993).

GONZALEZ REY, F. "L. S. Vigotsky: presencia y continuidad de su pensamiento en el centenario de su nacimiento"

GUARESCHI, P. "A ideologia: um terreno minado"

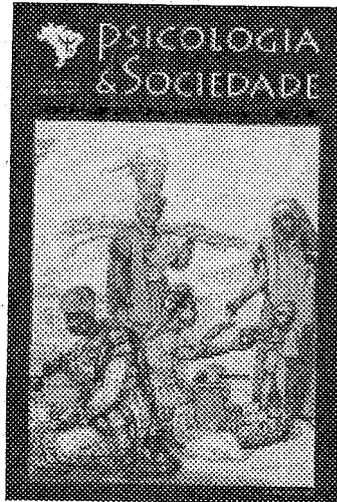
LANE, S. T. M. "Estudos sobre a consciência"

LEÃO, I. "A educação como processo de mudanças sociais na América Latina"

LOPES, R. J. "Registros teórico-históricos do conceito de identidade"

SCHEIBE, K. E. "Psyche and the socius: being and being-in-place"

SPINK, M. J. "Representações sociais: questionando o estado da arte"



Entrevista com Frederick Munné

MUNNÉ, F. "Pluralismo teórico y comportamiento social"

COELHO, A. R. "Suicídio: um estudo introdutório"

GONZÁLEZ REY, P. "Epistemologia cualitativa y subjetividad"

HERNANDEZ, M. "Apariciones del espíritu de la postmodernidad en la psicología social contemporánea"

MOREIRA, M.I.C. e equipe "A gravidez na adolescência nas classes populares: projetos e práticas de atendimento em saúde e educação"

PACHECO FILHO, R. A. "O conhecimento da sociedade e da cultura: a contribuição da psicanálise"

RANGEL, M. "Aplicação de teoria de representação social à pesquisa na educação"

SATOW, S. H. "Comparação dos preconceitos étnico-raciais e da discriminação contra os portadores de deficiências"